

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Prof.^a Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer





Copyright © UNIASSELV 2013

Elaboração:

Prof.^a Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

361.0018

R375f Reisdörfer, Lara Aparecida Lissarassa

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social / Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer, Indaial : Uniasselvi, 2013.

186 p. : il

ISBN 978-85-7830-804-9

1. Serviço social – Metodologia.

I. Centro Universitário Leonardo da Vinci.

APRESENTAÇÃO

Discutir e refletir sobre os Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social faz com que sejam observados e compreendidos os aspectos sociais, culturais e históricos da sociedade, pois a profissão do Serviço Social surge e se legitima frente às questões sociais que emergiram nesses momentos de transformação.

A realidade social passa constantemente por transformações que atingem os sujeitos e o meio em que vivem. É neste cenário de mudanças que a prática do Serviço Social se objetiva, direcionando suas ações profissionais ao processo de construção de sujeitos autônomos em busca de sua cidadania e dignidade humana.

Ao longo da história brasileira, a profissão do Serviço Social vem sendo associada a práticas caritativas de cunho assistencialista, mas isto se deve ao fato de como as questões sociais vêm sendo enfrentadas em nossa sociedade.

Com o processo de urbanização e industrialização do mundo capitalista, ocorreram várias transformações no mundo do trabalho, período este em que se estabeleceram relações no binômio capital/trabalho, surgindo uma população assalariada e que começa a apresentar demandas sociais no que se refere às questões de saúde, educação, habitação, entre outras.

Portanto, a trajetória da profissão ocorre no contexto sócio-histórico da sociedade, permitindo a reflexão crítica dos problemas sociais e possibilitando aos assistentes sociais o enfrentamento das questões cotidianas.

Para isso, os elementos teórico-metodológicos oportunizam as condições para que a prática profissional seja articulada aos conhecimentos adquiridos e relacionados ao contexto da realidade.

Os profissionais do Serviço Social enfrentam desafios e limites em sua atuação, mas devem encará-los como possibilidades de desenvolver sua prática, pois a atividade profissional tem seu “lócus” operacional em conflitos e dificuldades sociais que são estabelecidos nos grupos sociais.

É nessa perspectiva que a atuação profissional se consolida, tendo como um dos pressupostos a formação de assistentes sociais comprometidos e engajados em atuar nas diversidades culturais, sociais, econômicas e religiosas que são peculiares de cada grupo, em um determinado lugar onde constroem sua história de vida.

Nesse sentido, a fundamentação teórica possibilita e permite que se faça uma leitura da realidade para que haja a compreensão de homem e de sociedade, potencializando assim a forma de agir do profissional do Serviço Social.

Pretendemos, então, contribuir positivamente para a construção do seu conhecimento, apresentando de forma clara e objetiva os assuntos abordados, para que ocorra a compreensão dos “caminhos trilhados” pelo Serviço Social.

Prof.^a Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓

Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓

Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL	1
TÓPICO 1 – FONTES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA	3
LEITURA COMPLEMENTAR	9
RESUMO DO TÓPICO 1	12
AUTOATIVIDADE	13
TÓPICO 2 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 MOMENTOS HISTÓRICOS	15
LEITURA COMPLEMENTAR	22
RESUMO DO TÓPICO 2	25
AUTOATIVIDADE	26
TÓPICO 3 – MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO	27
1 INTRODUÇÃO	27
2 O QUE FOI ESSE MOVIMENTO?	27
LEITURA COMPLEMENTAR	36
RESUMO DO TÓPICO 3	38
AUTOATIVIDADE	39
TÓPICO 4 – O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA	41
1 INTRODUÇÃO	41
2 A CAMINHADA...	41
LEITURA COMPLEMENTAR 1	49
LEITURA COMPLEMENTAR 2	50
RESUMO DO TÓPICO 4	59
AUTOATIVIDADE	60
UNIDADE 2 – O MUNDO CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL	61
TÓPICO 1 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO	63
1 INTRODUÇÃO	63
2 PERÍODO URBANO-INDUSTRIAL	63
LEITURA COMPLEMENTAR	72
RESUMO DO TÓPICO 1	74
AUTOATIVIDADE	75
TÓPICO 2 – O CONTEXTO CAPITALISTA PÓS-ANOS 70	77
1 INTRODUÇÃO	77

2 PERÍODO AUTORITÁRIO	77
LEITURA COMPLEMENTAR	84
RESUMO DO TÓPICO 2	87
AUTOATIVIDADE	88
TÓPICO 3 – AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	89
1 INTRODUÇÃO	89
2 MODO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	89
LEITURA COMPLEMENTAR	98
RESUMO DO TÓPICO 3	101
AUTOATIVIDADE	102
TÓPICO 4 – O NEOLIBERALISMO NO BRASIL	103
1 INTRODUÇÃO	103
2 O (NEO)LIBERALISMO	103
LEITURA COMPLEMENTAR 1	111
LEITURA COMPLEMENTAR 2	116
LEITURA COMPLEMENTAR 3	118
RESUMO DO TÓPICO 4	121
AUTOATIVIDADE	122
UNIDADE 3 – O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	123
TÓPICO 1 – SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO	125
1 INTRODUÇÃO	125
2 A PROFISSIONALIZAÇÃO	125
LEITURA COMPLEMENTAR 1	135
LEITURA COMPLEMENTAR 2	139
RESUMO DO TÓPICO 1	142
AUTOATIVIDADE	143
TÓPICO 2 – AS INSTITUIÇÕES E O ESPAÇO PROFISSIONAL	145
1 INTRODUÇÃO	145
2 A CONQUISTA DOS ESPAÇOS PROFISSIONAIS	145
LEITURA COMPLEMENTAR	151
RESUMO DO TÓPICO 2	154
AUTOATIVIDADE	155
TÓPICO 3 – A LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	157
1 INTRODUÇÃO	157
2 LEI Nº 8.662/93	157
3 DIRETRIZES CURRICULARES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	163
LEITURA COMPLEMENTAR	166
RESUMO DO TÓPICO 3	168
AUTOATIVIDADE	169
TÓPICO 4 – DESAFIOS E LIMITES	171
1 INTRODUÇÃO	171
2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL: SEUS LIMITES E DESAFIOS	171
LEITURA COMPLEMENTAR 1	178

LEITURA COMPLEMENTAR 2	179
RESUMO DO TÓPICO 4	181
AUTOATIVIDADE	182
REFERÊNCIAS	183

FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Esta unidade tem por objetivos:

- conhecer elementos que fundamentam o surgimento do Serviço Social;
- compreender a trajetória histórica do Serviço Social;
- identificar os aspectos sociais, econômicos e culturais que permeiam a trajetória do Serviço Social.

PLANO DE ESTUDOS

Essa unidade está organizada em seis tópicos. Em cada um deles você encontrará dicas, textos complementares, observações e atividades que lhe darão uma maior compreensão dos temas a serem abordados.

TÓPICO 1 – FONTES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL

TÓPICO 2 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

TÓPICO 3 – MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

TÓPICO 4 – O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

FONTES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos como se dá o surgimento do Serviço Social, precisamos conhecer as fontes teóricas da profissão, em uma perspectiva histórica. Segundo os autores Pinto e Grawitz (1964, p. 54 apud VIEIRA, 1985), “a história é a ciência dos homens no tempo. Tudo é história; o que foi dito ontem é história; o que foi dito há um minuto atrás, também [...]. É a única ciência humana que [...] considera o homem na sua realidade”.

Neste sentido, pretendemos apresentar algumas reflexões acerca das fontes teóricas que permeiam os momentos históricos do Serviço Social. Para tanto, contamos com a leitura dos textos que ora serão apresentados.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA

A construção teórica do Serviço Social é permeada por vários aspectos, pautada em um conjunto de princípios e conceitos filosóficos, sociológicos e científicos que permitem identificar a natureza do Serviço Social.

Há que se considerar que os conhecimentos e teorias do Serviço Social se dão de um modo dinâmico, pois se constroem de acordo com o momento histórico e social de cada período.

De acordo com Vieira (1985, p. 80), o Serviço Social enquanto conhecimento técnico-científico pode ser dividido em quatro fases:

- **Fase intuitiva e mítica:** fase em que a interpretação dos fatos e da realidade se dá através do conhecimento do “senso comum”.
- **Fase idealista-filosófica:** em que se acredita no poder das ideias e na concepção de mundo e de homem, pautado em teorias de valores. Trata-se de um processo indutivo de conhecimento.

- **Fase empírica-positiva:** o **empirismo** se vale da experiência para a validação dos fatos, rejeitando a razão como prova da verdade. Na concepção do sociólogo francês Emile Durkheim, logo no início do século XX (1912), ano em que publica “As formas elementares da vida religiosa”, a realidade social é produzida através do todo e que se sobrepõe às partes que o formam. Torna seu pensamento “estático”, sem pensar em rupturas e no processo dinâmico das relações na sociedade. Refere-se a um processo dedutivo.



EMPIRISMO: origina-se do grego empeiria = experiência.

- **Fase científica e prática:** momento em que se pode esclarecer o objeto sobre o qual queremos estabelecer conceitos, em um movimento dinâmico, determinados em um tempo e espaço com a utilização de técnicas adequadas. É através da “práxis” (ação) que concretizamos nossos conhecimentos. Isto quer dizer que as ações no Serviço Social devem ser pautadas em situações práticas e concretas.

A visão prática-científica recebe contribuição de Mary Richmond (apud VIEIRA, 1985, p. 84-85):

[...] Um dos fatores mais salientes que diz respeito à vida consciente, de qualquer ser humano, é ser interligada com a vida dos outros. É nas relações sociais de cada homem que se escreve sua história mental; é igualmente nas suas relações sociais que devem ser principalmente investigadas as causas das desordens que ameaçam sua felicidade e sua eficiência e os meios de conseguir a sua recuperação.

As ciências sociais tiveram grande influência teórica na história do Serviço Social, apresentando teorias que pudessem auxiliar na ação do profissional. No caso do ESTRUTURALISMO, podemos abordar uma questão partindo do concreto para o abstrato, analisando os fenômenos que fazem parte daquela estrutura. As experiências dos sujeitos são levadas em consideração para que se possa compreender a realidade social vivida por eles.

Num processo **FUNCIONALISTA**, temos uma sociedade em que cada um tem sua função definida, com um sistema de organizações interligadas e que se relacionam entre si. É um sistema complexo de grupos ou indivíduos, mas que pode nos apresentar como se dá o funcionamento da sociedade em suas especificidades.

Numa visão sociológica, não se pensava ainda em transformações sociais. Os assistentes sociais consideravam que os problemas eram causados pelo desajustamento dos indivíduos ao tipo de sociedade e à sua organização e que esses problemas podiam ser superados. A psicologia e a psicanálise, nessa época, também influenciaram a prática do Serviço Social, bem como a filosofia positivista baseada nas ideias de Augusto Comte.

Na figura a seguir você poderá ver uma esquematização sobre a evolução das sociedades proposta por Augusto Comte.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES



FONTE: A autora

O **POSITIVISMO** se fortificou a partir do século XIX, baseando-se nos fatos em si e procurando estabelecer como se produziam as relações entre esses fatos, sofrendo forte influência da Igreja e tendo suas primeiras bases filosóficas fundamentadas no tomismo e no neotomismo (Santo Tomás de Aquino - 1225).

O **NEOTOMISMO** é uma corrente filosófica que está relacionada ao tomismo de Santo Tomás de Aquino (1225). O movimento do neotomismo sofreu influência da Encíclica do Papa Leão XIII, a partir de 1879 (século XIX).

Sob o aspecto da visão neotomista, era preciso retornar à filosofia e teologia de Santo Tomás de Aquino para que o ser humano pudesse ter condições dignas de

vida, não estando submetido às ideologias e interesses do governo. As leis naturais deveriam se sobrepor às leis humanas.

Esse movimento está fortemente ligado à questão religiosa, embasando sua filosofia no cristianismo relacionado à Igreja Católica. No Brasil, o neotomismo vai perdendo seu espaço após a Segunda Guerra Mundial.

As ideias do positivismo surgiram com seu fundador Augusto Comte, que nasceu em Montpellier – França (1798-1857). Os ideais positivistas estão baseados em leis naturais que regem os fenômenos e levam à evolução do homem.

Nesse sentido, o positivismo assume um caráter conservador, mas, ao mesmo tempo, vê a possibilidade de progresso da sociedade moderna. A filosofia de Comte vislumbrava uma “nova ordem social” a partir do momento em que o homem compreendesse o estado positivo, observando os fatos naturais e suas manifestações nas relações sociais.

O estado positivo caracteriza-se por buscar as leis invariáveis, as relações constantes entre os fenômenos, na medida em que entende que a busca das suas causas não pode ser feita pelo homem, foge à sua capacidade. Há a compreensão de que a cada proposição positiva deve corresponder um fato, privilegiando a observação à argumentação. (VIEIRA, 1987, p. 71).

No Brasil, o positivismo teve maior repercussão durante o Império, prevalecendo entre a classe dos militares e matemáticos. Os adeptos dos ideais positivistas fundaram a Igreja Positivista do Brasil (1881), adotando assim posturas ortodoxas nas políticas sociais do Brasil.

As ideias e os pensamentos positivistas foram difundidos no Brasil e, em 1881, surge a primeira Igreja Positivista do Brasil, com adeptos ferrenhos, que defendiam uma nova ordem social através da instauração de um governo republicano, em que o presidente da República assumisse um cargo vitalício e com plenos poderes.

Entretanto, os positivistas não tiveram tanta influência no governo e a República do Brasil foi construída na base do liberalismo-democrata.

No Rio Grande do Sul, com a força de Júlio de Castilhos, o positivismo foi mais influente e se destacou no Brasil mais pela sua ligação com a religião.

“[...] O Brasil vem a ser um refúgio da doutrina e um dos países em que a mesma se desdobra e multiplica como religião demonstrável, criação imanente do espírito humano, que se propõe substituir a tradição católica.” (AZEVEDO, 1982, p. 57 apud VIEIRA, 1987, p. 73).

O Serviço Social, em sua trajetória histórica, está ligado à doutrina religiosa, mais especificamente à Igreja Católica. Para que o Serviço Social fosse reconhecido como profissão, era necessário sistematizar o trabalho, adotando procedimentos e técnicas que conferissem o caráter profissional. Segundo Vieira (1987, p. 79), “a necessidade de “conhecer bem” levou os assistentes sociais a se aproximarem de procedimentos de caráter científico – a pesquisa, o uso da estatística, o método monográfico.”.

Está presente, portanto, no universo de interesses dos assistentes sociais, a utilização de procedimentos sistemáticos que contribuam para o conhecimento dos problemas sociais e das pessoas. Este conhecimento mostra-se necessário para que, a partir da compreensão da realidade, o assistente social possa empreender a ação. Ação esta orientada pela doutrina da Igreja, seguindo o mesmo método preconizado pela Ação Católica – ver-julgar-agir. [...] Ou seja, após conhecer, com o auxílio de instrumental técnico, o profissional avalia a situação de acordo com os princípios neotomistas, para definir o que deve ser feito para resolver o problema social ou individual. (VIEIRA, 1987, p. 80).

No Brasil, até a década de 1940, os assistentes sociais careciam de instrumentais técnicos específicos do Serviço Social para as suas atividades profissionais.

Sendo assim, alguns profissionais receberam bolsas de estudo para buscar especialização em universidades norte-americanas e, assim, trazer para o Brasil os procedimentos e instrumentais que estavam sendo utilizados pelo Serviço Social: de casos, de grupo, organização de comunidade e o desenvolvimento de comunidade.

Portanto, pode-se dizer que o Serviço Social foi influenciado mais pela doutrina católica do que por ideias e pensamentos positivistas.

Com a Proclamação da República, em 1889, aos poucos, o positivismo foi perdendo força e a Igreja passou por um período de enfraquecimento de suas doutrinas.

O papel da Igreja se confundia com posicionamentos políticos, ligados aos movimentos reacionários. Contudo, era preciso que a Igreja transformasse essa ideia e demonstrasse interesse em difundir seu trabalho social com vistas a consolidar um novo posicionamento, conseguindo assim a adesão da maior parte da sociedade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, algumas medidas foram favoráveis à Igreja, como, por exemplo: o ensino religioso torna-se facultativo nas escolas públicas, tem-se autorização para construir cemitérios religiosos, indissolubilidade do casamento, entre outras.

Dessa forma, a Igreja reassume seu papel na sociedade e nessa condição surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, em São Paulo (1936) e no Rio de Janeiro (1937). Segundo Aguiar (1995, p. 31), o Serviço Social “nasce ligado à Igreja Católica, a serviço de sua ideologia.”.

O Serviço Social e a Igreja têm, portanto, pontos em comum, na medida em que lutam e defendem condições dignas de trabalho à classe proletária. Outro aspecto importante é que consideram a família como instituição sólida para a sociedade. Se surgissem problemas no núcleo familiar, seria necessária a luta do Serviço Social e da Igreja no sentido de fazer com que o Estado assumira seu papel na promoção do bem-estar da população.

Para os profissionais do Serviço Social, era necessário se apropriar de técnicas e instrumentos operacionais que pudessem ser utilizados em suas ações a partir da compreensão da realidade e baseados em princípios neotomistas.

O Serviço Social, no início do século XX, em vários países europeus e latino-americanos se destaca por atuar em diversos segmentos da sociedade, como: famílias, crianças, escolas, saúde, empresas, população rural etc. A família era considerada como mantenedora de toda estrutura: econômica, afetiva, educacional. Se surgissem problemas no núcleo familiar, seria necessária a retirada do indivíduo do seu núcleo, pois o indivíduo é determinado pelo ambiente social em que vive. (VIEIRA, 1985).

Nos Estados Unidos, as escolas recebiam as “visitadoras sociais” para verificar a situação das crianças quanto ao aproveitamento e adaptação escolar. As crianças recebiam toda a assistência para os casos de abandono, adoção, maus-tratos, entre outros. Na área da saúde, o Serviço Social atuava no acompanhamento ao paciente, assegurando-lhe atendimento, e realizava estudo do ambiente social.

Cabe destacar que a postura dos assistentes sociais e a profissão do Serviço Social sofreram todas essas influências teóricas e filosóficas logo no início de sua trajetória e isso contribuiu significativamente para a compreensão da caminhada histórica da profissão.



Para um aprofundamento desses temas sugiro que você leia o seguinte livro: **MONTANO, Carlos. A natureza do Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



LEITURA COMPLEMENTAR

O SERVIÇO SOCIAL E A INFLUÊNCIA POSITIVISTA

Ana Cristina de Souza Vieira

O pensamento positivista de Augusto Comte teve manifestações no Brasil durante o Império, mas defendia a República. Os positivistas e os liberais queriam um governo republicano. Segundo Pinto (1986, p. 25) apud Vieira (1987, p. 72), as ideias positivistas eram opostas às ideias dos liberais, pois os positivistas almejavam uma república ditatorial, propondo de certa forma “que o presidente fosse vitalício no cargo e pudesse designar seu sucessor, advogavam plena liberdade de pensamento e profissional (sem exigência de diplomas profissionais), pretendiam uma República federativa, em que os Estados fossem autônomos em relação à nação”.

Os representantes do positivismo no Brasil que mais se destacaram foram: Benjamin Constant, Teixeira Mendes, Miguel Lemos e Álvaro de Oliveira. Em 1881 surge a Igreja Positivista do Brasil, e leva seus seguidores a tomarem posições mais ortodoxas, causando assim o afastamento de alguns de seus representantes, como Benjamin Constant. (VIEIRA, 1987).

Com a Proclamação da República (1889), a liberal-democracia impõe seus preceitos de forma significativa e aos poucos o positivismo vai perdendo sua expressão.

Apesar da limitada influência positivista na Proclamação da República, o Brasil foi o país onde o positivismo teve maior penetração, sendo que no Rio Grande do Sul, sob a influência de Júlio de Castilhos, chegou-se a ter uma constituição inspirada no positivismo. Também sob sua vertente religiosa, o positivismo teve no Brasil seu apogeu. A Religião da Humanidade pretendia “sobrepôr o agnosticismo à transcendência, desembaraçando o espírito humano da ideia de um Deus revelado e de uma fé sobrenatural. O Brasil vem a ser um refúgio da doutrina e um dos países em que a mesma se desdobra e multiplica como religião demonstrável, criação imanente do espírito humano, que se propõe substituir a tradição católica”. (AZEVEDO, 1982, p. 57 apud VIEIRA, 1987, p.73).

De acordo com Vieira (1987, p. 73), “o processo que redundou no surgimento da profissão e das primeiras agências de formação para o Serviço Social está intrinsecamente ligado à Igreja Católica, no Brasil”. Durante o Império, a religião católica predominava e era considerada a religião oficial, mas no Brasil existia o Padroado, que dava poderes ao Imperador de vetar ou aceitar as orientações papais vindas de Roma, o que distanciava a instituição da ordem maior que era em Roma.

Mas, com a Constituição de 1891, o Padroado foi extinto e aos poucos houve a aproximação com as orientações da Igreja. A Constituição de 1891 estabeleceu também algumas medidas que não favoreciam muito a Igreja Católica, como: “tornou obrigatório o casamento civil, foi instituída a secularização dos cemitérios (até então sob a tutela da Igreja) e vetado o ensino religioso nas escolas públicas”. (VIEIRA, 1987, p. 74).

A Igreja Católica procura novamente tomar seu espaço na sociedade, apoiando ações do Estado e se engajando na solução dos problemas sociais que vinham surgindo, buscando a aproximação com a população. Assume também papel importante junto ao Estado, reconquistando seu lugar na sociedade.

Portanto:

A profunda ligação do Serviço Social com a Igreja, no momento da origem da profissão, a adoção da doutrina católica como fundamento para a profissão, impedia qualquer possibilidade de esta se aproximar da filosofia positivista, pois defendiam posições contrárias. Uma, tendo por base a fé em Deus, a outra descrendo de qualquer pressuposto teológico. Uma, defendendo um Estado democrático, estruturado corporativamente, outra projetando uma república ditatorial, com um Executivo forte. Uma, defendendo a orientação cristã nas escolas, outra querendo a escola laica, com ênfase nas ciências naturais, distinguindo ciência de teologia. (VIEIRA, 1987, p.77).

Podemos dizer que o Serviço Social, ao assumir posições também defendidas pela Igreja Católica, como melhoria das condições de trabalho do proletariado, defesa da instituição familiar, favorecimento da organização sindical, apresentava certa oposição ao positivismo, mesmo porque, quando surge o Serviço Social no Brasil, o positivismo já não tinha tanta expressão.

[...] quando a profissão começou, a influência positivista na República já tinha, praticamente, se extinguido [...]. Na década de 30, o Serviço Social se insurgia primordialmente contra o liberalismo, que vinha nortear o Estado brasileiro desde a Independência, e que, com a Revolução de 30, se impôs. (VIEIRA, 1987, p. 77).

Enfim, podemos salientar que o período inicial da profissão teve sua origem voltada ao humanitarismo cristão adotado pela ação da Igreja, pautado na filosofia dos ideais católicos. O Serviço Social “tradicional” e conservador estava baseado no pensamento humanitário cristão, com forte influência da Igreja e com pensamentos filosóficos, entendendo que “o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista”. (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

FONTE: Adaptado de: VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço social e positivismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 8, n. 24, p.71-78, ago. 1987.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- O Serviço Social está baseado em aspectos filosóficos, sociológicos e científicos.
- Quatro períodos são marcantes no conhecimento técnico-científico do Serviço Social: intuitivo-mítico; idealista-filosófico; empírico-positivo e científico-prático.
- O Serviço Social recebe influência das áreas da sociologia, filosofia, psicologia e psicanálise.
- A evolução das sociedades se dá nos campos teológico, metafísico e positivo.

AUTOATIVIDADE



1 Descreva o que você entende por período científico-prático no Serviço Social.

2 Cite os estágios de evolução das sociedades e comente cada um deles.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

A história do Serviço Social tem como “pano de fundo” todo processo social, econômico e político de uma sociedade que está em constante transformação. Ela tem seu início construído em ações de caridade e benevolência que, aos poucos, vão tomando outra forma, baseadas em pressupostos teóricos e metodológicos. O Serviço Social começa a se destacar como profissão que possui um foco de atuação: os sujeitos em movimento na sociedade.

2 MOMENTOS HISTÓRICOS

Historicamente, o Serviço Social institui-se como práticas caritativas, respaldadas e difundidas por entidades religiosas com o objetivo de desenvolver “obras sociais” voltadas aos pobres e excluídos. Segundo essa concepção, a pobreza era concebida como um “desígnio divino”, sendo que as obras de caridade possibilitariam uma sobrevivência mais digna às populações “carentes”. Entende-se aqui, por termo “carentes”, aquelas populações menos favorecidas social e economicamente; termo este que, nos dias de hoje, já se encontra ultrapassado, utilizando-se o termo “populações em situação de vulnerabilidade ou risco social”.

A ausência de um referencial científico e a disseminação de ideologias dominantes foram empecilhos para a compreensão da estrutura social e econômica do país, considerando-se, na maioria das vezes, o Serviço Social como uma profissão de “ajuda” ou “benesse”.



IDEOLOGIA: "sistema de crenças ou valores que é utilizado na luta política para influir sobre o comportamento das massas, para orientá-las numa direção e não em outra, para obter consenso, enfim, para fundamentar a legitimidade do poder". (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007).

Para compreender como surge o Serviço Social, podemos pensar e refletir como se deu a forma de ajuda e caridade desde o início das civilizações. Cada sociedade, em épocas distintas, sofreu a influência de fatos históricos que ocorreram em contextos sociais com características próprias.

A trajetória do Serviço Social, enquanto profissão, vai tendo contornos diferenciados de acordo com os tipos de relações que vão surgindo com a questão da urbanização e as reivindicações da classe trabalhadora.

O papel do Estado se destaca de forma reguladora frente à questão social que se apresenta no Brasil a partir dos anos 1930. Além das ações sociais desenvolvidas pela Igreja Católica, em que prevaleciam práticas filantrópicas, também se desenvolviam práticas e ações de cunho assistencialista e paternalista por parte do Estado.

Com o passar do tempo, as sociedades foram se modificando e, conseqüentemente, as transformações históricas e sociais permitiram novas práticas de atuação profissional.

O Serviço Social, com essa denominação, só passa a ser conhecido a partir do século XX. Isto não significa que, antes deste período, não houvesse formas de ajuda ao próximo ou a própria busca pelo bem-estar da humanidade. O fato é que a ajuda se dava por influência dos momentos históricos e sociais de cada sociedade.

Se pensarmos em uma trajetória linear da história, veremos que desde a Antiguidade existiram pobres e pessoas que não possuíam bens materiais necessários à sobrevivência, mas nessa época a pobreza se revelava em cenários de guerras, conflitos territoriais e catástrofes naturais que atingiam a população e prejudicavam as lavouras, das quais provinha o sustento das famílias.

Nesse período da história, as sociedades eram formadas por clãs ou tribos, as quais deveriam prover os meios de subsistência aos seus familiares. Existiam também sociedades míticas, em que a miséria, doenças e catástrofes eram consideradas castigos divinos, impingindo à natureza todos os males sofridos.

A ajuda ao próximo vai se tornar evidente na Sagrada Escritura, livro em que são observados preceitos da caridade, apontando atitudes e ações para se fazer o bem.

Quando o Cristianismo se torna a religião oficial (313 d. C.), a sociedade passa a acreditar no poder da religião como forma de entender e aceitar todas as mazelas, como as epidemias e catástrofes. Desse modo, a caridade passa a ser um meio para se alcançar a vida eterna, na busca da salvação e do Reino dos Céus.

[...] Ser pobre ou doente não constitui castigo de Deus, mas consequência da imprevidência individual ou das circunstâncias; a pobreza e a doença são consideradas como provação, da qual se poderiam haurir grandes merecimentos. Ajudar o pobre, recebê-lo, é meritório, pois ele representa a própria pessoa do Salvador. A caridade constituía, assim, para quem a dispensava, um meio de alcançar méritos para a vida eterna: era uma “virtude”. (VIEIRA, 1985, p. 30).

A partir daí, a Igreja se dedica a manter ordens religiosas que cuidavam e administravam hospitais, escolas e instituições de caridade. Em troca da ajuda prestada eram retribuídos com auxílios financeiros para a manutenção dos préstimos que ofereciam à sociedade.

As congregações religiosas instituíram auxílios à população oferecendo assistência social, visitas domiciliares aos enfermos, ajudas materiais como forma de atender as pessoas que eram atingidas pelas guerras e epidemias da época. Aos governos cabia somente a função de manter a ordem do Estado, mas, mesmo assim, auxiliavam as obras de caridade oferecendo recursos financeiros.

Com o fim da Idade Média e início dos Tempos Modernos, a sociedade vai passando por transformações econômicas e sociais bem marcantes. Aos poucos, os homens deslocam-se para os centros urbanos e iniciam um processo de novas descobertas e conhecimento, no que tange às relações sociais estabelecidas em seu núcleo familiar.

Então, nesse período, a pobreza passa a ser reconhecida como um “fenômeno social” e não mais apenas como um desígnio divino. A pobreza começa a ser entendida como a falta de condições sociais e econômicas das pessoas, cabendo à sociedade prestar assistência a essa parte da população.

As pessoas continuavam a receber ajuda, pois não tinham condições de viver com dignidade frente a um novo processo histórico e social que se configurava. As famílias ocuparam os centros urbanos e necessitavam de materiais para sua sobrevivência, como: alimentos, vestuário, habitação etc.



Caro(a) acadêmico(a)! LEMBRE-SE! Durante todo o estudo e leitura, você deve estar sempre voltado ao período histórico a que se refere o texto.

A partir do século XIX, o cenário econômico e social apresenta mudanças, surgindo a classe dos assalariados, trazendo como consequência o emprego de mão de obra de todos os componentes da família (homens, mulheres, crianças). É o processo de urbanização e industrialização da sociedade, tema que teremos oportunidade de discutir com mais propriedade na Unidade 2.

Para melhor compreendermos como se deu o surgimento do Serviço Social como profissão, primeiro precisamos estabelecer a relação que existe entre a profissão e a sua ligação com a Igreja, destacando, aqui, o papel da Igreja Católica.

Como já vimos desde o início desta Unidade, o Serviço Social começa a atuar sob uma perspectiva assistencialista, vinculada a ações sociais que eram protagonizadas pela Igreja.

A Igreja, enquanto instituição legitimada na sociedade, exercia domínio político e ideológico, difundindo sua doutrina católica e, desta forma, arregimentando aqueles que se viam “desorientados” e necessitando de ajuda. Os intelectuais faziam parte da cúpula da Igreja, pois cabia a eles repassar os conhecimentos e ensinamentos da fé católica. Sendo assim, prestavam “assistência social” aos desassistidos.

Cabe destacar que o Serviço Social também sofreu influência de duas encíclicas papais que, de certa forma, serviram para estabelecer “normas genéricas para o exercício da fé católica.” (CASTRO, 2010, p. 51).

As encíclicas *Rerum Novarum*, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891, e *Quadragesimo Anno*, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931, foram representativas na propagação da doutrina católica.

A encíclica *Rerum Novarum* apresenta propostas para resolver os problemas sociais, sob a ótica do socialismo e dos ensinamentos da Igreja.

Para a Igreja e “de acordo com a encíclica, o direito à propriedade é um direito natural que procede da generosidade divina: quando Deus concedeu a terra ao homem – diz-se –, fê-lo para que a use e desfrute sem que isto se oponha, em qualquer grau, à existência humana.” (CASTRO, 2010, p. 53).

Através dessas declarações a Igreja tentava justificar e explicar a questão das desigualdades sociais, dizendo que Deus concedeu terra a todos, mas que os homens possuiriam a terra conforme seus esforços individuais, segundo as suas capacidades.

A desigualdade não é apenas natural: é conveniente à coletividade, já que é necessária a variedade de talentos e ofícios. Posto que a sociedade está naturalmente dividida, o problema seguinte a equacionar é o do tipo de relações que regem a vida entre estes segmentos que a divindade, nuns casos, premiou com a abundância e, noutros, condenou com a miséria. (CASTRO, 2010, p. 55).

Para a Igreja, segundo a encíclica *Rerum Novarum* (1891), as relações de classe existem entre os donos do capital e a mão de obra assalariada (proletariado), mas a Igreja e a fé cristã acreditam que essa relação pode ser menos voraz. A encíclica estabelece condutas, tanto para o proletário quanto para o empresário, para que as relações entre essas duas classes sejam justas e harmoniosas.

Ainda, cada “bom cristão” deveria aceitar sua condição de vida e buscar na fé religiosa o consolo para aceitar sua posição na sociedade. A Igreja tinha a missão de atender às necessidades dos mais pobres e excluídos, oferecendo bem-estar material e espiritual para que os indivíduos se sentissem confortados em sua situação de pobreza e exploração.

Por outro lado, essa encíclica pregava que o Estado também deveria ter sua parcela de participação no atendimento às necessidades dos indivíduos. O Estado deveria oferecer serviços sociais que permitissem à classe proletária uma situação de vida mais confortável e conformada, amenizando assim as relações de conflito entre patrões e empregados.

Daí se afirmar que a encíclica *Rerum Novarum* assume um caráter político e ideológico, com vistas a propor ações que contam com o apoio da instituição religiosa – Igreja.

A encíclica, [...], traça formas de ação para as classes e o Estado e, em particular, para a própria estrutura organizativa geral da Igreja, sustentando a colocação da reforma social como instrumento político para enfrentar os problemas da época. A partir dela, por consequência, pode-se distinguir não só uma matriz ideológica, mas ainda o perfil de práticas concretas de intervenção social que, como o Serviço Social, a educação, etc., iriam encontrando em suas premissas a forma e o sentido da sua orientação. (CASTRO, 2010, p. 59).

No entanto, vale salientar que as encíclicas não são caracterizadas como documentos legais que devem ser cumpridos pelos indivíduos. As encíclicas se apresentam como propostas de ações aprovadas pela Igreja, e que “sua interpretação e uso concreto estão, portanto, referidos à situação imperante em cada meio particular, onde a pertinência da sua mensagem é confrontada com o movimento da realidade.” (CASTRO, 2010, p. 59).

Enfim, a encíclica *Rerum Novarum* propunha o exercício do assistencialismo como forma de cumprir com sua missão doutrinária, desempenhando seu papel junto à classe dos proletários. Desse modo, poderia se garantir a **reforma social** que tanto almejavam.

Já na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), a Igreja reforçou o seu papel, orientando a todos os cristãos a seguirem os caminhos propostos pela educação cristã.

Cabe ressaltar que em 1925 (seis anos antes da divulgação da Encíclica *Quadragesimo Anno*) foi criada a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), durante a I Conferência Internacional realizada em Milão (Itália).

Segundo Castro (2010), a UCISS apresentava dois grupos: o Grupo de Escolas de Serviço Social e as Associações de Auxiliares Sociais, que tinham por objetivo propagar o Serviço Social no mundo, bem como fazer se reconhecer em sua concepção católica.

Então, a UCISS passou a desempenhar um papel importante na divulgação do trabalho social, sempre em sintonia com a doutrina católica, e em seus encontros e seminários os debates se concentravam em uma nova ordem cristã, tendo como colaborador e realizador o Serviço Social.

Na encíclica *Quadragesimo Anno*, Pio XI reconheceu o trabalho e a colaboração dos intelectuais e profissionais católicos em busca da nova ordem cristã, mas não cita explicitamente os profissionais do Serviço Social. Contudo, entre estudiosos, profissionais leigos e intelectuais católicos, são os assistentes sociais que passam a se preocupar com o trabalho técnico e profissional, direcionando sua prática à questão social.

Ao lado destes elementos doutrinários, mobilizadores e coesionadores, a mensagem da Igreja, através da *Quadragesimo Anno*, enfatizou também a recuperação dos aspectos técnicos para a eficiência do trabalho assistencial, chamando ao estudo, o que resultou especialmente renovador na América Latina, onde se fez necessário que a Igreja estimulasse diretamente a criação de centros de formação superior incumbidos de difundir os conhecimentos requeridos para superar as limitações técnicas do trabalho artesanal tradicionalmente voluntário. (CASTRO, 2010, p. 64).

Dessa forma, o assistencialismo que vinha sendo praticado pela Igreja Católica começa a ter outro significado, a partir do momento em que as escolas de Serviço Social passam a formar profissionais que lançam mão de instrumentos técnicos na sua atuação profissional. Entretanto, não podemos deixar de lembrar que a Igreja Católica teve um papel importante na criação de escolas de Serviço Social e que, por sua vez, os estudantes recebiam ensinamentos com preceitos católicos.

Conforme Castro (2010), essas duas encíclicas foram significativas para a história do Serviço Social, haja vista que desencadearam questões subjacentes ao assistencialismo praticado naquela época, em decorrência das relações de produção que existiam e que são características do sistema capitalista: donos dos meios de produção (patrões) e mão de obra explorada (proletários).

Sendo assim, percebemos que o papel da Igreja teve implicações nos primeiros passos do Serviço Social, pois a influência religiosa estava presente na formação dos profissionais.

Dessa forma, começam a aparecer problemas de ordem social devido ao crescimento desordenado dos grandes centros industriais e se faz necessária a organização da assistência social.

A Primeira Guerra Mundial (1914) trouxe para a sociedade grandes transformações nos campos tecnológico, social e político, sendo que o Serviço Social, nesse contexto, fica atrelado ao papel desempenhado por três instituições primordiais: **família, Igreja e Estado**.

Conforme Vieira (1985), a **família** assume o papel de procriadora, mantenedora e de educadora no sentido de construir laços afetivos em seu núcleo familiar e dar “proteção” aos seus filhos. O “trabalho social” era realizado por algumas famílias, no sentido de colaborar com a educação das crianças, como por exemplo: educadoras de creches ou cuidando de crianças abandonadas.

O papel da **Igreja** continua sendo voltado às obras de caridade, com caráter voluntário e desenvolvido com espírito de solidariedade por parte das “damas” de caridade e padres das mais diversas congregações religiosas.

O **Estado**, por sua vez, dá início à sua contribuição na área da assistência social, elaborando leis que favorecem a população. Durante o século XX, na maioria dos países, foram implantados os seguros sociais que asseguram à população trabalhadora alguns benefícios de prevenção e promoção humana. Também, por iniciativa do poder público, foram sendo implantados serviços de assistência social voltados aos idosos, crianças, doentes mentais etc.

Desse modo, foi-se construindo a história do Serviço Social e, nos dias de hoje, o Estado tem papéis bem definidos quanto à implantação de políticas públicas sociais que possam atender as necessidades da população vulnerabilizada social e economicamente.



Para um aprofundamento desses temas, sugiro que você leia os seguinte livros:

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Lúcia de Barros. **Serviço Social na reestrutura produtiva, O- espaços, programas e trabalho profissional**. 2ª. ED. São Paulo: Cortez, 2006.



LEITURA COMPLEMENTAR

TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A concepção e o sentido da assistência social referem-se a situações e momentos históricos de profundas transformações econômicas, sociais e culturais que a sociedade vem atravessando ao longo dos séculos.

A sociedade dos séculos XVIII e XIX foi marcada por momentos de crescimento econômico, pela luta da liberdade, pela conquista dos direitos civis, pela luta de classes, pelo crescimento desenfreado das desigualdades sociais e generalização da pobreza.

A pobreza, no período da Revolução Industrial europeia, é compreendida como risco social predominante. O Estado age para proteger a sociedade da ameaça representada pela pobreza (associados à indigência, doença, furto, degradação dos costumes) e para proteger os pobres. Os pobres foram protegidos, ora pela distribuição de alimentos, ora por meio de complementação salarial, ora através do recolhimento a asilos, ora mediante recrutamento para as manufaturas públicas. Portanto, as formas de proteção social criadas para este período estavam baseadas na caridade, doação e benesses por parte do Estado.

Em fins do século XIX, surge um novo cenário de capitalismo industrial, que se consolida e, assim, aparecem novos atores – sindicatos, partidos políticos

– e arranjos institucionais capazes de incluir, na agenda pública, demandas de setores emergentes no mundo do trabalho. Desta forma, uma segunda fase se inaugura, quando são instalados os seguros sociais compulsórios, para fazer face a riscos sociais associados ao trabalho assalariado, despontando como o modelo dominante de proteção social. Para a sociedade, mais que a pobreza, a ameaça agora está na recusa ao assalariamento.

CIDADANIA – Nesse mesmo período histórico constrói-se outro conceito, o de cidadania, conceito este que adquire diferentes características conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas existentes. Este conceito só pode ser entendido a partir dos momentos e situações históricas relacionados com a luta pela liberdade e pelos seus direitos. O termo cidadania tem sua origem no desenvolvimento das *pólis* gregas, entre os séculos VII e VIII a.C., quando seu significado associava-se à participação política.

O conceito de cidadania nas sociedades escravistas vinculava-se à necessidade de libertar a força de trabalho do trabalho servil e tornar o homem um indivíduo livre. A formação das democracias modernas trouxe consigo o conceito que passa a vigorar na contemporaneidade, significado este relacionado às lutas sociais e com caráter reivindicatório. Ao longo dos séculos XIX e XX, transferiu-se para a compreensão da cidadania toda uma gama de desajustes oriundos do sistema de classes.

Mas, foi apenas com as guerras mundiais e com o temor à extrema violência dos conflitos e de seus subprodutos, como foram os regimes totalitários, que a sociedade civil e os órgãos internacionais, como a ONU, entenderam ser os direitos humanos uma questão de primeira ordem para o tema de cidadania no século XX.

Assim, a partir do quadro evolutivo do conceito de cidadania, pode-se dizer que, apesar da existência de profundas desigualdades sociais geradas, o termo ampliou-se na sua abrangência e na sua concepção. Deixou de restringir-se apenas à participação política para relacionar-se ao homem como sujeito de direitos e, que ao exercer seus direitos, influi e delimita as funções do Estado em todas as dimensões: política, econômica, cultural, ética etc.

A POBREZA – A industrialização enfraquece substancialmente as redes tradicionais de proteção, como a família, a Igreja, a comunidade, na medida em que recruta homens, mulheres, crianças para o trabalho nas fábricas. Os idosos, que na produção artesanal eram figuras importantes, porque detinham o saber sobre o processo de trabalho como um todo, são descartados, pois a produção industrial fragmenta o processo de trabalho e passa a requerer habilidades manuais mais juvenis. Os riscos relativos à saúde se agravam com as condições de trabalho nas fábricas e com as condições de vida decorrentes da urbanização acelerada. Nesse cenário, a pobreza se alastra nas sociedades industrializadas e urbanizadas.

Adentrando no século XX, novas transformações ocorrem no padrão de produção capitalista. As duas grandes guerras mundiais compõem o pano de fundo de um novo contexto, no qual emerge a terceira fase, quando surge a noção de seguridade social.

A pobreza hoje é compreendida a partir do período de redemocratização brasileiro, enquanto fenômeno complexo derivado do modo pelo qual uma sociedade distribui/concentra o acesso à riqueza produzida. Portanto, não cabe a uma política social, e muito menos à Assistência Social, superar a pobreza e a desigualdade, e nem colocá-la no patamar de substitutiva das demais políticas, o que exigiria mudanças na estrutura da sociedade.

Nesse sentido, a visão do gestor/administrador deste novo século é a de entender que entre seus projetos e ações deve situar a Assistência Social como um investimento na cidadania, tendo a certeza de que o desafio a ser superado é complexo e difícil. Atualmente, operacionalizar a área social é sinônimo de trabalhar de forma planejada, executada com equipamentos específicos, com programas e projetos claros, definidos e acordados com a população. Assim, a Assistência Social, como uma das políticas públicas sociais, articulada às demais, servirá para o exercício e consolidação da cidadania em nossas comunidades.

FONTE: Adaptado de: UNIJUÍ. Capacitação para gestores e conselheiros da assistência social. Santa Rosa: UNIJUÍ, 2002.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- O Serviço Social tem sua origem em práticas caritativas com características de “benevolência” e “favor”.
- O Serviço Social sofreu influência da Igreja, enquanto instituição que presta serviços voluntários e de assistência social aos pobres.
- O aumento da pobreza, em consequência da migração das pessoas para os grandes centros urbanos, tornou-se um problema de ordem social.
- Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), grandes transformações ocorreram nos campos tecnológico, social e político, sendo necessário repensar uma nova estrutura social.
- As concepções de Serviço Social assumem características próprias de acordo com o momento histórico das sociedades.

AUTOATIVIDADE



- 1 Comente, de maneira clara e objetiva, qual foi a influência da Igreja no surgimento do Serviço Social.
- 2 Segundo Vieira (1985), a família, a Igreja e o Estado desempenharam papéis na história do Serviço Social. Escreva sobre cada um deles.

MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O movimento de reconceituação do Serviço Social discute teoria e prática da profissão construídas até então. Na década de 1960-70, inicia-se um processo de análise da conjuntura do Serviço Social, posicionando a “reconceituação” como um movimento de crítica ao Serviço Social **tradicional** que estava sendo praticado pelos profissionais.

Esse movimento procura promover a reflexão do Serviço Social enquanto profissão, caracterizando-se como um movimento específico dos países latino-americanos e que traz contribuições significativas para as áreas epistemológicas e metodológicas do Serviço Social.



Segundo Japiassu (1992), “por **epistemologia**, no sentido bem amplo do termo, podemos considerar o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais”.

2 O QUE FOI ESSE MOVIMENTO?

Pensar em “movimento de reconceituação” nos remete ao significado que esse termo expressa, compreendendo que o Serviço Social passa por um movimento crítico e dialético por volta dos anos de 1970, num processo de uma nova conceituação: a reconceituação.

A base teórica do Serviço Social vinha de um período conservador que a própria profissão ainda comungava em sua prática. Com a ascensão do capitalismo e momentos históricos de reflexão, o Serviço Social passa a repensar sua prática profissional, sendo que o movimento de reconceituação se coloca como um marco no cenário dessas transformações.

Os fundamentos da reconceitualização passam por formulações que visam à melhoria das relações dos indivíduos e grupos na sociedade em que vivem. Alguns autores defendem uma prática de Serviço Social voltada à área das ciências sociais, preocupando-se com as problemáticas sociais e utilizando um planejamento de ações para a intervenção profissional.

O processo de renovação do Serviço Social se dá no momento em que há a ruptura do Serviço Social “tradicional”, aquele em que os profissionais atuavam de maneira paliativa e burocratizada, valendo-se do método funcionalista para tratar das questões na área social.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2010, p. 131).

O movimento de reconceitualização ocorre a partir dos anos 1960, em um momento em que acontecem também transformações no mundo capitalista. A classe profissional dos assistentes sociais luta e busca seu espaço na condição de ser um profissional que também planeja e não só executa ações. Vai mais além do que trabalhar questões sociais de indivíduos ou grupos, pois pretende desenvolver seu trabalho pautado nas relações que se estabelecem na sociedade, levando em consideração as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais de cada época.

A ruptura com o Serviço Social “tradicional” e conservador não acontece em sua totalidade, pois o Brasil vive a era da ditadura militar, o que dificulta os avanços nas discussões da questão social, temas estes velados pelo autoritarismo de um governo militar e ditatorial.

Dessa forma, a prática profissional tradicional e conservadora enfrenta dificuldades em nortear suas ações de um modo mais crítico e renovador.

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. [...] Entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o assistente social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. (IAMAMOTO, 2008, p. 37).

A reconceituação se propôs a discutir a questão da prática do Serviço Social tradicional que vinha sendo desenvolvida na perspectiva do Serviço Social de casos, o Serviço Social de grupo e o desenvolvimento de comunidade. Essas discussões buscaram refletir sobre o processo de planejamento do Serviço Social em uma sociedade que estava passando por inúmeras transformações nas mais variadas áreas: econômica, política, social, religiosa etc.

“A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.” (FALEIROS, 1987, p. 51).

A prática dos assistentes sociais voltada ao atendimento de caso, grupo e comunidade não correspondia qualitativa e metodologicamente às ações de intervenção dos profissionais.

Nessa nova dimensão do movimento de reconceituação em um pensamento dialético das relações, “o serviço social se constrói em um processo histórico-estrutural, nas relações sujeito-estrutura”. (FALEIROS, 2005, p. 27).

Por outro lado, não podemos pensar o Serviço Social nesse momento de reconceituação como “desqualificado” até então, desconsiderando o que já havia sido feito até aqui.

A partir do movimento de reconceituação ocorrem questionamentos quanto aos procedimentos profissionais e quanto à eficácia, eficiência e legitimidade das ações profissionais voltadas às classes subalternas. (NETTO, 2010).

O movimento de reconceituação pode ser apontado como uma crítica ao Serviço Social tradicional que vinha sendo posto em prática pelos profissionais.

Essa prática do Serviço Social tradicional era:

[...] a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos sempre pressupostas à ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (NETTO, 2005, p. 6).

É nessas indagações sobre a ação do profissional frente ao conhecimento técnico-científico, metodológico e ético-político que se debruça a questão do movimento de reconceituação. Faz-se necessário refletir sobre as lutas de classe e como isso se manifesta nas relações sociais, provocando um sistema excludente e dominador por parte da classe burguesa.

Nessa conjuntura é que é preciso situar o movimento de reconceituação, [...] como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação de estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente, no bojo do processo revolucionário e, ainda, com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação. (FALEIROS, 1987, p. 51).

Nessa perspectiva, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) elabora alguns documentos em encontros e seminários realizados para discussões da ação profissional do Serviço Social. O CBCISS, na década de 60, era conhecido como Comitê Brasileiro de Conferência Internacional de Serviço Social.

O primeiro documento, conhecido como Documento de Araxá, reuniu em seminário 38 assistentes sociais de vários Estados e aconteceu na cidade de Araxá-MG, de 19 a 26 de março de 1967.

Este documento foi considerado um marco fundamental no movimento de reconceituação, pois iniciou as discussões acerca do que era o Serviço Social, apresentando uma visão científica e prática da profissão.

Compreendeu-se que o Serviço Social, construído historicamente como uma profissão de “ajuda”, relacionava-se ao processo de desenvolvimento da sociedade, considerados os aspectos sociais, históricos e econômicos que permeavam as relações.

Surge então a preocupação dos assistentes sociais em (re)conceituar o Serviço Social, frente às exigências de uma sociedade em constante mudança e transformação. O Documento de Araxá (1967) aponta para discussões e reflexões de uma prática profissional voltada à promoção humana e prevenção de problemas individuais e coletivos, com vistas ao desenvolvimento dos indivíduos.

Como contribuições do Documento de Araxá, podemos destacar:

- A definição de objetivos operacionais, visando à identificação de problemas nas comunidades e na vida dos indivíduos para que possam criar condições de participação efetiva sobre sua situação, respeitando os postulados e princípios do Serviço Social, tais como: exercício da livre escolha e responsabilidade das decisões, respeito aos valores culturais e autopromoção dos indivíduos.

[...] o Serviço Social atua na base das inter-relações do binômio indivíduo- -sociedade. [...] Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas. (DOCUMENTO DE ARAXÁ, 1965, p. 11).

Inicia-se, portanto, um processo de pensar o Serviço Social não com uma visão assistencialista, mas sim, como uma forma de atuação preventiva e de promoção humana. A partir daí, os assistentes sociais sentem a necessidade de organizar um segundo seminário, em que possa ser discutida a metodologia do Serviço Social.

O Documento de Teresópolis se originou do encontro de 35 assistentes sociais de vários estados, na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1970. Os profissionais dividiram-se em grupos distintos e apresentaram procedimentos metodológicos para o Serviço Social.

Segundo Dantas (1970 apud VIEIRA, 1985, p. 167), este documento apresentou algumas mudanças na terminologia tradicional:

- Propôs a mudança dos termos **estudo**, **diagnóstico** e **tratamento** que ligavam o Serviço Social à Medicina, para os termos **diagnóstico** e **intervenção**, que eram originários das ciências sociais.
- Considerar as abordagens individual, grupal e comunitária em vez de Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade.
- Introduziu os termos “sistema-cliente”, fazendo referência à intervenção profissional como sendo ela direcionada a um pequeno grupo, organização, comunidade ou indivíduo.
- Introduziu também o termo “situação social-problema”, referindo-se a uma determinada situação que pode se apresentar como um problema.

Segundo Faleiros (2005, p. 24), “todas essas mobilizações influem profundamente na busca de propostas, que, no entanto, ficam aprisionadas pelo desenvolvimentismo, pela perspectiva do ajuste e da adaptação.”.

Logo após os documentos de Araxá e Teresópolis, foram realizados os encontros no Rio de Janeiro (Documento de Sumaré – 1978 e o Documento Alto da Boa Vista – 1984).

Segundo Netto (2010), esses dois últimos seminários (Sumaré e Alto da Boa Vista) não obtiveram os resultados dos encontros anteriores (Araxá e Teresópolis).

As formulações registradas nos documentos de Araxá e Teresópolis [...], simultaneamente configuraram a sincronização da (auto) representação profissional ao projeto e à realidade globais da “modernização conservadora” que o Estado ditatorial levava a cabo e contribuíram, no plano específico do universo profissional, para o seu processo renovador, intervindo no sentido de girar a face intelectual e operativa do assistente social, balizando novas exigências e condições para a sua reprodução enquanto categoria e para o seu exercício enquanto técnico assalariado. (NETTO, 2010, p. 193).

Foi a partir dos seminários do Sumaré e do Alto da Boa Vista que houve outro “movimento”, que pode ser chamado de reatualização do conservadorismo.

Nesta perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta, no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. Releva notar, ainda e preliminarmente, que a correta apreciação desta perspectiva demanda observações, mesmo sumárias, acerca das dificuldades que se punham para a explicitação do pensamento mais conservador, de que ela é uma ponta privilegiada, quando da sua emersão no panorama do Serviço Social no país. (NETTO, 2010, p. 202).

É a partir dos anos de 1960, com o início das mobilizações e greves dos movimentos sociais, religiosos e políticos, principalmente com a mobilização sindical dos metalúrgicos da cidade de São Bernardo–SP, que o Serviço Social também discute as questões sociais de uma forma mais crítica, em busca da transformação social, com vistas à participação mais efetiva de toda a sociedade na luta por um modelo político de menos exploração, dominação e opressão.

Essa análise crítica se fundamenta na teoria marxista, posto que as discussões se dão sobre as relações de produção e reprodução social, manifestadas pelas relações de poder que se estabelecem na sociedade.

O pensamento marxista surge na profissão como uma forma de instigar um posicionamento crítico dos profissionais diante das desigualdades sociais, mas esbarra na realidade da sociedade burguesa, em que prevalece a prática da benesse e do assistencialismo.



Na Unidade 2 veremos com mais especificidade o que são essas relações de poder e como se manifestam na sociedade.

A preocupação dos assistentes sociais em valorizar o Serviço Social demonstra a constante luta dos profissionais em busca da construção de uma definição mais clara e objetiva da natureza da profissão.

[...] o trabalhador (assistente) social trabalha, ao mesmo tempo, mediações complexas das relações de poder e intermediações de recursos, serviços e oportunidades, para que o sujeito individual ou coletivo tenha assegurados seus direitos, suas condições de vida e a ressignificação de sua trajetória social num contexto também ressignificado. (FALEIROS, 2005, p. 28).

O movimento de reconceituação teve como proposta provocar discussões no meio social, acadêmico e político da categoria profissional, produzindo análises de forma crítica, sistematizando as práticas e considerando as contradições presentes no contexto econômico, social, cultural e político da realidade brasileira.

De acordo com Faleiros (2005, p. 28):

Esta dialética teoria/prática é uma das questões-chave postas pelo movimento de reconceituação e que tem permanecido crucial ao longo de mais de quarenta anos de debate. Também têm sido cruciais as questões da transformação social no contexto do capitalismo e da articulação entre o profissional e o científico, do profissional e do político e do profissional com as condições e relações de trabalho.

As discussões iniciadas com o movimento de reconceituação têm reflexos ainda hoje, pois a luta por um Serviço Social comprometido com as transformações sociais se vê vinculado ao processo político, econômico e histórico de cada sociedade.

No movimento de reconceituação houve uma proposta de fazer a profissão de Serviço Social se manifestar de um modo mais técnico e operativo, pois, até então, vinha sendo praticado segundo os preceitos católicos.

Os encontros e congressos promovidos por profissionais do Serviço Social colaboraram para que houvesse um novo repensar da profissão, norteados por conhecimento técnico-científico.

[...] A busca de um conhecimento científico na profissão relaciona-se também com a inserção dos cursos de Serviço Social no contexto das universidades, em confronto e contato com diversas áreas do saber, deixando de se constituir em escolas isoladas de freiras. Além disso, o progresso tecnológico influenciou todas as áreas do conhecimento. (FALEIROS, 1987, p. 59).

Através das escolas radiofônicas, criadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), houve um movimento em favor do coletivo, que se manifestava por meio das entidades e associações populares.

Entendia-se que a mobilização e a participação popular poderiam fazer com que houvesse um comprometimento maior do povo, para que o mesmo lutasse por seus direitos e por sua cidadania.

Os sujeitos devem se perceber como protagonistas dessa ação coletiva.

[...] Mudando-se os sujeitos coletivamente pela conscientização, pela organização e produção de uma nova cultura que os torne protagonistas da história. A história é objeto da ação e compreendida através da relação com o vivido no dia a dia e não por dogmas ou ideias gerais. (FALEIROS, 1987, p. 59).

Segundo Faleiros (1987, p. 60), “muitos profissionais passaram a descrever da reconceituação em vista desta dicotomia entre discurso revolucionário e prática modernizadora”.

É nesse período, do final dos anos 60 e início dos anos 70, que o movimento de reconceituação traz à tona um repensar crítico da história da profissão, no intuito de provocar a construção de outra postura profissional, na qual os sujeitos pudessem compreender quais os seus direitos nessa sociedade que os exclui da riqueza produzida socialmente pela mão de obra dos próprios trabalhadores.

A reatualização do conservadorismo, que ocorreu entre os anos 70 e 80, apontou para uma nova perspectiva teórica da profissão, mas não encontra muito “eco” entre a classe dos assistentes sociais.

As intervenções profissionais se baseavam em fundamentos positivistas, implicando práticas que se tornavam ajuda psicossocial, ao invés de refletirem teoricamente sobre as questões históricas que incidiam sobre a sociedade.

Para alguns autores, os assistentes sociais deveriam assumir uma postura mais popular, mais próxima do povo, para que pudessem se aproximar da realidade e desenvolver suas ações com caráter mais popular e menos intelectual.

Em contrapartida, outros estudiosos partem de uma proposta que está pautada no planejamento da ação, envolvendo todas as etapas da ação profissional, desde a elaboração do diagnóstico, plano, programa, execução e avaliação, procurando direcionar o trabalho do assistente social em uma linha mais tecnocrática.

O Serviço Social também foi visto como uma profissão prática e que ficou definido no debate ocorrido em Belo Horizonte-MG, conhecido como “Método BH”. A preocupação era com a aproximação dos profissionais com as camadas populares, que eram o foco das suas ações.

[...] Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir da década de 60, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco – e, cremos nós, sua importância histórica tenderá a crescer. Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo, preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto da ruptura no Brasil. (NETTO, 2010, p. 275).

De acordo com Maguiña (1977 apud FALEIROS, 1987, p. 65), o Serviço Social é visto “como produtivo, pois, segundo Maguiña, ele reduz os custos de reprodução da força de trabalho, ao oferecer serviços de consumo (como creches) aos trabalhadores”, o que pode levar à diminuição dos salários, economizando no pagamento ao operário e aumentando o lucro da classe burguesa.

A reconceituação rompeu definitivamente com esta metodologia, levando em conta as diferentes formas de conhecimento existentes, suas articulações políticas, ideológicas e econômicas e, fundamentalmente, a troca desses saberes diferentes em suas relações de força. [...] A reconceituação do Serviço Social não consiste numa revolução linear da assistência à transformação, mas na luta constante pela conscientização de uma sociedade sem exploração e dominação, mudando-se as posições pessoais, políticas e ideológicas e econômicas nas diferentes instituições da cotidianidade. (FALEIROS, 1987, p. 67-68).



Prezado(a) acadêmico(a)! Sugiro como leitura os seguintes textos:

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 84, p. 21-36, nov./2005.

C.B.C.I.S.S. Documento de Araxá. *Debates Sociais*, nº 4, CBCISS, 1969.

_____. Documento de Teresópolis. *Debates Sociais – Suplemento*, nº 4. Rio de Janeiro, CBCISS, 1970.

_____. Documento de Sumaré. *Debates Sociais – Suplemento*, nº 8. Rio de Janeiro, CBCISS, 1980.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. 5. ed. São Paulo: Agir, 1989.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Serviço Social e o popular, O - resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 7ª EDIÇÃO. São Paulo: Cortez, 2011.



LEITURA COMPLEMENTAR

CONQUISTAS E LIMITES DA RECONCEITUAÇÃO

José Paulo Netto

Mesmo contida e pressionada nos limites de uma década, a Reconceituação marcou indelevelmente o Serviço Social latino-americano. Um sumário balanço do movimento apontaria pelo menos quatro conquistas que, desde então, integraram-se na dinâmica profissional de nossos países:

- A articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana: sabe-se que, entre os assistentes sociais latino-americanos, um ativo intercâmbio veio ocorrendo desde 1940; esta interação, todavia, realizava-se notadamente sob a inspiração de instituições confessionais que instrumentalizavam o Serviço Social ou, a partir de 1950, sob a tutela de organismos manipulados pelos Estados Unidos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) (cf. Castro, 1984); com a Reconceituação se põe na ordem do dia um intercâmbio e uma interação profissional diferentes, apoiados no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma articulação profissional continental que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, uma unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas. Em poucas palavras, a continentalidade reivindicada era a de Martí e Vasconcelos, não a de Monroe ou Roosevelt.
- A explicitação da dimensão política da ação profissional: como toda expressão conservadora, o tradicionalismo do Serviço Social ocultava a dimensão política da ação profissional numa pretensa assepsia ideológica. O tradicionalismo profissional foi, sempre, visceralmente político, tão visceral quanto inconfessado. Coube à Reconceituação, desde os seus primeiros passos, trazer à luz do dia a dimensão política que é constitutiva de qualquer intervenção social; e porque em geral o fez pela **esquerda**, o tradicionalismo – **que jamais recusara a politização pela direita** – combateu-a incansavelmente.
- **A interlocução crítica com as ciências sociais:** o “Serviço Social tradicional” construía-se como um receptáculo passivo, um vazadouro acrítico dos produtos das ciências sociais acadêmicas (notadamente norte-americanas); a Reconceituação, incorporando a crítica do tradicionalismo, lançou as bases para uma **nova interlocução** do Serviço Social com as ciências sociais, abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo.
- **A inauguração do pluralismo profissional:** o monolitismo próprio do tradicionalismo foi subvertido pela Reconceituação – com ela, rompeu-se o viés segundo o qual a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas. A Reconceituação concedeu carta de

cidadania a diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social, inclusive como resultado do recurso a diversificadas matrizes teórico-metodológicas.

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: **o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo** (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microsocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto **intelectual** do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da **pesquisa** como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”)[...].

[...] Outras conquistas e outras mazelas certamente seriam localizáveis na herança da Reconceituação. Todas, contudo, poderiam eventualmente ser aprofundadas e retificadas se ela houvesse contado com condições históricas e políticas de um desenvolvimento mais amplo, estendendo as suas experiências e submetendo-se à crítica pública e franca. Mas, os rumos da história latino-americana, tal como se desenharam em meados dos anos 1970, impediram aquele desenvolvimento – e a Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso.

FONTE: Adaptado de: NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 84, p. 11-13, nov. 2005.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você estudou que:

- O movimento de reconceituação, iniciado nos anos de 1960, teve como proposta discutir a prática profissional em relação à teoria e metodologia do Serviço Social.
- Os Documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista contribuíram sobremaneira para as discussões e elaboração de objetivos e metodologias mais específicas para a atuação profissional.
- Esse movimento se caracteriza por assumir um processo crítico-dialético entre a categoria profissional em um momento histórico da organização das classes trabalhadoras e assalariadas.

AUTOATIVIDADE



- 1 Destaque pontos importantes elaborados pelos Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré.
- 2 O que significou o movimento de reconceituação para o Serviço Social?
- 3 De que forma(s) podemos pensar o Serviço Social a partir das contribuições do movimento de reconceituação?

O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

1 INTRODUÇÃO

Frente à complexidade histórica do Serviço Social, bem como a conotação política e teórica que circunda a origem da profissão, podemos perceber que é necessário situar os países latino-americanos nesse contexto, para a compreensão do processo de fortalecimento das práticas cotidianas.

2 A CAMINHADA...

Para compreender como se dá o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina, há que se considerar que nos anos 1920, no Chile, as relações de produção de trabalho estavam pautadas na exploração e trabalho assalariado, devido ao processo de industrialização em vários países, e os países latino-americanos tendo influência do capital norte-americano.

Face a esse novo quadro gerado pela economia, iniciam-se as lutas do proletariado na expectativa de ter suas reivindicações atendidas.

O Chile apresentava um forte êxito econômico devido a fortes indústrias na área de produção de cobre e exploração de minérios e, mais tarde, na indústria fabril, com produção de roupas, calçados, pólvora, produtos químicos e farmacêuticos, entre outros. (CASTRO, 2010).

É lógico que, com o aumento de trabalhadores nessas áreas, fez-se necessária a atuação de trabalhadores sociais que atendessem as demandas apresentadas com essa força de trabalho, pois surgem problemas de ordem social, como: exploração de mão de obra, miséria, crescimento desordenado dos centros urbanos, êxodo rural, entre outros.

Devido a esses e outros problemas, surge no Chile a primeira escola de Serviço Social da América Latina (1925), tendo como fundador o médico Dr. Alejandro Del Río.

[...] à época, médicos, sacerdotes, advogados (e mesmo certo tipo de engenheiros) desempenhavam papéis profissionais de grande significado social – e, ainda, muitas funções próprias do Estado tinham seus agentes nos advogados e nos médicos [...] a prevenção e a terapia eram precárias, não havia a necessária infraestrutura e se carecia de um amplo corpo de profissionais – e, basicamente, o capital não estava interessado em responder a estas demandas de caráter social. (CASTRO, 2010, p. 37-38).

O Serviço Social latino-americano também tem forte influência dos países europeus e norte-americanos no que se refere a questões ideológicas e por subordinação econômica. Os países latino-americanos “copiavam” os modelos europeus nessa relação de subordinação.

Segundo Castro (2010), o médico Alejandro Del Río visitou a Bélgica para conhecer os centros acadêmicos daquele país. Em seguida, René Sand realizou visita ao Chile e, juntos, materializaram a conquista da primeira escola de Serviço Social na América Latina, com apoio e intervenção estatal.

Cabe ressaltar que as primeiras escolas de Serviço Social estão ligadas a iniciativas por parte do Estado ou por influência da Igreja Católica. No caso da escola fundada por Del Río há uma proximidade maior com a ação do Estado, pois a legislação do país, a partir de 1924, já vinha propondo uma nova organização das entidades estatais para atender à população. Dentre as propostas, havia a necessidade de formar profissionais que atendessem à demanda da assistência social. Desta forma, Del Río propôs a criação de uma escola de profissionais de Serviço Social que pudessem auxiliar e complementar o trabalho do médico.

Não podemos esquecer que a profissão do Serviço Social surge com influência da Igreja e as ações da assistência social estavam sempre voltadas às práticas caritativas e filantrópicas. Mais uma vez, cabe recordar que a escola fundada por Del Río em 1925, no Chile, teve um apelo ligado ao Estado, pois se sentiu a necessidade de profissionais que pudessem auxiliar os demais profissionais da área da saúde.

O Chile, nos anos de 1920, enfrentou crises políticas e financeiras que agudizaram os conflitos de classes e foi preciso criar mecanismos estatais que respondessem aos inúmeros problemas sociais que o povo vinha enfrentando constantemente.

Em 1929, quatro anos após a fundação da primeira escola latino-americana, é fundada a Escola Elvira Matte de Cruchaga, por Miguel Cruchaga Tocornal, sendo este um centro acadêmico com influência católica. O interesse em fundar uma escola de Serviço Social ligada à Igreja Católica tinha por objetivo “recuperar o seu papel de condutora moral da sociedade.” (CASTRO, 2010, p. 73).

De acordo com Castro (2010), as duas escolas fundadas nessa época (1925 e 1929) tiveram objetivos diferentes. O Dr. Del Río deixou claro que a escola de Serviço Social iria formar subtécnicos que pudessem complementar o trabalho

do médico, e a Escola Elvira Matte de Cruchaga, em uma visão mais católica, apropriou-se da questão social para delimitar o espaço da atuação profissional com características da doutrina católica.

Na segunda escola, a profissão estava ligada à vocação, como uma forma de colocar em prática o espírito cristão e solidário.

São necessárias – dizia-se – pessoas que cooperem para que, dentro da sociedade, se estabeleça uma ordem de maior justiça social, que permita a melhoria efetiva das classes pobres. Para tanto, requer-se ciência e abnegação, caridade e técnica. Ciência que oferece a compreensão dos problemas sociais e indica os meios para remediar os males; caridade, que dá o estímulo à ação desinteressada e generosa. (ESCUELA DE SERVICIO SOCIAL ELVIRA MATTE DE CRUCHAGA, 1930-1940, p.7-8 apud CASTRO, 2010, p. 75).

Busca-se também, nessa escola, aliar a ciência à técnica e formar profissionais que compreendam os problemas sociais e possam apresentar resultados para as desigualdades sociais.

Na Escola Elvira Matte de Cruchaga eram formadas as “visitadoras sociais” e a seleção para o ingresso na universidade era rigoroso; tão rigoroso e seletivo que, em sua maioria, apenas mulheres da elite burguesa eram selecionadas para frequentar o curso.

Nesta época, as disciplinas voltavam-se consideravelmente para a área da saúde, tanto que por muito tempo as profissões de Serviço Social e Enfermagem se confundiam. Contudo, sabe-se que o objeto de trabalho de cada profissão é diferenciado.

Segundo Castro (2010), as visitadoras sociais passam, então, a prestar um atendimento emergencial aos desassistidos e desempregados, ajudando na distribuição de alimentos, envolvendo-se também em questões da falta de moradia, abandono de crianças, entre outros problemas sociais.

Essa escola proporcionava às suas alunas semanas e jornadas de estudo nas quais eram discutidas as problemáticas de todas as áreas: saúde, habitação, emprego, dentre outras.

Com a propagação das escolas de Serviço Social católico, outras escolas foram fundadas na América Latina, nos seguintes anos:

- em 1937 no Uruguai (Montevideú);
- em 1937 no Peru;
- em 1939 na Colômbia;
- em 1940 na Argentina (Buenos Aires).

Todas essas escolas foram fundadas baseadas nos ensinamentos católicos e dentro do espírito cristão.

[...] A sustentação doutrinária desta influência, calcada no “grande reino de Deus”, irradiava uma ideologia e reforçava as bases materiais de um poder que – segundo cada caso – operava ao lado dos pobres para reafirmar a hegemonia das classes dominantes. (CASTRO, 2010, p. 96).

Não podemos negar que todas essas influências religiosas das escolas católicas de Serviço Social deixaram marcas e resquícios na formação dos profissionais ao longo de todos esses anos e que, portanto, ainda há sinais que carregamos na história e na prática da profissão.

Na América Latina, o Serviço Social teve seu início com a fundação da primeira Escola de Serviço Social por René Sand e o médico chileno Alexandre Del Rio, em Santiago do Chile, no ano de 1925.

As primeiras escolas (Chile e Montevideu – Uruguai) sofreram influência europeia, sendo que as demais que foram surgindo já passaram a ter influência norte-americana, devido a assistentes sociais que estudaram nesses países.

Os países latino-americanos são países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, apresentando características muito semelhantes no que se refere à colonização e formas de organização social. A grande maioria desses países tem influência de uma cultura cristã, sendo que a Igreja ocupou seu espaço com a instalação de ordens e congregações religiosas com o objetivo de “educar” e prestar assistência à população. No caso do Brasil, os jesuítas se incumbiram dessa missão, ocupando-se com a educação dos indígenas e também a preocupação da formação de uma elite intelectual.

Logo no início do Serviço Social, nos países latino-americanos, a influência europeia ainda fazia com que as atividades do Serviço Social se associassem à assistência médica e jurídica, pois a profissão de assistente social se confundia com ações “paramédicas” e no auxílio de informações jurídicas ao juiz, quando solicitada alguma informação sobre um cliente.

As escolas de Serviço Social, nos países latino-americanos, não apresentavam uma legislação que estabelecesse um currículo mínimo para as escolas e não havia uma denominação única para o profissional, sendo conhecidos como “visitadores sociais” e “trabalhadores sociais”.

Mais recentemente, a partir dos anos de 1980, o Serviço Social começa uma discussão da profissão no âmbito do sistema capitalista. Alguns autores apresentam considerações sobre a prática do Serviço Social, destacando a forma de atuação dos profissionais e suas funções. Para Teresa Quiroz (apud FALEIROS, 1987), os indivíduos são vistos sob a ótica da exploração na relação que estabelecem entre capital/trabalho.

Segundo Maguiña (apud FALEIROS, 1987), o Serviço Social pode ser considerado produtivo, enquanto profissão que proporciona à classe trabalhadora a oferta de serviços sociais (que atendam as necessidades da população) e benefícios que possam amenizar os problemas sociais.

Villela (1982 apud FALEIROS, 1987) faz uma análise da questão de controle e legitimação do Serviço Social nas relações de produção e reprodução social como forma de manter a relação de exploração, que faz parte do processo histórico e da conjuntura econômica dos países latino-americanos.

No Brasil, o surgimento das escolas de Serviço Social se dá a partir dos anos de 1930. A sociedade passa por transformações significativas, advindas do processo de urbanização e industrialização, o que originou uma aglomeração de pessoas nos centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida.

As condições de trabalho passam a se dar em uma relação de subordinação e exploração entre a classe burguesa e o proletariado. É nesse momento que surge o Serviço Social, para compreender a questão social gerada pela sociedade capitalista. “[...] a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 127).

No período de 1920 a 1930, a Igreja se sobressai em seu trabalho de mobilização cristã voltado aos centros de estudos, todos eles com influência católica. Segundo Castro (2010), podemos destacar:

- Centro Dom Vital.
- Confederação Católica.
- Instituto de Estudos Superiores.
- Associação de Bibliotecas Católicas.
- Liga Eleitoral Católica.
- Ação Universitária Católica.
- Círculos Operários.

Caro(a) acadêmico(a), convém lembrar que todas essas organizações tinham vínculo com a Igreja Católica e difundiam a sua ideologia e doutrina cristã.

Com a criação do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS foi se tomando os primeiros rumos para que fosse fundada a primeira escola católica de Serviço Social no Brasil.

Em 1936 foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, com grande influência do que apontavam as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. De acordo com o que diz Castro (2010, p.106), “grande parte da tarefa realizada pelas obras sociais da Igreja estava justamente orientada para a “melhoria dos costumes”, e a Escola de Serviço Social de São Paulo seguia nessa mesma direção.”.

Já no Rio de Janeiro, a escola de Serviço Social foi criada em 1937 e também tem em sua instituição características fortemente católicas. Pois, cabe afirmar que, “[...], no Brasil, a origem da profissão está indissolúvelmente ligada à ação da Igreja e à sua estratégia de adequação às mudanças econômicas e políticas que alteravam a face do país naquele período.” (CASTRO, 2010, p. 109).

A escola de Serviço Social no Peru foi fundada em 1937. Lá, a escola de Serviço Social surge em uma sociedade em que a burguesia ainda não estava em ampla ascensão e o Estado desempenhava seu papel como “tutor” dos cidadãos.

Vários conflitos estiveram presentes nesse período, pois houve mudança na titulação profissional, de “visitadora social” para “assistente social”, o que ocasionou indefinição na função que cada profissional exercia, confundindo profissões como: assistentes sociais, nutricionistas e enfermeiras.



Você pode perceber que, ao longo da criação das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina e no Brasil, todas tiveram influência da doutrina católica e que a profissão era considerada como uma vocação, fazendo parte do “apostolado do bem”, em que a motivação econômica ficava relegada a segundo plano, estando a realização e satisfação pessoal e espiritual acima de tudo.

A forte influência dos Estados Unidos sobre os demais países da América Latina também contribuiu para viabilizar a formação de profissionais de Serviço Social no Brasil.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) influenciou diretamente na formação e na prática dos profissionais. Segundo Castro (2010, p. 134), “passou a influir decisivamente na formação dos assistentes sociais não apenas no campo da habitação, mas ainda no do desenvolvimento da comunidade, do planejamento e da prática profissional integrada em equipes multidisciplinares.”.

Temos que compreender que essa preocupação dos Estados Unidos com a formação de profissionais tratava-se de uma estratégia para viabilizar e assegurar o pleno desenvolvimento do país, ocupando-se de profissionais que ainda eram considerados inferiores aos demais, como: a Pedagogia, o Serviço Social, a Enfermagem etc.

Havia uma preocupação dos países desenvolvidos em formar profissionais que se dedicassem ao atendimento do desenvolvimento de comunidade, como forma de manter condições apropriadas para a legitimação do sistema capitalista. Era necessário formar profissionais técnicos que atendessem às demandas que surgiam com o capitalismo, no auge do período de urbanização e industrialização.

[...] existiam apenas umas poucas profissões aptas para se adequarem a estas novas demandas. E isto entre aquelas de maior prestígio – a medicina, a advocacia, a arquitetura –, mas também entre aquelas que tendiam a se alocar nos escalões médios ou inferiores da administração pública – a Pedagogia e o Serviço Social. [...] Já nos meados da década de cinquenta se produz o chamado *boom* universitário, processo através do qual não só se multiplicaram os centros docentes e os corpos discentes, mas as próprias profissões e, entre estas, aquelas tributárias das ciências sociais, a sociologia, a antropologia e a psicologia [...]. (CASTRO, 2010, p. 135).

O profissional de Serviço Social é aquele que, juntamente com profissionais de outras áreas, dá conta de atender aos aspectos sociais de determinada situação.

Com a perspectiva do desenvolvimento de comunidade, os assistentes sociais passam a nortear sua prática em esforços coletivos para propor o bem-estar da comunidade, bem como o seu desenvolvimento.

O assistente social se torna um profissional, de certo modo, generalizador, ou seja, apto a desenvolver atividades em diversas áreas, como: agricultura, habitação, educação, meio ambiente, saúde etc. (CASTRO, 2010).

Também passam a ser denominados como “agentes de transformação”, como profissionais que estariam capacitados a gerar mudanças na comunidade.

[...] Os assistentes sociais tentaram adequar a dinâmica social à imagem e à semelhança da sua formulação idealista e às alternativas supostamente destinadas à resolução dos problemas, mas passaram por alto o fato de que mal podia vincular-se a uma comunidade um agente de transformação que não desenvolvia com ela relação que naturalmente, e de modo significativo, influiria no desempenho de suas tarefas cotidianas. (CASTRO, 2010, p. 154).

A partir de então, há influência dos países norte-americanos na formação dos assistentes sociais. Como primeira proposta da ação do assistente social surge a atuação no desenvolvimento de comunidade, que se configurava como uma forma de “atender às desigualdades no seu próprio mercado, controlando as pressões reivindicativas das minorias rurais e urbanas, geradas ou postergadas pela anarquia capitalista.” (CASTRO, 2010, p. 137).

O desenvolvimento de comunidade pressupunha a participação de todos em sua ação, mas os indivíduos e os movimentos populares estavam submetidos e sujeitos à dominação do Estado.

Os profissionais de Serviço Social se veem comprometidos com os planos de desenvolvimento de comunidade e seus esforços passam a ser direcionados a suscitar maior participação dos sujeitos nas comunidades em que vivem. Há também a revalorização da profissão, considerando os assistentes sociais como “agentes de transformação social”.

Para ilustrar, apresentamos alguns congressos e conferências do Serviço Social:

- I Conferência Internacional de Serviço Social (Paris, 1928), com a presença de 2.481 delegados (assistentes sociais) de 42 países.
- II Conferência Internacional de Serviço Social (Frankfurt, 1932), com a participação de 1.200 delegados representando 34 países.
- III Conferência Internacional de Serviço Social que se realizou em Londres, 1936.
- Em 1940 seria realizada em Amsterdã, mas foi cancelada devido ao conflito da Segunda Guerra Mundial.
- IV Conferência Internacional de Serviço Social, que foi realizada em Nova Iorque em alusão ao 75º aniversário da Conferência Nacional de Serviço Social dos Estados Unidos.
- Congressos Pan-Americanos, com sua primeira edição realizada em Santiago do Chile, em 1945.

Em todo esse período em que prevaleceu o desenvolvimento de comunidade, sempre ficou o questionamento: o assistente social é um agente de transformação?

Após vários encontros e debates sobre a profissão, foi se percebendo que era chegado o momento de reatualização da profissão, o que veio a acontecer a partir dos anos de 1960, com o movimento de reconceituação do Serviço Social, que já vimos anteriormente nesta Unidade de Estudo.



Na Unidade 2 será aprofundada a questão das relações de produção social na sociedade brasileira.



Para complementar seus conhecimentos sobre este tópico leia o seguinte livro:

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEITURA COMPLEMENTAR 1

SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÕES COM A IGREJA E O ESTADO

Manuel Manrique Castro

Precisamos compreender a história e surgimento do Serviço Social na América Latina, estabelecendo a relação do Serviço Social com a Igreja, enquanto instituição, e como se dão as relações sociais no modo de produção capitalista. Entendemos que as relações sociais no mundo capitalista ocorrem em um sistema de exploração e dominação e daí surgem vários problemas de ordem social. Ao Estado cabe organizar ações que atendam às demandas das necessidades sociais, assim como a Igreja também possui esse caráter de desenvolver práticas que possam amenizar essa situação.

As formas de organização popular – em particular, da classe operária, progressivamente, foram apresentando novas exigências sociais, a que se tentou responder através de mecanismos distintos. Com eles, as classes dominantes procuraram direcionar as lutas populares, enquadrando-as no âmbito da legislação burguesa, cuja tramitação e controle cabem ao Estado. [...] As exigências históricas da acumulação capitalista, que supõem a reprodução das relações sociais de produção com as suas incidências no campo ideológico, instauram a sua lógica, multiplicando e diversificando mecanismos de intervenção que propiciem a defesa e a ampliação do capital. Este é o impulso específico do qual derivam as forças que põem novos critérios para o desenvolvimento da profissão. (CASTRO, 2010, p. 46).

A classe proletária vende sua força de trabalho e torna-se assalariada, estabelecendo relações de produção capitalista, mas “não é a tarefa em si que define o seu conteúdo assistencialista ou não. Uma determinada tarefa, ou atividade, pode ter, num momento histórico, um cunho [...] assistencialista [...] e pode mudar de sentido e de perspectiva [...] sob o domínio do capital”, conforme afirma Castro (2010, p. 47).

É nesta ótica que se deve visualizar a relação Igreja-Serviço Social, pois os vínculos daquela com o assistencialismo profissional foram mudando de caráter conforme as transformações sociais reclamaram uma redefinição não só do assistencialismo católico, mas também da doutrina social da Igreja, das suas políticas e relações de poder no bojo do novo quadro emergente de forças. (CASTRO, 2010, p. 47).

É nessa relação com a Igreja e com os preceitos da fé cristã que o Serviço Social se vincula, pois os intelectuais da época estavam ligados à Ação Católica.

De fato, por longos séculos a Igreja fundou seu poder (juntamente com o dinheiro, os exércitos e as prisões) na organização não apenas de um aparelho político, mas ainda na profissionalização das suas hierarquias, pretendendo que estas subordinassem o desenvolvimento e a difusão do conhecimento aos dogmas da fé católica. [...] A partir da hierarquia católica desenvolveu-se, ainda, um controle da Igreja

sobre os intelectuais e os profissionais laicos, que foram organizados em instituições, movimentos, etc., com funções especializadas mais específicas e cambiantes, graças à importância do “material ideológico” de que dispunham. (CASTRO, 2010, p. 48).

Portanto, a Igreja Católica desempenhou papel significativo no que tange à formação de intelectuais do clero que tiveram fundamental importância na área social e política, mantendo sua ideologia cristã entre a classe trabalhadora.

FONTE: CASTRO, Manuel Manrique. Igreja, relações de produção capitalistas e o período da gênese da profissão. In: _____. *História do serviço social na América Latina*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 44-51.

LEITURA COMPLEMENTAR 2



Agora, prezados acadêmicos, apresentamos a título de curiosidade, uma cronologia da História do Serviço Social no Brasil, que apresenta os principais momentos históricos do serviço social. Então vejamos:

HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

A história do Serviço Social está ligada aos fatos históricos, portanto não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade, isto é, a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais.

Principais momentos históricos do Serviço Social:

1543 – A PRIMEIRA SANTA CASA DO BRASIL – Por iniciativa de Brás Cubas (que depois fundaria a Vila de Santos, em 1546), foi construída a “Casa de Deus para os Homens”, primeiro hospital do Brasil. A instituição, que deu origem à Santa Casa de Misericórdia de Santos, é considerada o primeiro local onde se praticou assistência social no país.

1693 – ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRIMEIRO REGISTRO EM CARTA RÉGIA – A coroa portuguesa publicou Carta Régia citando, oficialmente, a assistência social e uma proteção específica a menores. O documento determinava que as crianças abandonadas fossem assistidas pela Câmara dos Bens do Conselho, órgão que representava o governo de Portugal no Brasil.

1904 – ORIGEM DO TERMO “SERVIÇO SOCIAL” – A expressão Serviço Social é de origem anglo-saxônica e foi utilizada pela primeira vez nos EUA, em 1904, para designar uma escola em Boston para profissionais que atuavam com assistência social. Na época, o conceito tinha forte ligação com práticas benemerentes.

1920 – O Papa Pio XI, preocupado com a missão da Igreja frente às mudanças da realidade social, acarretadas pelo acelerado processo de urbanização e industrialização, estimulou a “Ação Católica”, espaço em que católicos leigos podiam participar de ações sociais ligadas aos princípios católicos. A Assistência Social teve sua gênese vinculada a essas atuações religiosas de caráter assistencialista (posteriormente - na década de 60 - estes grupos passaram a ter uma atuação político-militante), ligadas a preceitos benemerentes, desenvolvendo-se, mais tarde, como política pública.

1927 – É CRIADO O “CÓDIGO DE MENORES” – O Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, criou o Código de Menores do Brasil, consolidando as regras sobre a proteção, a assistência e o controle das crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos. O Código de Menores, elaborado nesse contexto, tinha um caráter protecionista e de controle total dos adolescentes, estigmatizando os chamados menores como um segmento potencialmente perigoso e diferente do restante da juventude.

1932 – Em visita ao Brasil, a belga Adèle de Loneux faz palestras e participa de conferências em São Paulo e Rio de Janeiro, lançando, pela primeira vez, a noção de Serviço Social no país. Adèle definia, em uma conceituação arraigada no contexto europeu da época, que o “Serviço Social é o conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições da vida social às necessidades dos indivíduos”. Ao regressar à Bélgica, foi acompanhada pelas brasileiras Maria Kiehl e Albertina Ramos, as primeiras a receberem formação na área, na Escola de Serviço Social de Bruxelas.

1932 – CRIADO O CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL (CEAS) – Com o objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, é fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado à preparação de trabalhadores sociais. Essa entidade teve papel preponderante na criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, ocorrida em 1936 na cidade de São Paulo.

1938 – NASCE O CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – Em pleno regime do Estado Novo, Getúlio Vargas decretou a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (Decreto-Lei nº 525). Vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, o órgão era composto por sete membros que deveriam estar ligados ao Serviço Social, com o objetivo de opinar sobre questões sociais e subvenções para as obras sociais. Com a promulgação da LOAS, em 1993, o CNSS foi extinto e substituído pelo atual CNAS.

1944 – SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA – O Estado brasileiro começou a abrir espaço para a inclusão de Assistentes Sociais no funcionalismo público. Até então, as ações sociais eram implementadas pelo setor privado, com o patrocínio da Igreja Católica. A Previdência Social foi uma das primeiras áreas de atuação do Assistente Social no setor público.

1946 – NASCE A PUC DE SÃO PAULO – Foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.632, de 1946, que passou a incorporar a Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936. A PUC/SP foi, desse modo, a primeira universidade do país a oferecer curso nessa modalidade.

1946 – ABESS CRIA METODOLOGIA PARA SERVIÇO SOCIAL – Com o objetivo de estabelecer uma metodologia de ensino em Serviço Social, reformulando a grade curricular das escolas, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS).

1946 – CRIAÇÃO DA ABAS – A Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS), entidade sociocultural para os Assistentes Sociais, foi fundada após o primeiro Congresso Pan-Americano de Serviço Social.

1947 – I CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL.

1947 – 1º CÓDIGO DE ÉTICA – O 1º Código de Ética Profissional do Assistente Social foi aprovado em assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) em 29 de setembro de 1947.

1948 – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – Na reconstrução política e social do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, a Assembleia Geral da ONU referendou, em 10 de dezembro, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, definindo que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; têm capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social; têm o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; ninguém será mantido em escravidão ou servidão ou submetido à tortura.

1953 – LEI INSTITUI GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

1955 – CRIAÇÃO DA APASSP – Em 22 de janeiro de 1955 é criada a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP). A entidade foi desativada em 1970, durante o período militar, voltando à atividade em 1977 e transformando-se em sindicato em 1985. Sete anos depois, em 1992, a APASSP/Sindicato deixa definitivamente de existir.

1957 – PROFISSÃO É REGULAMENTADA – Sancionada a Lei nº 3.252, em 27 de agosto de 1957, que regulamentou a profissão de Assistente Social no Brasil. Essa legislação vigorou durante 36 anos, só vindo a ser substituída em 1993, pela Lei nº 8.662.

1962 – REGULAMENTAÇÃO DA LEI nº 3.252 – Em 15 de maio de 1962, o Decreto Federal nº 994 regulamentou a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, criando o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), com as seguintes finalidades: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão; elaborar o Código de Ética Profissional; zelar pela ética profissional; orientar e fiscalizar os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

1962 – CRIAÇÃO DO DIA DO ASSISTENTE SOCIAL.

1964 – DIREITOS DA PESSOA HUMANA – Em março de 64, por ironia, quinze dias antes do golpe militar, foi criado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), pela Lei nº 4.319/64, com a função de “promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)”.

1965 – O I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre/RS, desencadeou o **Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil**.

1965 – 2º CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL – O 2º Código de Ética Profissional do Assistente Social foi definido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais em 8 de maio de 1965.

1967 – RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – Realizado o 1º Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá (MG), evento histórico no processo de teorização e reconceituação do Serviço Social brasileiro, que propôs ações profissionais mais vinculadas à realidade social e política do país. Organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, o evento reuniu 38 assistentes sociais de vários estados brasileiros, produzindo o “Documento de Araxá”.

1970 – SEMINÁRIO DE TERESÓPOLIS – Realiza-se, em Teresópolis (RJ), um seminário para estudar a metodologia do Serviço Social. O evento foi idealizado para ser uma continuidade do histórico Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá (MG), em 1967. O seminário reuniu 35 assistentes sociais, que, divididos em dois grupos, inseriram a metodologia empregada dentro de um esquema científico e introduziram algumas mudanças na terminologia tradicional. Ao contrário do seminário de Araxá, o de Teresópolis não produziu um documento final e o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, instituição responsável pelo evento, publicou os relatórios de cada grupo separadamente.

1971 – PRIMEIRO CURSO DE MESTRADO – A PUC/SP organiza o primeiro curso de mestrado em Serviço Social, focando o planejamento e a administração do Serviço Social. No ano seguinte, a PUC/RJ também abre um curso de mestrado concentrado nos processos de ensino teórico e prático do Serviço Social.

1974 – I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

1975 – 3º Código de Ética.

1976 – II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

1979 – III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

1982 – IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

1982 – V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

1986 – Novo Código de Ética.

1988 – CONSTITUIÇÃO CIDADÃ – Após duas décadas de ditadura militar, o Brasil elege em 1986 uma Assembleia Nacional Constituinte que, após dois anos de trabalho e intensa mobilização social, promulga a Constituição Federal. Conhecida como a Constituição Cidadã, a carta define a Seguridade Social - formada pelo tripé **Saúde, Previdência e Assistência Social** –, como um direito dos cidadãos brasileiros.

1989 – VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

1989 – INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS – Aprovada a Lei nº 7.853, que dispôs sobre o apoio integral às pessoas com deficiência e sua integração social, sob a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Com Deficiência (CORDE). A Lei prevê em seu artigo 1º: Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

1990 – ECA: PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA – Em 13 de julho, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90 -, legislação que se tornou referência mundial na área dos direitos e garantias para a infância e a juventude.

1990 – CONTROLE SOCIAL NO SUS.

1991 – PREVIDÊNCIA SOCIAL – Criado o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), pela Lei nº 8.213/91, com o objetivo de aprofundar o caráter democrático e a descentralização da administração da Previdência Social, estimulando a participação do governo, dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados.

1992 – VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

1993 – RESOLUÇÃO CFESS N° 273 – A Resolução CFESS n° 273, de 13 de março de 1993, instituiu o novo **Código de Ética do Assistente Social**, que aprimorou a legislação publicada em 1986, reafirmando os princípios fundamentais da atuação profissional em defesa da equidade, da justiça social e dos direitos humanos.

1993 – NOVA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL – Promulgada, em 7 de junho de 1993, a Lei Federal n° 8.662, que estabeleceu de forma objetiva competências e atribuições privativas do Assistente Social, além de alterar a denominação dos órgãos de fiscalização do exercício profissional para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). A legislação atualizou a primeira regulamentação profissional efetivada em 1957 (Lei n° 3.252/57).

1993 – LOAS REDEFINE A ASSISTÊNCIA SOCIAL – Em 7 de dezembro, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei n° 8.742/93 - que organizou a Assistência Social no Brasil e instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os municípios e estados também têm seus Conselhos de Assistência Social, que são formados paritariamente pelos governos e pela sociedade civil, deliberando e propondo soluções para a área. A efetivação da LOAS deve ser uma prioridade na luta pela superação da exclusão social e para dirimir a desigualdade social. Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

1994 – POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO DOS IDOSOS – Em 4 de janeiro, promulgou-se a Lei n° 8.842 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, pessoas com mais de 60 anos de idade - criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A lei foi regulamentada em 1996, com o Decreto n° 1.948.

1995 – VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

1995 – BENEFÍCIOS A IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – Regulamentação do Benefício de Prestação Continuada devido à pessoa com deficiência e ao idoso, que garantiu um salário-mínimo mensal para a pessoa com deficiência, sem limite de idade, e ao idoso com mais de 67 anos, como previsto na Lei n° 8.742/93. A Constituição Federal prevê, em seu artigo 203, inciso V, a prestação do benefício.

1997 – CRIME DE TORTURA – A Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, definiu como crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental; submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

1998 – IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

1998 – LEI DA FILANTROPIA – Promulgada a Lei da Filantropia (Lei nº 9.732/98), que alterou dispositivos das Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, dispondo sobre entidades sem fins lucrativos. Com a nova lei, ficam isentas de contribuição previdenciária as entidades filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública, que promovam, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente (entendida como prestação gratuita de benefícios e serviços) a quem dela necessitar.

1999 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, OSCIPs – Oficializada pela Lei nº 9.799, de 23 de março, a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) – pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos. A legislação disciplinou também as regras de parceria entre essas instituições e o Estado. Em 30 de junho do mesmo ano, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.100.

2001 – ATENÇÃO AO POVO DA RUA – O Decreto Municipal nº 40.232 (de 2 de janeiro de 2001), regulamentou a Lei Municipal nº 12.316 (de 16 de abril de 1997), que dispõe sobre a obrigatoriedade da gestão municipal de São Paulo prestar atendimento à população de rua da cidade.

2001 – SAÚDE MENTAL – A Lei nº 10.216, aprovada em 6 de abril de 2001, regulamentou a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra - Artigo 1º.

2001 – CIDADE PARA TODOS – O Estatuto das Cidades é concebido pela Lei nº 10.257, de 10 de julho, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana. A legislação estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

2001 – X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

2001 – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

– O Decreto nº 3.952 regulamentou a Lei nº 9.649, que criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. O órgão integra a estrutura básica do Ministério da Justiça e tem a competência de propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

2003 – COMBATE À FOME – É instalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), regulamentado pelo Decreto nº 5.079/04, órgão ligado à Presidência da República. O CONSEA tem como principal meta estimular a organização da sociedade para que ela faça parte da formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional.

2003 – SECRETARIA PARA COMBATER O RACISMO – Criada, em 21 de março, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à Presidência da República. Essa data foi escolhida por se comemorar em todo o mundo o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

2003 – ÓRGÃOS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – Criada pela Lei nº 10.683/03, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e, pela Lei nº 10.683, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgãos ligados à Presidência da República.

2003 – DIREITOS ASSEGURADOS AOS IDOSOS – Promulgado o Estatuto do Idoso, pela Lei nº 10.741/03, que regulamenta os direitos e estabelece punições para crimes contra pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O estatuto, que contém 118 artigos, estabelece como crime a discriminação contra idosos em todas as circunstâncias. A pena é de seis meses a um ano de reclusão e multa.

2003 – IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DELIBERA PELA IMPLANTAÇÃO DO SUAS – A IV Conferência Nacional Extraordinária de Assistência Social, realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de 7 a 10 de dezembro de 2003, em Brasília, debateu e lançou as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2004 – CALAMIDADE PÚBLICA – A Lei nº 10.954, de 29 de setembro, instituiu o auxílio emergencial financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residente nos municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência.

2004 – RESOLUÇÃO CNASNº 145 – Em 15 de outubro, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, por meio da Resolução nº 145, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 23 de junho de 2004.

2004 – XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.

2005 – RESOLUÇÃO CNAS Nº 130 – O Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, em 15 de julho de 2005, a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS). O Sistema Único de Assistência Social é um novo reordenamento institucional, consolidando os princípios presentes na LOAS e a visão da assistência social como proteção social. O Sistema avança, organizando as ações em proteção básica e especial (de média e alta complexidade).

2010 – PL 30 HORAS – Trinta horas semanais para assistentes sociais estão asseguradas na Lei nº 12.317/2010, que altera a Lei nº 8.662/1993, sancionada pelo Presidente vigente em 26 de agosto de 2010.

Considerações Finais

O Serviço Social apresenta-se como uma profissão profundamente associada à história da sociedade e, dessa forma, a profissão precisa se modificar conforme as conjunturas sociais tomam novos direcionamentos. É o que afirma Yamamoto (2005, p.11), quando se refere ao projeto ético-político quanto à sua atualização aos novos tempos, e dessa forma contribuir para a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade. Para o enfrentamento da questão social, o profissional precisa ser comprometido com a justiça social e fazer da sua prática uma maneira de ampliar o acesso dos indivíduos aos direitos sociais.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cresssp.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você estudou que:

- O Serviço Social, nos países latino-americanos, teve influência norte-americana e também continuava a sofrer influências da cultura cristã, associando o Serviço Social a ações desenvolvidas pelas congregações religiosas.
- Os assistentes sociais eram conhecidos como “visitadores sociais” ou “trabalhadores sociais”.
- Aos poucos, novas discussões surgem no Serviço Social, procurando compreender como se estabelecem as relações sociais nas relações de produção e exploração do capital.
- A caminhada do Serviço Social se dá na articulação dos contextos econômicos, políticos e históricos de cada sociedade.

AUTOATIVIDADE



- 1 Nos países latino-americanos, o Serviço Social continuava sofrendo influência da Igreja? Comente sua resposta.
- 2 Quais foram as outras discussões que se iniciaram a partir dos anos de 1980?

UNIDADE 2

O MUNDO CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- identificar como ocorreu o processo de industrialização e urbanização no Brasil e no mundo;
- compreender o processo de produção e reprodução social na sociedade capitalista e seus reflexos para o Serviço Social;
- aprofundar conhecimentos acerca do contexto capitalista e seus desdobramentos na sociedade brasileira.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em cinco tópicos e em cada um deles você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

TÓPICO 2 – O CONTEXTO CAPITALISTA PÓS-ANOS 70

TÓPICO 3 – AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

TÓPICO 4 – O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

1 INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, os indivíduos começam a aglutinar-se em centros mais urbanizados e industrializados, em busca de empregos e melhores condições de vida. Desde então, as áreas urbanas vêm sofrendo com o inchaço populacional e, conseqüentemente, com os problemas sociais que se refletem no dia a dia da sociedade.

Neste tópico pretendemos discutir de forma bem objetiva alguns fatores que causaram esse fenômeno de industrialização e urbanização, para que possamos compreender o papel do Serviço Social nesse contexto.

2 PERÍODO URBANO-INDUSTRIAL

O movimento de industrialização e urbanização, que começa a ocorrer no final do século XIX e início do século XX, dá-se por meio de um processo sócio-histórico aliado à conjuntura econômica estabelecida nesse período.

Após a Primeira Grande Guerra Mundial, os países encontravam-se destruídos e com necessidade de se reestruturarem econômica e socialmente. As indústrias dos grandes centros urbanos começaram a necessitar de mão de obra e, para isso, não despendiam grandes investimentos em pessoal e materiais. Então, as duas grandes guerras mundiais compõem o cenário desses movimentos da sociedade capitalista.

Com o processo de urbanização e industrialização mundial, observa-se, cada vez mais, a exigência da indústria por produtos que sejam produzidos em larga escala e em grandes quantidades. Para tanto, surgem as máquinas, que irão fabricar produtos com maior tecnologia em um menor tempo de produção.

Os produtos manufaturados dão espaço aos produtos industrializados e o trabalhador passa a ser uma mão de obra massificada e explorada. O operário não perde seu lugar, mas se coloca a serviço da máquina. Segundo Yamamoto (2008, p. 68), “a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas priva-o de seu conteúdo.”.

A partir daí, há a alienação do trabalhador mediante o que está sendo produzido, pois age mecanicamente, sem se apropriar de todos os procedimentos que envolvem a fabricação de um produto.

O processo de manufatura dos produtos é um processo coletivo de trabalho, em que todos devem ter alguma habilidade para desenvolver o produto, e cria-se, então, o trabalho como força produtiva social.

No sistema capitalista, dominado pela força do capital, esse tipo de trabalho manufaturado também seleciona os trabalhadores em “qualificados” e “não qualificados”, pois exige competência e conhecimento para a fabricação de determinados produtos.

Conforme o que apresenta Iamamoto (2008, p. 66), pode-se dizer que “enquanto a divisão manufatureira do trabalho supõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho implica o seu fracionamento entre muitos produtores de mercadorias mutuamente independentes.”.

No processo de industrialização, as máquinas irão trabalhar para fabricar os produtos e o trabalhador passa a desempenhar um papel coadjuvante, sendo um mero “operador de máquina”.

Há um aumento significativo no crescimento da população nos grandes centros urbanos e a procura por emprego se destaca nas grandes indústrias. O mercado industrial não tem como absorver toda essa mão de obra, ocasionando assim o desemprego.

[...], parte da mão de obra passa a ser supérflua porque, com o trabalho potenciado, a parcela da classe trabalhadora em atividade torna-se suficiente para efetuar a massa de trabalho anteriormente produzida por toda a mão de obra empregada. [...], a diminuição do trabalho [...] significa a criação de uma superpopulação crescente, desprovida não só de todos os recursos, mas também dos meios de procurar trabalho. Não podendo sobreviver de seu trabalho, enquanto está impossibilitada de realizá-lo, sua existência passa a depender da renda de todas as classes. (IAMAMOTO, 2008, p. 71-72).

O processo de industrialização e urbanização levou o Estado a pensar em políticas públicas, como forma de desenvolver ações e oferecer benefícios que pudessem diminuir as desigualdades estruturais causadas por esse processo.

A partir da busca desenfreada por empregos, origina-se uma classe operariada industrial que começa a ficar à mercê dos problemas que afetam as grandes concentrações populares, destacando aqui a falta de condições mínimas de sobrevivência, sem acesso às necessidades básicas, como: saneamento, saúde, educação, habitação, alimentação, dentre outras.

É nesse contexto que o capitalismo da era industrial começa a se apresentar e os movimentos sociais (sindicatos, forças populares, associações) surgem como segmentos do mundo do trabalho, necessitando, assim, de seguros sociais frente aos riscos que despontam na mão de obra assalariada do mundo industrializado.

[...] começam a cristalizar-se reivindicações referenciadas a categorias específicas (negros, mulheres, jovens), à ambiência social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), a direitos emergentes (ao lazer, à educação permanente, ao prazer) etc. Nas suas expressões menos consequentes, estes movimentos põem em questão a racionalidade do Estado burguês e suas instituições; nas suas expressões mais radicais, negam a ordem burguesa e o seu estilo de vida. Em qualquer dos casos, recolocam em pauta as ambivalências da cidadania fundada na propriedade e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas. (NETTO, 2010, p. 143).

O economista inglês John Keynes publica, em 1926, *“The end of laissez-faire”*, em que aborda a questão da ordem econômica adotada pela lógica do mercado capitalista. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, estava ocorrendo alta taxa de desemprego. No ano de 1929 ocorreu uma crise econômica com reflexos mundiais.

Havia, então, a necessidade de uma autorregulação do mercado, com aumento da produtividade, visando ao consumo de produtos e à elevação do nível de emprego. A mediação ou intervenção do Estado, segundo a teoria *keynesiana*, se constituía no ESTADO DE BEM-ESTAR (*Welfare State*) baseado no “pleno emprego e na igualdade (ou seja, os direitos sociais de cidadania).” (BRANDÃO, 1991, p. 90).

Para compreendermos como se deu o processo do “WELFARE STATE” – estado de bem-estar social – é preciso entender que o estado de bem-estar social está ligado à ampliação dos direitos civis, políticos e sociais e se inspira em uma ordem democrática. Os trabalhadores tiveram, aos poucos e lentamente, suas reivindicações atendidas no que diz respeito à concessão de alguns benefícios sociais.

[...] a história da democratização do Estado capitalista não se esgota na extensão do sufrágio às classes e grupos subalternos. [...] é também do nascimento de seus “compromissos” sociais e das políticas públicas orientadas para corrigir as desigualdades geradas pelo mercado mediante a introdução de instrumentos redistributivos do poder econômico (BORON, 1994, p.163 apud NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 88).

Através da organização dos trabalhadores e da pressão que a classe operária criava para com a classe burguesa, algumas reivindicações foram se efetivando e proporcionando o estado de bem-estar social.

O *welfare state* foi, assim, se constituindo como um instrumento efetivo de obtenção do consenso, uma vez que este projeto possibilitou a construção da crença em um “capitalismo social”. Este projeto envolveu tanto capitalistas quanto trabalhadores: os primeiros, por terem asseguradas as condições para o seu desenvolvimento e expansão; o segundo segmento, porque foram garantidas políticas de combate à pobreza e de bem-estar, reivindicações históricas dos trabalhadores. (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAIL, 2002, p. 88).

Os “DIREITOS DE CIDADANIA” referem-se às áreas da educação, habitação, saúde etc. que, ao serem oferecidas pelo Estado, se consolidam como políticas sociais de pleno direito dos cidadãos.

[...] se a política econômica do Estado promove a retomada do crescimento econômico (pela via da baixa taxa de juros, obrigação ao investimento produtivo e redistribuição de renda), o aumento da arrecadação de impostos (com o auxílio de uma taxa progressiva) viabiliza a construção e ampliação das estruturas do bem-estar. Ocorre, portanto, um deslocamento dos conflitos de classe que tendem a se formar agora, não em torno do modo de produção, mas sim do modo de distribuição, cuja regulação (seja através de salários diretos ou indiretos) se dá no âmbito do Estado. (BRANDÃO, 1991, p. 91).

Em 1929, com a crise do *Welfare State* (estado de bem-estar), os países do mundo decidem investir em programas que possam atender as classes de proletariados. Nesse sentido, a assistência social se configura como provedora de bens e serviços sociais básicos que atendam a população mais pobre e que se encontra em maior risco social.



Você já deve estar se perguntando o porquê dessas considerações. Veja só! É necessário compreender os processos e movimentos dinâmicos que a sociedade apresenta ao longo dos anos para que possamos construir a prática profissional do assistente social. Então, vamos prosseguir...

O início do século XX foi marcado profundamente pelas transformações econômicas, culturais e sociais, caracterizando-se pela luta de classes, que almejavam ter seus direitos garantidos e sua cidadania reconhecida.



CIDADANIA: em um conceito mais atual, corresponde ao homem como um sujeito de direitos que tem a capacidade de desenvolver-se em suas dimensões política, econômica, social, cultural e ética. Nas sociedades escravistas, a cidadania relacionava-se à liberdade. Tornar livre o homem escravo.

O processo de industrialização e urbanização causa enfraquecimento de instituições sociais consolidadas, como a família, igreja, escola, comunidade, frente às exigências postas pelo trabalho industrial. Homens, mulheres, jovens e crianças passam a fazer parte do processo de trabalho e, com isso, surgem os problemas de ordem social gerados por condições precárias de trabalho nas fábricas, bem como um processo de urbanização descontrolado, sem planejamento adequado e sem canalização para a solução dos problemas sociais advindos dessa situação.

No campo das políticas públicas, especificamente voltadas à área da assistência social, não havia um planejamento para implantar um sistema de provisão de bens e serviços que atendessem o aglomerado de pessoas que cada vez mais se concentrava nos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A pressão por melhores condições de vida ocorria por parte da classe operária e dos movimentos populares que lutavam pelo reconhecimento de seus direitos enquanto trabalhadores assalariados.

No período anterior a 1930, o Estado não atendia as demandas sociais, papel esse que era exercido por entidades de caridade que prestavam serviços voluntários e de benevolência. Os problemas e conflitos que apareceram com o surgimento das classes trabalhadoras eram resolvidos como “casos de polícia”, de forma repressora e autoritária. O Estado apresentava ações fragmentadas e emergenciais para enfrentar momentaneamente as necessidades da população mais empobrecida.

Efetivamente, a ação do Estado perante as necessidades sociais básicas limitava-se, nesse período, a reparações tópicas e emergenciais de problemas prementes ou a respostas morosas e fragmentadas a reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos dos grandes centros urbanos. (PEREIRA, 2002, p. 128).

Foi nesse período que se tornou conhecida uma frase do governo do presidente Washington Luís, que dizia: “A QUESTÃO SOCIAL É QUESTÃO DE POLÍCIA”, pois o governo controlava as manifestações do povo, agindo com poder de polícia.

Efetivamente, a ação do Estado perante as necessidades sociais básicas limitava-se, nesse período, a reparações tópicas e emergenciais de problemas prementes ou a respostas morosas e fragmentadas a reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos dos grandes centros urbanos. (PEREIRA, 2002, p. 128).

Segundo Pereira (2002), nessa época também foram adotadas algumas medidas na área da previdência e do trabalho, com destaque para a criação dos Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde, do Código Sanitário, da Lei Elói Chaves e de leis que favoreciam os trabalhadores em geral (acidentes de trabalho, férias, invalidez, doença etc.).

As áreas da saúde, educação e habitação não receberam a devida importância, sendo realizados alguns programas e projetos pontuais para amenizar situações emergenciais. Conforme Pereira (2002, p. 129), “tinha-se, portanto, no período laissez-fariano, uma política social na qual nem um mínimo de renda como provisão ínfima, de estilo liberal, era contemplado.”.

Em seguida, o Brasil entra numa era de um governo populista e desenvolvimentista (período compreendido entre 1930 a 1964). De acordo com Pereira (2002, p.129), podemos destacá-los como:

- 1930-1937: governo Vargas, instituído por meio de uma “revolução pelo alto”;
- 1937-1945: governo Vargas, que cria o chamado Estado Novo, de cunho ditatorial;
- 1945-1950: governo Dutra, da chamada fase da **redemocratização**;
- 1950-1954: governo Vargas, reassumido por meio de eleições diretas;
- 1954-1956: governos provisórios que preencheram o interstício entre o governo Vargas (que se suicidou, em 1954, durante o mandato) e o governo de Juscelino Kubitschek;
- 1956-1961: governo Kubitschek, da fase desenvolvimentista;
- 1961-1964: governo Jânio Quadros (que durou apenas sete meses) e João Goulart (defensor de reformas de base).

É a partir da década de 1930 que começaram a ser implantadas as políticas sociais no Brasil. No mesmo período ocorreu a mudança no papel do Estado, sendo este responsável pelas ações sociais direcionadas ao novo segmento que se formava na sociedade: a classe trabalhadora e assalariada que emergiu da sociedade urbano-industrial, saindo de uma sociedade agroexportadora.

Nesses anos, compreendidos entre 1930 e 1964, as políticas sociais não recebiam a mesma atenção que as políticas econômicas e de crescimento industrial. Os governos interessavam-se pela rentabilidade econômica que podia ser gerada com os produtos do Brasil.

A “**ERA VARGAS**”, compreendida entre 1930-1945 (primeiro mandato) e 1950-1954 (segundo mandato), foi predominantemente um período de governo autocrático e ditatorial, mas que estabeleceu políticas sociais frente às novas relações de trabalho que estavam surgindo com o processo de industrialização.

A classe trabalhadora necessitava de um olhar mais específico para que o governo pudesse dar continuidade ao poder. Para tanto, o Presidente Getúlio Vargas foi considerado, na época, o “pai dos pobres”, pois criou a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943), atendendo às reivindicações da classe operária que estava desassistida.

Para Pereira (2002, p. 125), as políticas sociais no Brasil podem ser consideradas como “um sistema de bem-estar periférico”. Os serviços sociais foram implantados, desde a sua gênese, com ações e práticas fragmentadas, em que predominavam o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo, que deixaram muitos “ranços” na história da profissão.



Caro(a) acadêmico(a)! Se você está lembrado, nós já estudamos sobre alguns pontos desse assunto no Tópico 2 da Unidade 1, em que falamos da trajetória do Serviço Social e sua história, até sua consolidação como profissão.

Com o crescimento acelerado da sociedade urbano-industrial no Brasil e no mundo, os aspectos econômicos se evidenciaram como significativos para o desenvolvimento industrial voltado para a rentabilidade financeira e exportações.

Cabe destacar que, no campo social, as políticas de proteção não se consolidaram de forma a romper com o conceito de ações caritativas e de filantropia.

É importante localizar historicamente o processo político do Brasil, destacando os períodos e governos que marcaram cada década, para compreendermos também a trajetória do Serviço Social nesse contexto.

Conforme Pereira (2002), os períodos políticos, a partir de 1930, foram assim definidos:

- 1930 a 1964: política social populista/desenvolvimentista.
- 1964 a 1985: política social do regime tecnocrático-militar, incluindo a fase da abertura política.
- 1985 a 1990: política social do período de transição para a democracia liberal.
- A partir dos anos 90: política social neoliberal.

Nos períodos destacados na história do país, pode-se dizer que algumas medidas foram tomadas na área social, entre elas:

- No período da década de 30 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Carteira do Trabalho, a legislação trabalhista, o Ministério da Educação e Saúde e os Institutos de Aposentadoria e Pensão; promulgação da Constituição Federal de 1934; Constituição de 1937; e **criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938**. (PEREIRA, 2002, grifo nosso).
- Já nos **ANOS 40** foi instituído o salário-mínimo; reestruturação do Ministério da Educação e Saúde; promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); criação do imposto sindical, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); nova legislação sobre acidentes de trabalho; Departamento Nacional da Criança e Comissão Nacional de Alimentação.

Durante o governo de Getúlio Vargas – “era Vargas”, de 1930 a 1945 e depois de 1950 a 1954, podemos destacar a criação das leis trabalhistas, que vieram para garantir benefícios aos trabalhadores assalariados relacionados à sua condição de trabalhador. Através da consolidação da legislação trabalhista, institui-se a implementação de um salário mínimo e estabelece-se benefícios como férias remuneradas, descanso semanal, aposentadoria etc., sendo regulados pelo Estado.

Com grande interesse no desenvolvimento econômico, grandes empresas estatais surgem nessa época: a PETROBRAS, a ELETROBRAS, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e hoje conhecido como BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na década de 40 são criados o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que se constituíam em prestação de serviços sociais assegurados pelo Estado com ações voltadas à classe dos trabalhadores.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ficou conhecido e se caracterizou por sua fase desenvolvimentista, com o objetivo de equacionar os

problemas nacionais em um prazo de cinco anos. É em seu governo que ocorre a construção da capital do Brasil, Brasília, como sendo o marco de progresso do país.

Ainda no governo de Kubitschek dava-se muita importância aos investimentos financeiros externos, criando uma dependência de capital estrangeiro, com construções “monumentais”, a exemplo de Brasília. No campo das políticas sociais não houve grandes realizações.

Como destaca Pereira (2002, p. 132-133), “a meta econômica permanece prioritária.”. Esse governo se preocupou em realizar grandes obras e as questões sociais foram relegadas a segundo plano, ficando conhecido com uma frase do então Presidente Kubitschek: “50 anos de progresso em cinco anos”. Ele pretendia desenvolver o país em cinco anos, realizando grandes construções em um curto período de tempo. Houve também a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento.

No governo de Jânio Quadros e João Goulart continuava a preocupação com a área econômica, mas se percebiam alguns avanços na área das políticas sociais. Nesse governo foi elaborado o Plano Trienal, que contemplava reformas administrativas, bancária, fiscal e agrária. É neste período, também, que se tem a criação do Estatuto do Trabalhador, do 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Segundo Pereira (2002, p. 134), “a cobertura previdenciária prevista na LOPS atendia apenas os trabalhadores sob o abrigo da CLT, deixando de fora os trabalhadores rurais e domésticos.”.

Já no campo da educação houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa de Alfabetização de Adultos (baseado no método Paulo Freire) e do Movimento de Educação de Base (MEB). Na saúde, merece destaque a criação de um novo Código Sanitário, e na área da habitação não houve grandes avanços.

Enfim, o governo de João Goulart apresentou propostas que estavam atendendo as classes menos favorecidas da sociedade e isso fez com que a burguesia industrial ficasse temerosa com o avanço dessas políticas mais progressistas e sociais, por isso se uniu à classe média, provocando, assim, o golpe militar de 1964, que passa a ser um governo autoritário e repressor.

Dessa forma, conseguimos traçar objetivamente quais foram as implicações sociais, históricas e econômicas que contribuíram para o processo de industrialização e urbanização no Brasil e no mundo.

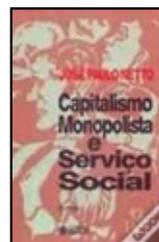


Para um aprofundamento destes temas, sugiro que você leia os livros a seguir:

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.



LEITURA COMPLEMENTAR

ESTADO DE BEM-ESTAR

André Augusto Brandão

[...]

As primeiras origens do Estado de Bem-Estar podem ser encontradas no final do século XIX, decorrentes, por um lado, do grande crescimento industrial e econômico, e por outro, da difusão de valores ideológicos condescendentes com as políticas de bem-estar e os “direitos de cidadania”. Porém, a expansão crescente do *welfare state* – culminando com o grande *boom* do pós-45 – se deve em grande parte à mobilização da classe trabalhadora urbana, que reivindicava melhores condições de vida e trabalho, condições estas que vinham sendo deterioradas pelo próprio crescimento industrial. (KING, 1988 apud BRANDÃO, 1991, p. 92).

A literatura internacional sobre o tema aponta uma sólida relação entre a força do movimento operário, os partidos da Social-Democracia e o desenvolvimento dos *welfare states*. Neste sentido, é possível afirmar que a concentração industrial nos grandes centros urbanos facilitou a formação de fortes confederações de trabalhadores, com taxas de sindicalização muito elevadas. Este movimento operário fortemente organizado constituiu uma sólida base eleitoral para a reprodução no poder de partidos social-democratas que priorizavam a

adoção de uma política econômica keynesiana, e conseqüentemente expandiram muito o gasto público com as políticas sociais. (KING, 1988 apud BRANDÃO, 1991, p. 92).

É para lutar contra este desenvolvimento do *welfare state* e a formação de uma “cultura do bem-estar” (que solapa as bases de uma “cultura liberal”), que o liberalismo retorna à cena política na década de 80 – transformado, agora, no paradigma neoliberal. Este retorno ocorre justamente num momento de crise na economia europeia e norte-americana (cujos reflexos podem ser encontrados na pequena taxa de crescimento econômico e na inflação crescente, o que decorre, sobretudo, da crise de energia iniciada em meados da década de 70, e da internalização progressiva do capital – que estrategicamente foge às taxas progressivas dos Estados de Bem-Estar, deslocando para países que ofereçam boas possibilidades de investimento, com poucas interferências econômicas no mercado; diminuindo, assim, a produção de riqueza para os países de origem).

Finalmente, este retorno à cena do liberalismo vai significar uma crítica sistemática à intervenção do Estado – seja na ordem econômica ou na ordem social – tal como esta se configurou no desenvolvimento do *welfare state* no pós-45.

FONTE: BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 36, p. 92-93, 1991.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- O processo de industrialização e urbanização fez com que aumentassem os problemas sociais; contudo, trouxe crescimento econômico aos países.
- Não havia planejamento para implantar um sistema de provisão de bens e serviços de assistência social.
- O Estado era responsável por políticas sociais que atendessem a população mais empobrecida.
- A contextualização histórica e política do Brasil destacou os períodos de governo.
- No governo Vargas houve a criação da legislação trabalhista que trouxe benefícios aos trabalhadores.
- Na década de 40 aconteceu a criação do SESC, SENAC, SESI e SENAI, caracterizando-se como instituições que prestavam serviços sociais assegurados pelo Estado e direcionados aos trabalhadores.
- A preocupação dos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart estava voltada aos investimentos financeiros, dando importância à área econômica.

AUTOATIVIDADE



- 1 O processo de industrialização causou alguns problemas de ordem social. Comente.
- 2 Destaque algumas contribuições do governo Vargas.
- 3 No Brasil sempre houve preocupação com as questões e problemas sociais. Você concorda ou discorda dessa afirmação? Comente sua resposta.
- 4 A legislação trabalhista criada no governo Vargas contemplava:
 - a) () Aposentadoria, férias remuneradas, descanso semanal.
 - b) () Aposentadoria, 13º salário, insalubridade.
 - c) () 13º salário, férias, aposentadoria para o trabalhador rural e urbano.

O CONTEXTO CAPITALISTA PÓS-ANOS 70

1 INTRODUÇÃO

No período anterior aos anos 70, os governos populistas criaram mecanismos para atender, embora de forma limitada, as demandas das áreas da saúde, habitação, educação, assistência social, previdência. O Estado assumiu a implantação dos serviços que eram prestados à sociedade.

A política do país vinha apresentando propostas de políticas sociais que respondiam, de certo modo, às reivindicações da sociedade. Com todo esse movimento, a burguesia industrial sentiu-se incomodada e promoveu articulações com forças políticas de outros segmentos da sociedade capitalista, resultando assim no golpe militar de 1964 e dando início ao período da tão conhecida “ditadura militar”.

2 PERÍODO AUTORITÁRIO

Com o início de um período de regime autoritário no Brasil, percebe-se o poder do Estado controlando todas as organizações de maneira centralizadora. Nessa época surge o Serviço Nacional de Informação (SNI), ligado ao serviço de inteligência militar, como forma de regular e controlar as atividades políticas no país.

A partir de então, inicia-se o processo de uma política autoritária, que desvalorizava as organizações sindicais e populares, dando ênfase ao desenvolvimento econômico com a valorização do capital estrangeiro. As conquistas das classes trabalhadoras alcançadas no governo de Getúlio Vargas, nesse momento, ficam estagnadas e a classe proletária se vê submetida aos arrochos salariais que diminuía cada vez mais o poder de consumo da população.

O governo militar passou também a regular o Poder Judiciário, o Legislativo e os movimentos da sociedade civil organizada, como forma de manter a sua estabilidade no poder.

Segundo Pereira (2002, p. 136-137), “no modelo econômico e político a partir de 67, a política social deixou de configurar um simples complemento ou extensão da economia e se afirmou como um meio importante de acumulação de riquezas.”. Desse modo, os programas sociais tinham interesse em atender a população mais pobre, mas com vistas a aumentar o crescimento econômico no país, utilizando-se da mão de obra dessas classes mais populares.

Todo esse período de governo autoritário tinha por objetivo criar estratégias para que o regime se fortalecesse e que pudesse continuar no poder. As ações sociais, os bens e serviços oferecidos pelo Estado eram regulados pelo governo, o que lhe conferia autonomia e autoridade.

De acordo com a identificação de Pereira (2002), o período de 1964 a 1985 pode ser apresentado da seguinte forma:

- 1964 a 1966: assume o Presidente Castelo Branco, instituindo um modelo autoritário e rompendo com a prática populista de governos anteriores;
- 1967 a 1969: governo Costa e Silva, reafirmando o modelo autoritário;
- 1970 a 1973: governo de Emílio Garrastazu Médici, quando o modelo autoritário foi mais repressor;
- 1974 a 1979: o então Presidente Ernesto Geisel inicia o processo de abertura política;
- 1980 a 1985: governo de João Batista Figueiredo, dando continuidade à abertura política.

Nesse período da história brasileira houve um fechamento para qualquer manifestação das classes trabalhadoras, sendo que o Estado passa a assumir uma postura autoritária, caracterizando-se por governos centralizadores de poder e decisões, bem como valorizando “a supremacia do saber técnico sobre a participação popular”. (PEREIRA, 2002, p. 135). O Estado deixa de ser uma organização populista e torna-se centralizador em seus atos e decisões.

[...], privilegiou-se a industrialização de bens de consumo duráveis, comandada pelo Estado, bem como a intervenção deste na economia e na sociedade, materializada nas seguintes medidas: arrocho salarial; redução das inversões públicas; controle do crédito, do aparelho arrecadador e do sistema tributário; estatização de áreas de infraestrutura, de indústria pesada e de insumos básicos (de interesses dos investidores estrangeiros); esvaziamento do poder de pressão dos sindicatos e de suas funções específicas; proibição de greves e substituição da Justiça do Trabalho pelo Executivo Federal no processo de decisão dos reajustamentos salariais. (PEREIRA, 2002, p. 136).

O contexto econômico e político não dava muita abertura para a implantação de políticas sociais, a menos que fossem de interesse da classe empresarial, como foi o caso da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o que era uma extensão da política econômica.

Até 1974 os governos militares usaram da repressão contra a manifestação política da sociedade, para que a população não tivesse o direito de lutar por melhores condições de vida. É a partir de 1975 que os governos começaram a se preocupar com as classes mais pobres da população.

O modelo econômico adotado pelos governos passa a ser concentrador e excludente, privilegiando o capital estrangeiro e a industrialização de bens

de consumo, adotando medidas para acelerar o crescimento econômico, em detrimento da participação popular.

Os programas sociais, enquanto políticas públicas, passam a atender aos interesses da classe empresarial; embora tivessem cunho público, se manifestavam através de órgãos privatizados.

Também nesse período houve cassações políticas, pois a população não tinha liberdade para manifestar sua discordância contra o modelo político existente. Foi uma época de repressão e autoritarismo, que teve reflexos em todo o conjunto de políticas voltadas aos interesses da população.

Contudo, a criação de programas que tinham conotação social representava, por outro lado, um mecanismo da reprodução de um sistema social com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do país. A exemplo disso, podemos citar a criação do Programa de Integração Social (PIS), em 1970, e, logo após, a criação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Nesse sentido, cabe ressaltar que as políticas sociais já tinham características compensatórias como forma de manutenção do poder por parte das elites dominantes do país. Com o Censo de 1970, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), foram identificados os níveis de pobreza da população e, então, alguns investimentos foram destinados a essa parte da população.

Foram feitos investimentos nas áreas de saúde, educação, habitação e nutrição, com a criação dos seguintes benefícios: Central de Medicamentos (CEME); Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); Sistema Financeiro de Habitação para auxiliar famílias de baixa renda no que tange ao problema de moradia; implementação de programas semiprofissionalizantes; atenção à educação no que se refere ao ensino de 1º grau e ao pré-escolar, criando programas de saúde e nutrição.

Dessa forma, percebe-se que o modelo de desenvolvimento econômico está pautado no capitalismo, ocorrendo concentração de renda para uma minoria da população em detrimento de uma maioria trabalhadora e que gera a economia do país. As políticas sociais vão sendo marcadas por ações fragmentadas, com caráter compensatório e que pouco contribuem para amenizar as desigualdades econômicas e sociais. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2004). É uma forma de manter a legitimação no poder por parte de quem governa.

[...] Ademais, os programas sociais têm sido orientados, historicamente, por políticas compensatórias e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico, cujos modelos só têm servido para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria dos trabalhadores dos serviços sociais que deveriam atender a população mais carente. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2004, p. 28).

Com o autoritarismo e a ditadura militar no período compreendido entre 1964 até 1989, os serviços sociais básicos foram regulados pelo Estado com características conservadoras, ou seja, oferta mínima de serviços nas áreas da educação, habitação, saúde, assistência social, a fim de compensar a repressão e a negação do livre arbítrio dos direitos da população ao acesso desses bens e serviços.

Todas essas questões do governo autoritário refletiram-se nos campos social, cultural, econômico e religioso do país. No caso da profissão do Serviço Social, os reflexos foram percebidos em seus campos de atuação, sendo que os profissionais passaram a ser mais requisitados por instituições do Estado.

Os fenômenos de pauperização relativa (e, nalguns casos, absoluta) de amplos setores da população, as sequelas do desenvolvimento orientado para privilegiar o grande capital, os processos de migração que inflaram as regiões urbanas, etc. – enfim, o quadro próprio do “modelo econômico” da ditadura – compeliram organizações de filantropia privada a requisitar, como antes não o faziam, o concurso de profissionais. Ainda que este vetor não tenha, em nenhuma medida, a mesma ponderação dos anteriores, não se trata de um componente desprezível na consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. (NETTO, 2010, p. 122).

A área social no período de 1974-1979 não teve importância nos planos de governo, pois o que interessava era o crescimento econômico voltado para a privatização das instituições estatais. Algumas medidas foram criadas para amenizar as desigualdades entre as classes, oferecendo um mínimo de bem-estar à população.

No governo Geisel (1974-1979) a intenção era “reaproximar o Estado da sociedade, principalmente das massas, para manter os governantes de um regime em franco desgaste como “atores políticos viáveis”, pois assim poderiam ter o apoio das classes mais pobres da população.” (PEREIRA, 2002, p. 137).

No governo de Castelo Branco (1964-1966) houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No governo Costa e Silva (1967-1969) foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e houve um fortalecimento do regime militar. Neste período foi instituído o Ato Institucional nº 5, que ficou conhecido como AI-5.



O AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, tendo sido o 5º decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985) e considerado o mais duro golpe à democracia, dando poderes quase absolutos ao regime militar, concedendo ao Presidente da República, dentre outros poderes, o de intervir em estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais e também suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro por um período de 10 anos.

FONTE: Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ai5.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

Nesse momento da história, a repressão aos movimentos populares e sociais se intensificou, pois o governo não estava preocupado com as questões sociais do país, mas sim com o desenvolvimento econômico, à custa da exploração de mão de obra. Esse período foi chamado de era do “milagre econômico”, em que grandes obras foram construídas, como: a hidrelétrica de Itaipu, a Rodovia Transamazônica etc.

Os anos setenta foram considerados como o período de criação de vários programas e medidas políticas que tinham por objetivo proteger o sistema financeiro do país. Foram criados o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Fundo para o Trabalhador Rural para a Previdência Social (FUNRURAL), o Programa de Integração Nacional (PIN), dentre outros.

As políticas sociais eram concebidas como forma de amenizar o distanciamento que havia entre o Estado e a sociedade, pois os direitos civis e políticos da população continuavam sendo ameaçados pelo regime autoritário da ditadura militar.

Tais iniciativas, contudo, apesar de suas abordagens relativamente novas, vinculavam-se a propósitos de manutenção do poder da elite dirigente e da garantia de altas taxas de crescimento econômico, seja tentando transformar cidadãos em clientes das políticas sociais – já que os direitos civis e políticos continuavam cerceados –, seja utilizando os próprios investimentos sociais como forma de aumentar a participação do trabalho na acumulação da renda nacional. (PEREIRA, 2002, p. 141-142).

Nesse sentido, Pereira (2002) esclarece que o governo procurou elaborar novas estratégias políticas e administrativas no intuito de melhorar as ações das instituições estatais e oferecer, mesmo que paliativamente, benefícios sociais à população.

No âmbito dessas inovações técnicas e administrativas, as medidas sociais que mais se destacaram foram:

- a) programa de desenvolvimento social do Nordeste;
- b) reformulação dos mecanismos financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
- c) ação Sanitária para o Nordeste;
- d) nova sistemática do Plano Nacional de Saneamento;
- e) unificação do PIS com o PASEP;
- f) criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU);
- g) plano básico de ação sanitária para a Amazônia;
- h) organização das ações de Vigilância Epidemiológica;
- i) criação do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano;
- j) estabelecimento do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- l) ação do governo na área do trabalho (diretrizes e destinação de recursos para o setor; definição de políticas de preparação de mão de obra, de emprego e de retribuição ao trabalho, de proteção ao trabalho e de apoio técnico em geral);
- m) Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN);
- n) programa de saneamento ambiental;
- o) Programa Especial de Controle da Esquistossomose (PECE);
- p) Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS);
- q) Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI);
- r) programas de bem-estar ao menor;
- s) Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- t) Programa Nacional de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR);
- u) programas de atendimento ao Pré-Escolar e ao Ensino de 1º Grau;
- v) amparo previdenciário para maiores de 70 anos e para inválidos, conhecido como Renda Mensal Vitalícia.

FONTE: Pereira (2002, p. 145-146)

Com esse novo quadro político e administrativo do governo, também o Serviço Social passa a ocupar outro papel nesse contexto, abrindo-se espaço profissional em instituições privadas e estatais. Segundo Netto (2010, p. 123), “o enquadramento de assistentes sociais em estruturas organizacionais mais complexas e com interconexões múltiplas e polifacetadas, no marco da burocratização própria a elas, alterou em escala significativa o relacionamento dos profissionais com as instâncias hierárquicas a que se prendiam”, exigindo do profissional uma postura adequada ao sistema burocrático-administrativo que apresentava um novo mercado de trabalho.

As escolas de Serviço Social foram se ampliando em todo o país, dando abertura a reflexões teórico-metodológicas da profissão, bem como apontando novos avanços e perspectivas na construção de um Serviço Social “moderno”, vinculados ao processo histórico, social e cultural do país.

Cabe destacar que o regime militar e ditatorial trouxe consequências ao mundo educacional, intelectual e cultural do país, mas, por outro lado, possibilitou a reflexão crítica acerca das questões que se apresentavam na sociedade.

[...] É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir de meados da década de setenta, de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico. Este elemento está diretamente vinculado à inserção profissional no circuito universitário: a pesquisa e a investigação que subjazem àquele debate seriam impensáveis sem as condições próprias do trabalho acadêmico [...], suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gestar uma massa crítica [...]. (NETTO, 2010, p. 129).

A renovação do Serviço Social contava com o pleno desenvolvimento e avanços que poderiam alavancar o progresso do Brasil no início dos anos oitenta. Contudo, no governo de Ernesto Geisel, algumas reformas políticas foram implementadas, ficando conhecidas como “Golpe de Abril” ou “Pacote de Abril” e que favoreciam a classe política do país.

No governo de João Figueiredo (1980-1985) houve novamente a diminuição de gastos na área social e um desinteresse por programas de políticas sociais, que podem ser observados, segundo Pereira (2002, p. 147), pelos seguintes fatores:

[...] a. incompatibilidade do padrão otimista da acumulação até então vigente no Brasil com uma conjuntura internacional recessiva; b. elevação do déficit público e do endividamento externo, herdada do governo anterior; c. instauração da crise fiscal do Estado, dada a discrepância entre a arrecadação de tributos e o volume das despesas governamentais na área social; d. relutância governamental em facilitar a passagem de um regime de exceção para um regime de direitos, ocasionando um desgastante processo de negociação corporativista e lobista entre elites (econômica e política) e o governo; e. crescente pressão da sociedade civil, incluindo as camadas populares, por democracia e ampliação da cidadania; f. defesa governamental dos recursos econômicos e financeiros das camadas sociais mais bem aquinhoadas, apelando, inclusive, para o processo inflacionário, em detrimento da melhoria das condições de vida das parcelas mais pobres da população.

Apesar de todo esse período ter sido de repressão aos direitos civis e políticos da sociedade, ainda assim a sociedade começa a se articular e inicia a mobilização por campanhas populares, tendo como exemplo a campanha “Diretas Já”, que lutava pela eleição direta para a Presidência da República.



UNI DICAS: Para um aprofundamento destes temas, sugiro que você leia os seguintes livros:

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**. São Paulo: Cortez, 1989.



LEITURA COMPLEMENTAR

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Alexandre do Nascimento
 Andréa F. Silva
 Maria E. B. Algebaile

No Brasil, um “ensaio” de desenvolvimento de um *welfare state* tem início na década de 1930, com o começo da era Vargas. É na década de 1930, com um novo bloco no poder, que o país inicia sua fase de modernização, ou seja, a construção de uma sociedade urbano-industrial que gerou novas demandas e a necessidade de uma nova configuração do Estado, bem como de suas ações. As circunstâncias em que se deu a construção desse “*welfare state*” foram bastante diferentes das de outros países. Aqui, o processo de revolução burguesa foi segmentado, com a convivência entre setores industriais e a economia agroexportadora, o que não permitiu o avanço maior dessa construção.

Contudo, historicamente, conforme nos lembra Medeiros (2001), é a partir de 1930 que começam a ser implantadas no Brasil políticas sociais de caráter conservador, mas fundamentais para o estabelecimento e consolidação de novas relações de trabalho, pois (e ao mesmo tempo) havia uma preocupação com a organização dos trabalhadores dos setores modernos da economia e da burocracia. Uma das marcas desse período, que vai de 1930 a 1945, é o autoritarismo, com forte repressão aos movimentos de trabalhadores. No campo das políticas sociais, a marca fundamental é a criação dos institutos de aposentadorias e pensões e a produção de

uma legislação trabalhista, consolidada em 1943. Modificações importantes foram também realizadas nas áreas da saúde e da educação, centralizadas no governo da União. É importante destacar a relação dessas políticas com a industrialização, na medida em que as diversas reformas legislativas e no aparelho estatal estavam voltadas para os trabalhadores urbanos.

No período de 1945 a 1964, o país viveu a chamada fase de democracia populista. Isso não representou, entretanto, mudanças nas políticas sociais. Basicamente, foram mantidas as estruturas construídas no período anterior, havendo, no máximo, expansão de alguns setores. A partir de 1964, e com alterações profundas de caráter conservador, os governos militares iniciaram uma fase de consolidação e expansão do sistema, mas ainda destinado aos trabalhadores assalariados urbanos. Organizaram-se sistemas públicos regulados pelo Estado para oferta ampla de serviços sociais básicos. O autoritarismo é também a marca deste período, que segue até 1984, quando se inicia um período de ajustes progressistas, fruto das lutas dos movimentos sociais, consolidado com a promulgação da Constituição de 1988. Esta construção, porém, sofre um forte impacto a partir das eleições presidenciais de 1989.

Marcado pelas transformações ocorridas no cenário internacional, o Brasil, nos anos 1990, adota medidas para a reforma do aparelho do Estado, o que significa um redirecionamento da concepção de Estado e dos parâmetros de suas ações no campo econômico, político, social, cultural e educacional. Ao modelo de “Estado interventor” sucede um Estado que diminui suas funções no campo social e atribui à iniciativa privada as funções que eram de sua responsabilidade. Apesar deste aparente antiestatismo, esta proposta de reforma defende a manutenção de um Estado forte para garantir as condições adequadas à expansão do mercado e ao alívio da pobreza dos “mais necessitados”.

Uma análise da evolução das políticas sociais no Brasil pode mostrar a violenta interrupção no seu estabelecimento e consolidação, a partir dos ajustes estruturais que tiveram início em 1990, na gestão do presidente Fernando Collor de Mello. Nessa trajetória histórica de construção, podemos dizer que o ponto mais avançado de definição de um padrão de políticas sociais, nos moldes de um welfare state, deu-se com a promulgação de 1988.

[...]

Enfim, podemos constatar que a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a definição de diretrizes e princípios na área da seguridade social, especialmente em se tratando da área de assistência social. A partir de então, a assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, sendo corroborado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 1993) que no Cap. I - Art.1º diz: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada

através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

FONTE: Adaptado de: NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andréa F.; ALGEBAILLE, Maria E. B. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, Lúcia (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Coletivo de Estudos sobre Política Educacional e Ed. Xamã, 2002. p. 93-94.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico apresentamos:

- O Brasil passou por um período de autoritarismo político e governamental em meados dos anos 60 até o início dos anos 90, com o processo de **redemocratização**.
- Os governos centralizavam o poder e as tomadas de decisões.
- Os governos militares usaram a repressão como forma de conter a manifestação política e social da população.
- Houve a criação de programas com cunho social, mas com características compensatórias, como forma de manter o governo no poder do país.
- Os investimentos foram mínimos nas áreas da saúde, educação, habitação, assistência social.

AUTOATIVIDADE



1 Relacione as colunas:

- () Governo de 1964 – 1966
- () Governo de 1967 – 1969
- () Governo de 1970 – 1973
- () Governo de 1974 – 1979
- () Governo de 1980 – 1985

- A – Emílio Garrastazu Médici
- B – João Batista Figueiredo
- C – Ernesto Geisel
- D – Castelo Branco
- E – Costa e Silva

2 De que forma você percebe como eram tratadas as questões de cunho social no período da “ditadura militar”?

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

Segundo Iamamoto e Carvalho (1986, p. 50), na sociedade capitalista o trabalhador vende sua força de trabalho em troca do seu salário, ou seja, “o trabalhador só recebe seu salário após sua força de trabalho ter sido consumida **produtivamente** pelo capital”.

Portanto, o dono do capital detém poder sobre o trabalhador, gerando, dessa forma, as desigualdades sociais na relação proletariado/burguesia. Aqui, veremos como se dá essa relação de produção e reprodução social.

2 MODO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

O sistema capitalista dos países latino-americanos e, especialmente do Brasil, está investido das relações de produção e reprodução social que são estabelecidas pela sociedade. O processo capitalista determina as condições de como vão se dar as relações de produção e reprodução entre os homens. Em nossa sociedade, com o modelo capitalista, essa dinâmica de relações sociais ocorre no binômio capital/trabalho.

O capital não se refere apenas a uma soma de valores monetários, mas supõe a transformação de matérias-primas em produção de mercadorias que possam ser consumidas por uma sociedade que tenha condições de materializar essa relação através da compra, ou seja, por meio da troca do trabalho por algo que tenha utilidade na vida social.

As relações sociais se apresentam na sociedade capitalista assim como se dá a produção social, ou seja, como se estabelecem essas relações entre patrão e empregado.

O capital é o que materializa o que é produzido pela força do trabalho, transformando o produto em uma mercadoria que tem valor comercial.

“O capital se expressa sob a forma de mercadorias: meios de produção (matérias-primas e auxiliares e instrumentos de trabalho) e meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 32).

As mercadorias se tornam produtos de troca, no qual se determina um valor, levando-se em consideração a sua utilidade na vida social. As mercadorias passam a possuir um determinado valor em dinheiro, mas o capital que está nas mãos dos donos dos meios de produção vai gerar a mais-valia.

A mais-valia representa um sobrevalor à mercadoria que não é repassada ao trabalhador que realizou a produção.

Portanto, o trabalhador vende sua força de trabalho pela troca do salário, para que consiga suprir suas necessidades e ter meios de subsistência.

[...] o trabalhador (classe trabalhadora) se vê obrigado a vender, para sobreviver, a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Ou seja, vende parte de si mesmo, já que de outro lado se lhe enfrentam como propriedade alheia todos os meios de produção e condições de trabalho necessários à materialização de seu trabalho, assim como os meios necessários à sua subsistência. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 38).

Ao sistema capitalista cabe pagar ao trabalhador por seu trabalho, mas de acordo com o que considera apropriado ao que é produzido, já que detém os meios de produção e o capital.

Quanto maior for o consumo de determinada mercadoria, maior será o seu poder de produção e de valor, mas isto não quer dizer que o trabalhador assalariado será valorizado por isso na questão salarial.

Se a política salarial é o elemento determinante do nível de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista, é, portanto, o elemento mais fundamental de qualquer política social. Porém, no discurso do capital e do Estado, a política salarial é abstraída e segmentada do conteúdo das chamadas políticas sociais. O que se encontra subjacente a essa fragmentação é a preservação do “direito natural” dos detentores dos meios de produção de garantirem suas taxas de lucratividade e de exploração do trabalho, seja diretamente, seja por intermédio de seus porta-vozes em nível de Estado, fixando eles próprios os níveis salariais e regulando as relações de trabalho. Assim, as políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação da vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação, etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 100).

Isto quer dizer que as relações sociais se materializam nesse processo de troca que ocorre entre os trabalhadores e os donos do capital, e enfatiza, também, que a oferta de serviços públicos e as políticas sociais são benefícios considerados “salário indireto” ou “complementação salarial”. “[...] Os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 100).

Sendo assim, temos, por parte dos donos do capital, o acúmulo de riquezas monopolizado pela classe capitalista e, de outro lado, a classe empobrecida que vende sua mão de obra em troca de salário para a sobrevivência.

A partir daí surgem os conflitos entre as classes (patrões x empregados), o que gera lutas incansáveis por parte dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, bem como um maior reconhecimento financeiro pela sua produção.

As relações sociais se dão no jugo da dominação e exploração que estão presentes na sociedade capitalista.

Nesse sentido, o papel do Estado é o de atender aos cidadãos em suas necessidades básicas por meio de serviços sociais; enquanto os donos do capital têm a liberdade da iniciativa livre e concorrência de mercado.

O trabalhador nessa condição de dominação e exploração também se vê como um mero “reprodutor” de mercadorias, mas, ao mesmo tempo, tem no seu trabalho e na sua produção o meio pelo qual pode reivindicar seus direitos.

[...], o trabalho se torna para o trabalhador como algo que lhe é estranho, que o mortifica e no qual se aliena, mas através do qual são também gestadas as condições de sua efetiva libertação. A própria organização do processo de produção, circulação, troca e consumo viabiliza as ilusões que conferem à circulação a qualidade de criadora de sobrevalor, independente da produção. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 69).



de classes?

E como o Serviço Social se insere nessa sociedade capitalista, norteadora por lutas

Bem, podemos dizer que a reprodução das relações sociais se expressa em todos os momentos da nossa vida, seja nas relações familiares, de trabalho, na escola, de lazer e também no momento em que escolhemos uma profissão.

Ora, é na prática profissional que o assistente social poderá compreender como se dá a relação social entre os mais diversos grupos.

[...] As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 75).

O profissional do Serviço Social se coloca entre as forças do capital e do contexto do trabalho propriamente dito, atuando como mediador das situações de conflitos e efetivando a sua prática nesse campo de contradições.

Desse modo, o trabalhador vende sua força de trabalho no mundo capitalista em troca de um salário que, na maioria das vezes, não lhe oferece as condições necessárias para usufruir ou consumir a materialização do seu trabalho.

A intenção da nossa discussão neste tópico se baseia na apresentação de elementos que possam situar o Serviço Social no processo histórico da produção e reprodução das relações sociais que são permeadas por contradições que se expressam na relação determinada pelo capital/trabalho.



Como sugestão, para ilustrar o tema em discussão, recomendo que você, caro (a) acadêmico (a), assista ao Documentário **ILHA DAS FLORES**. É um documentário brasileiro, escrito e dirigido pelo cineasta Jorge Furtado em 1989, produzido na Casa de Cinema de Porto Alegre - RS, com 12 min de duração. Trata-se de um documentário que apresenta o processo da produção social e econômica, bem como as desigualdades que se estabelecem nas relações humanas. Disponível no **site**: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_das_Flores>. Acesso em: 2 jul. 2008.

Na concepção da sociedade capitalista, é nessas relações que se estabelece o controle social do Estado sobre a classe trabalhadora, o que origina a luta de classes entre proletariado e burguesia.

Cabe aqui esclarecer que o homem é um ser social que estabelece relações com a sociedade, dando significado à sua existência. Dessa forma, o homem cria uma consciência social permeada de ideais políticos, culturais, religiosos etc.

Como já vimos no Tópico 1 desta Unidade de estudo, as transformações sociais ocorrem em determinados períodos históricos e econômicos do país, de acordo com as relações de produção que são estabelecidas na sociedade.

A profissão do Serviço Social, desde o início de todo esse processo, vem apresentando novas configurações, pois historicamente foram construídas sob a égide da benesse e do favor com características assistencialistas e clientelistas, pautadas em ações emergenciais.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1986, p. 46), o processo de produção e reprodução social está sempre em movimento, “é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar”.

As relações sociais se produzem e reproduzem em um contexto de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora como benefício ao sistema capitalista. Para tanto, o mercado de trabalho valoriza a produção mediante a troca por salário.

O salário equivale ao valor da força de trabalho como forma de garantir o processo de produção e reprodução de bens que sejam necessários à existência e sobrevivência dos homens.

[...] para o capitalista, o capital é uma soma de meios materiais de produção que tem o poder místico de gerar mais capital; o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora, que é a fonte de riqueza do burguês e da miséria do proletário, aparece, exclusivamente, como trabalho pago através do salário [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 63).

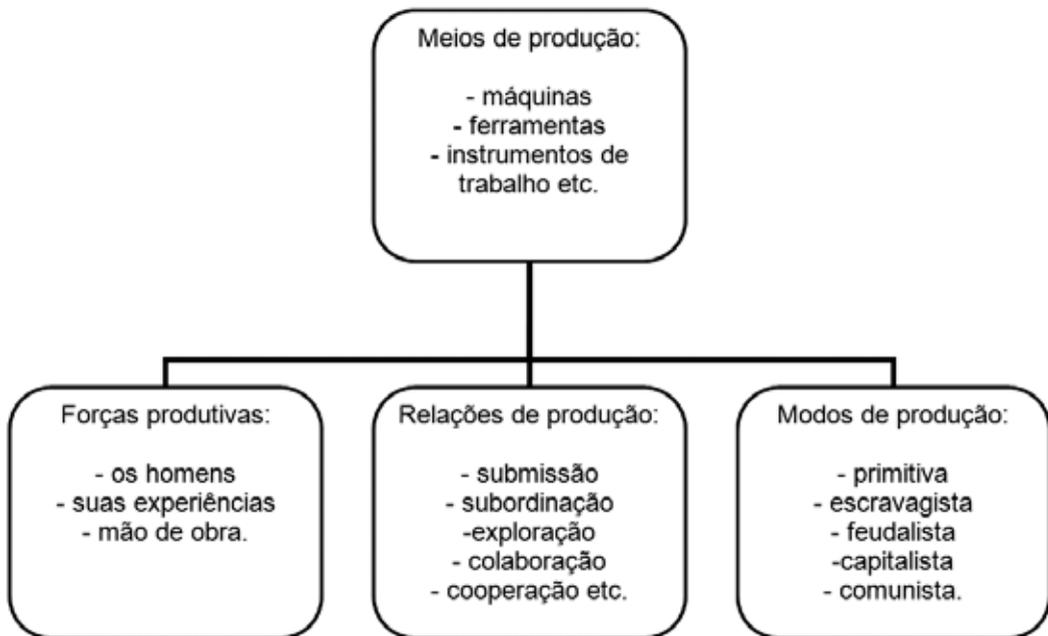
É nesse sentido que se expressam as relações de dominação e exploração da sociedade capitalista. A classe trabalhadora não detém os meios de produção, apenas vende sua força de trabalho para dar continuidade à reprodução dessas relações tão antagônicas, nas quais se vê imersa.

As questões de produção e reprodução social aparecem na sociedade pelos meios de produção. Os homens, através de sua força produtiva, desenvolvem suas atividades utilizando máquinas e ferramentas que possam gerar lucratividade no mundo do trabalho. É nesse meio que ocorrem as relações de trabalho, através dos vínculos estabelecidos entre empregado e empregador. Essas relações podem ser baseadas em cooperação, colaboração ou em submissão, dominação e exploração.

Como mencionam Iamamoto e Carvalho (1986, p. 105), essas relações ocorrem porque “a produção e reprodução da riqueza é um processo eminentemente social, visto que se realiza através de relações sociais que são engendradas e recriadas no interior do amplo processo da produção social”.

O modelo capitalista sujeita os indivíduos a estabelecerem relações de produção em que há distinção entre empregado e patrão, deixando clara a relação de subordinação e submissão.

FIGURA 2 – MODELO CAPITALISTA



FONTE: A autora

Na sociedade industrial e urbanizada tornam-se evidentes as relações sociais que são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos. A prática do profissional do Serviço Social se constitui e se concretiza, então, na dinâmica das relações sociais determinadas e estabelecidas por conjunturas históricas e econômicas específicas de cada período político e social.

Essa prática visa atender as demandas de necessidades das classes trabalhadoras, bem como garantir a concretização de políticas sociais e a implementação de serviços sociais voltados aos trabalhadores assalariados que se constituíram como classe social com o desenvolvimento industrial e com a expansão dos centros urbanos.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1986), o Serviço Social, como profissão, atende às necessidades sociais que são postas pelas relações de trabalho que se estabelecem na sociedade, ou seja, o profissional intervém na realidade de acordo com o processo histórico e social do meio em que está inserido.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo *o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 77, grifos dos autores).



Segundo Iamamoto e Carvalho (1986, p. 77), a questão social tem a ver com “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. A partir daí surgem novas demandas no atendimento social voltadas ao idoso, à criança e ao adolescente, violência doméstica, portadores de deficiências, população de rua etc.

O trabalho se coloca como a forma de sobrevivência dos cidadãos e como manutenção do sistema capitalista, e é esse sistema que gera os modos de produção e cria as relações de trabalho.

O processo de produção capitalista dá origem à luta de classes sociais, pois a dominação e a exploração acontecem nas relações sociais de trabalho.

Diante disso, o profissional Assistente Social tem sua atuação pautada na “questão social”. A questão social se manifesta como forma de expressão das necessidades cotidianas da sociedade, representadas pelas classes operárias, movimentos sociais, dentre outros.

[...] a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: **participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente.** Os movimentos sociais autônomos constituem a forma politicamente legítima de organização e mobilização dos trabalhadores, como meio de expressão e enfrentamento coletivo de suas necessidades e interesses de classe no cenário político [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 95).

Para tanto, o profissional do Serviço Social age como mediador das questões sociais, definindo estratégias que possam possibilitar o enfrentamento dessas contradições.

Cabe ressaltar que a trajetória do Serviço Social se coloca em uma posição antagônica da relação capital/trabalho. O profissional se coloca como mediador entre as instituições do Estado, que mantêm a ordem e o controle social, e como mediador da população trabalhadora que está subordinada aos interesses da classe dominante.

O modelo capitalista estabelece e reforça a dinâmica de um movimento de produção e reprodução social expresso na forma das relações de dominação e exploração.

Nessa luta de classes em que os problemas e questões sociais vão surgindo, os serviços sociais oferecem condições de responder às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora no que diz respeito aos seus direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação, habitação, saneamento, assistência social etc.

Percebemos que a inserção do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser compreendida dentro dos limites da atuação profissional e como profissão partícipe da implementação de políticas sociais, no sentido de atenuar ou prevenir os problemas sociais.

O sistema capitalista desenvolve nos indivíduos um modo de pensar de forma capitalista, em que apreendemos as relações de produção e as reproduzimos na sociedade, ora vendendo nossa força de trabalho, ora consumindo os bens produzidos pela mesma força de trabalho.

As desigualdades sociais que se apresentam em número cada vez mais elevado, porém, podem ser compreendidas como um fenômeno complexo originado pelo modo como a sociedade distribui e/ou concentra o acesso à riqueza produzida no país.

As mudanças no mundo do trabalho apresentam, também, novos desafios ao assistente social, pois surgem novas demandas sociais e são constituídos outros espaços profissionais, o que possibilita novos processos de intervenção profissional. Sendo assim, a profissão do Serviço Social é caracterizada pela dinâmica estabelecida entre os grupos sociais, considerando as contradições do mundo do trabalho e suas peculiaridades.

O exercício profissional do assistente social, [...], não se insere, de modo imediato, no processo de produção de produtos e de valor, isto é, no processo de valorização do capital. A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou têm acesso ao aparato

estatal. Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 111).

Enfim, o Serviço Social consolida sua ação na reprodução das relações sociais de produção no âmbito das instituições estatais. O profissional Assistente Social atua com seus conhecimentos, técnicas e métodos, executando políticas sociais de Estado e tornando-se um trabalhador assalariado, sem a conotação de um profissional que atua caritativamente ou com benevolência.

[...] é preciso considerar que os organismos institucionais dependem da adesão, pelo menos passiva, de seus agentes, para a consecução das metas e estratégias de classe que implementam. Se o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las. [...] a imprecisão vigente quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidades de redefinição de suas estratégias de trabalho. Nesse sentido, a concepção teórico-prática da profissão e do papel desse profissional na sociedade, incorporada e expressa pela categoria de assistentes sociais em suas atividades cotidianas, é um fator a considerar no tipo de respostas que oferece às exigências institucionais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 120).

As estratégias e técnicas utilizadas pelos assistentes sociais são colocadas em prática de acordo com a realidade social e do momento histórico pelo qual passa a sociedade. Os profissionais começam a romper com a prática vinculada à doutrina católica e passam a assumir um compromisso com os problemas sociais, que vão surgindo através das reivindicações dos movimentos populares e da classe dominada pelo capital.

Na visão de Iamamoto e Carvalho (1986, p.121), é preciso “reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social”.



Para um aprofundamento destes temas, sugiro que você leia os seguintes livros:

A Reprodução Social: nova edição em três volumes, Vol. I, Out. 2002.

Este primeiro volume apresenta as dinâmicas da revolução tecnológica e da globalização e os seus impactos na nossa organização social.

A Reprodução Social: nova edição em três volumes, Vol. II, 2003.

Este segundo volume apresenta um estudo das políticas setoriais no Brasil, envolvendo desde indústria até saúde, de bancos a telecomunicações, tentando, em particular, mostrar como as diversas políticas se articulam numa sociedade complexa como a nossa.

A Reprodução Social: nova edição em três volumes, Vol. III, 2003.

Este terceiro volume apresenta essencialmente as alternativas de gestão social que se desenham gradualmente: sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulações em rede. Segue igualmente um glossário de conceitos utilizados para definir as novas tendências que se desenham.

FONTE: Disponível em: <<http://www.vozes.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.



LEITURA COMPLEMENTAR

RELAÇÕES SOCIAIS E QUESTÃO SOCIAL NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Leonia Capaverde Bulla

Quando o Serviço Social surgiu no Brasil, na década de 30 do século passado, registrava-se no país uma intensificação do processo de industrialização e um avanço significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Tornaram-se mais intensas também as relações sociais peculiares ao sistema social capitalista.

Quando se coloca em discussão a denominada questão social, dois elementos surgem em destaque: o trabalho e o capital. A resposta a ser dada ao conflito entre esses dois polos vai depender da maior ou menor importância que se atribui a um ou outro desses elementos. Para entender melhor essa problemática, considera-se, de início, o trabalho humano, destacando as relações sociais que se

desenvolvem no sistema produtivo. Focaliza-se, então, o cerne da questão social, a exploração do trabalho pelo capital, com todas as suas consequências para a vida do trabalhador.

O Serviço Social profissional teve suas origens no contexto do desenvolvimento capitalista e do agravamento da questão social. Para compreender as circunstâncias históricas ligadas ao surgimento dessa profissão no Brasil, estudou-se o contexto da época em que foi criada no país, a década de 30 do século passado, considerando-se como eixo central da análise a questão social em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Nesse contexto, foi promulgada uma série de medidas de políticas sociais, como uma forma de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social, ao mesmo tempo em que o Estado conseguia a adesão dos trabalhadores, da classe média e dos grupos dominantes, donos do capital. O governo populista adotava, ao mesmo tempo, mecanismos de centralização político-administrativa, que favoreciam o aumento da produção, dando condições para a expansão e a acumulação capitalista.

Relacionando o Serviço Social com a questão social e com as políticas sociais do Estado, tornou-se necessário o debate de alguns elementos da problemática do Estado: o Estado liberal, o Estado intervencionista, e as funções educativas, políticas e sociais que se desenvolvem no âmbito do Estado moderno. Os processos de institucionalização do Serviço Social, como profissão, estão relacionados com os efeitos políticos, sociais e populistas do governo de Vargas. A implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social e a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais da área social. O Serviço Social, como profissão e como ensino especializado, beneficiou-se com esses elementos históricos conjunturais. Ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, criavam-se as condições para uma expansão rápida das escolas de Serviço Social.

O trabalho humano se encontra na base de toda a vida social. Os homens, impulsionados pelas necessidades vitais, apropriam-se da natureza e produzem os bens necessários à sua manutenção, que lhes dão condições de existir, de se reproduzir e de “fazer história”, salientaram Marx e Engels (1982, p.19).

[...]

Na teoria marxista, o modo de produção oferece elementos para caracterizar as sociedades e analisar as suas transformações. É importante apresentar aqui alguns elementos dessa teoria, que propiciam a discussão sobre as forças que atuam na vida social e a crítica a um determinismo mecanicista.

No processo de trabalho, os homens criam determinadas relações entre eles (relações de produção), que, juntamente com a capacidade de produzir (forças produtivas), constituem o modo de produção. O nível de desenvolvimento dessas forças produtivas materiais e as relações de produção correspondentes determinam, segundo Marx e Engels (1982), os diferentes tipos de sociedade. As relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a repartição da sociedade em

classes. Quando as condições materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes.

[...]

Grande parte da obra de Marx e Engels (1982) se constitui numa tentativa de mostrar ao movimento operário como o modo de produção capitalista desvirtua a vida e as relações sociais humanas, sob múltiplas formas, com o intuito de satisfazer às exigências da reprodução do capital. A consciência crescente da exploração e o agravamento dos problemas sociais, ligados à acumulação capitalista, levaram os trabalhadores a se organizar em movimentos e lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

[...]

Muitos benefícios sociais foram conquistados pelos trabalhadores e eram administrados pelo Estado, como forma de distribuição da riqueza acumulada pelo capital. No Brasil, as políticas sociais e o Serviço Social foram implantados na terceira década do século XX, em condições muito diversas, assumindo características peculiares, que vão marcar seu desenvolvimento posterior e que ajudam a compreender suas limitações atuais.

[...]

FONTE: BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 30 mar. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- O sistema capitalista tem influência sobre o modo de produção e reprodução social, construindo as relações entre os indivíduos.
- As relações de produção e reprodução social estão baseadas na relação do binômio capital/trabalho.
- O assistente social desenvolve sua prática profissional com vistas a atender demandas da classe operária e assalariada.
- O modelo capitalista reforça a ideia de dominação e exploração na sociedade.

AUTOATIVIDADE



- 1 De que forma se constitui e se concretiza a prática do profissional de Serviço Social na sociedade capitalista?
- 2 Qual classe exerce o poder de dominação e exploração no mundo capitalista? Comente sua resposta.

O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

1 INTRODUÇÃO

No contexto neoliberal, o Estado não tem a intenção de dar proteção a toda população. Os indivíduos têm liberdade e o Estado incentiva a livre iniciativa como forma de promover a concorrência e o livre mercado para desenvolver-se social e economicamente.

Esta concepção de Estado neoliberal é o modelo de governo mais atual e que tem reflexos na formulação das políticas sociais brasileiras, implicando nas formas de atuação do profissional Assistente Social.

2 O (NEO)LIBERALISMO

O período neoliberal é o momento da história brasileira que apresentou diversas implicações para as relações entre Estado e sociedade, revelando um enfraquecimento dos movimentos sociais e reforçando a ideologia neoliberal como forma de estabelecer um novo modelo de proteção social à população.

O surgimento do neoliberalismo se dá primeiro em países da Europa e, somente algum tempo depois, nos Estados Unidos e em países da América Latina.

[...] o projeto neoliberal de sociedade surge após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos, como uma reação ao Estado intervencionista e de bem-estar social. Este projeto, que apontava riscos à implantação de mecanismos de controle do capital, não teve grande repercussão inicial porque o capitalismo entrou em uma fase de crescimento rápido nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, a partir da crise da década de 1970, as propostas neoliberais começaram a ganhar espaço. Primeiramente no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, espalhando-se rapidamente por quase toda a Europa e, na década de 1990, de volta à América Latina, chegando ao Brasil. (ANDERSON, 1995 apud NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 90).

O projeto neoliberal tem como proposta regular a economia de acordo com o interesse do Estado, propor a privatização de órgãos e instituições estatais, reduzir gastos públicos e ainda intervir nas relações de trabalho. No neoliberalismo, entende-se que a privatização é o melhor caminho para o atendimento das necessidades básicas da população, pois não onera o Estado de ter gastos com

funcionários públicos e passa a responsabilidade para empresas e instituições privadas, que têm melhores condições de prestar um atendimento de qualidade, podendo também cobrar pelos serviços os valores que considerarem justos para o mercado.

No Brasil, quanto aos gastos públicos, podemos afirmar que não foram consideradas significativas as reduções nas últimas décadas, pois a população vem assistindo a uma sucessão de escândalos de corrupção no meio governista, o que nos faz acreditar que esse não é o objetivo primordial da ideologia neoliberal.

Segundo Höfling (2001), “Estado” é compreendido como um conjunto de instituições que possibilitam a ação legitimada do poder para que se mantenha a ordem social, e existem instituições que respondem a estas funções, como: órgãos legislativos, Poder Judiciário, forças armadas etc.

Com o enfraquecimento dos movimentos sociais, o sistema neoliberal passou a valorizar as políticas advindas de instituições privadas. O período neoliberal trouxe outras reformas de cunho econômico para o Brasil, tais como: reformas trabalhistas, previdenciárias e tributárias, estabilização da economia, integração econômica global, o que resultou na criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul) no ano de 1991, envolvendo os países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, aglutinando-se a eles, em 1996 e 1997, o Chile e a Bolívia. (PEREIRA, 2002).

Sem dúvida, este foi um período marcado por profundas mudanças políticas e econômicas no Brasil. Com o enfraquecimento das organizações sociais e movimentos populares, a ideologia neoliberal encontra espaço para propagar e fortalecer seus ideais.

O Estado já não assume seu papel de mantenedor de políticas públicas, deixando essa lacuna a ser preenchida pela instituição privada, o que afeta consideravelmente o processo de proteção social que visa contribuir para a melhoria de vida dos cidadãos.

Na área econômica, o Brasil passa por reformas que pretendiam adequar as instituições ao modelo financeiro da época e, ao final dos anos 80 e início dos anos 90, ocorrem a liberalização do comércio internacional, a reforma tributária, a privatização de grandes empresas, as reformas trabalhistas e previdenciárias que vêm, ao longo dos anos, sendo discutidas.

Entre 1990 e 1992, o Brasil passa pela fase chamada “era Collor”, apontando para um discurso social-democrata, mas com prática neoliberal. As propostas eleitorais não foram condizentes com a prática governamental, como aponta Fiori (1991, p. 120 apud PEREIRA, 2002, p. 161-162):

Proposta eleitoral – No campo econômico, a proposta aponta para: a) retomada, em curto prazo, do crescimento, com simultâneo combate à inflação e ao desequilíbrio fiscal; b) modernização econômica, no longo prazo, com base na desregulamentação do mercado. No campo social a proposta visa: a) ao ressarcimento da dívida social, via crescimento econômico; b) à melhoria da distribuição de renda, por meio da criação de emprego e do aumento dos salários reais; c) à manutenção das políticas sociais compensatórias, mas com redefinição de suas prioridades e formas de financiamento; d) à descentralização da gestão das políticas sociais; e) ao reforço do Estado como condição para a requalificação de instrumentos e quadros de gestão dos sistemas sociais do governo e para o financiamento das políticas sociais.

Entretanto, a prática não atendia as propostas eleitorais, pois no campo econômico houve achatamento salarial, privatizações de empresas estatais, suspensão dos incentivos fiscais, entre outros descabimentos. Na área social houve o desmembramento de algumas secretarias dos Ministérios do Trabalho, da Educação, da Ação Social, gerando mudanças na sua forma de organização e competências. Ainda no governo Collor estavam presentes o assistencialismo e o clientelismo nas políticas sociais e no seu governo foi vetado o projeto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Cabe destacar que, após 29 anos das últimas eleições diretas, é eleito o Presidente Fernando Collor de Mello, em 1989. Seu mandato teve curta duração devido aos anúncios de corrupção no governo e permanência da inflação. Mesmo assim, o seu governo até hoje é lembrado pelas medidas econômicas em relação à liberalização e internacionalização da economia brasileira. Apesar de ter criado medidas de exportação e importação na economia brasileira, privatização de empresas estatais, isso não assegurou a sua administração por muito tempo.

O Presidente Collor sofre “*impeachment*” (= **impedimento**) e no ano de 1993 assume o vice-presidente Itamar Franco. Muitas conquistas alcançadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram, no campo social, esquecidas e deixadas de “lado”, pouco contribuindo para melhorias das condições sociais da população. Na área econômica, Itamar Franco procurou estabilizar os preços e conter a inflação, criando uma nova moeda – o Real.

O Presidente Itamar Franco, quando assume a Presidência, se depara com um Estado sem diretrizes consolidadas na área de proteção social, modelo este que já vinha sendo construído desde os anos 30. Com este cenário de empobrecimento de políticas sociais, outras práticas foram novamente ressurgindo, como: redução dos gastos federais com ações sociais; desarticulação das redes de serviços sociais; retorno do clientelismo; falta de recursos para a área da assistência social; veto ao projeto de criação da Lei Orgânica da Assistência Social; centralização das decisões na esfera federal.

Segundo Pereira (2002, p. 164), podem-se destacar alguns problemas encontrados no governo, como: “desaparelhamento; fragmentação e pulverização

de recursos; forte redução do gasto social federal; [...] retorno do clientelismo e do fisiologismo; corrupção; esvaziamento do projeto do SUS; represamento da concessão de benefícios previdenciários [...]", dentre outros.

Pode-se afirmar, então, que o governo de Itamar Franco não teve muita notoriedade, a não ser pela adoção do Plano Real, que controlou a inflação e melhorou a renda das classes mais pobres, dando-lhes maior poder de compra.

Na área social cabe destacar a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 1993, e a liberação de recursos previdenciários que não haviam sido liberados no governo Collor. A aprovação da LOAS foi um marco significativo no âmbito da seguridade social, na qual ficavam assegurados aos cidadãos os benefícios de prestação continuada – BPC – que já se caracterizavam como política de renda mínima desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Cinco anos se passaram até a LOAS ser aprovada e isso se deu por pressão do Ministério Público ao poder do Executivo Federal.

Ainda na área de seguridade social, o governo teve que atender a determinação do Supremo Tribunal Federal e reajustar os benefícios dos aposentados em 147%. No governo de Itamar Franco também surge o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (PCFMV), que apresentava três princípios-chave: “a solidariedade privada, a parceria entre Estado, mercado e sociedade e a descentralização da provisão social.” (PEREIRA, 2002, p. 166). Essa ação foi coordenada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEAS), com o apoio direto do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”. Devido à falta de compromisso do Estado, desvios de verbas, problemas orçamentários e uma política voltada ao clientelismo, essas ações de combate à fome e à miséria não conseguiram alcançar seus objetivos.

Sendo assim, o governo de Itamar Franco teve pouca expressão política no que se refere à melhoria das condições sociais do país, mas, por outro lado, na área econômica conseguiu estabilizar a inflação adotando uma nova moeda no país – o Real. O Plano Real controlou a inflação, estabilizou os preços e aumentou a capacidade de consumo da população, aumentando também a renda da população mais pobre do país.

Nas eleições de 1994, Fernando Henrique Cardoso, que era então Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, foi eleito Presidente da República. Ainda no mês de dezembro de 1993, merece destaque a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que cinco anos atrás havia sido vetada pelo governo Collor. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito para o período de 1995-1999, sendo reeleito por um período de mais quatro anos. Ele firmou o compromisso em manter a moeda vigente no país, o Real.

Na perspectiva do sistema neoliberal, o Estado do modelo capitalista de governo tem a função de reproduzir as características das relações sociais e econômicas produzidas pelo capitalismo, obedecendo a normas e regras que se encontram legitimadas na sociedade. Para os governos neoliberais, há certa cautela quanto ao exercício democrático dos indivíduos, para que os governantes que estão no poder possam manter a “ordem” social.

Na perspectiva de Brandão (1991, p. 93), “em termos muito gerais, um modelo político-econômico neoliberal pode ser definido da seguinte forma”:

1. Compete ao Estado a intervenção na ordem econômica e social sob três parâmetros: a) defesa contra possíveis agressões externas; b) administração da justiça; c) reorganização do mercado (se este apresentar efeitos de “externalidade”, como: equívocos na esfera do consumo, diferenças nocivas entre poupança e investimento, etc.) e produção de bens públicos, desde que seja comprovada uma maior eficiência destas intervenções em relação aos mecanismos autorregulatórios inerentes ao mercado;
2. fora as exceções acima, qualquer intervenção estatal *a priori* não se justifica, pois não será mais eficaz que a operação continuada e duradoura do próprio mercado;
3. o sistema político deve ser institucionalmente autônomo do sistema econômico (ou seja, deve haver nítida distinção entre as esferas do público e do privado);
4. o governo central deve estar sob controle do sistema político, sendo que este último manifesta a vontade do povo pela via da política partidária e dos grupos de pressão e/ou de interesses organizados e legalmente reconhecidos. (BRANDÃO, 1991, p. 93-94).

Frente a esses fatores destacados por Brandão (1991), percebe-se que o sistema neoliberal está baseado na livre concorrência do mercado e que, se as injustiças sociais surgem na sociedade, é por causa da liberdade que todos têm para realizar suas escolhas no modelo capitalista de relações sociais.

No neoliberalismo, os produtos de consumo e os serviços são oferecidos à população e cada qual tem a liberdade de adquiri-los de acordo com suas condições financeiras e “competências” individuais.

Segundo Brandão (1991, p. 94), há uma visão neoliberal do Estado, sendo que “estas desigualdades são justas porque foram “desejadas” pelos próprios indivíduos, não sendo produto de “injustiças” impostas. Seriam injustas, portanto, ações do Estado no sentido de amenizar estas desigualdades.”.

Dessa forma, o Estado se exime das responsabilidades que lhes são devidas e transfere para o mercado livre ou livre concorrência toda a “culpabilidade” pelas desigualdades sociais.

No primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, o sistema neoliberal se caracterizava no país como um modelo de Estado em que o mesmo não tinha mais a função de “tutelar” as ações sociais, e sim, dar espaço ao

mercado empresarial, incentivando a entrada de capital estrangeiro e abrindo-se à globalização (abertura ao sistema econômico mundial).

Mesmo contra o que era apregoado pela Constituição Federal de 1988, o governo continuava a aprovar projetos no Congresso Nacional, contando com o apoio e votos da maioria dos governamentais. Desta forma, ficou clara a posição neoliberal que o governo assumiu, descaracterizando todo o processo de proteção social do Estado.

Durante o seu governo, o Congresso Nacional aprovou projetos de reformas da Constituição favorecendo um grande número de privatizações de empresas públicas para privadas e oferecendo livre concorrência para os serviços de telecomunicações, empresas de transporte de petróleo e gás e concessões para empresas de rodovias, ferrovias, de eletricidade, etc.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (era FHC) ficou nítida a preocupação com a política financeira do país, deixando em segundo plano as políticas sociais. Entretanto, o mercado financeiro mundial, por apresentar muita instabilidade, provoca dificuldades internas e externas nas empresas e ocorrem muitos gastos com as importações. Nesse momento, o país começa a enfrentar uma crise de desemprego, tendo em vista a situação de falência das empresas, originando, desse modo, problemas de ordem social.

No governo FHC, a área social não teve sua merecida importância, sendo apontado pelo Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) como um governo que não investiu em programas sociais, como havia prometido em campanha eleitoral. (PEREIRA, 2002). Nesse sentido, o governo FHC foi marcado por desajustes na área financeira do país, o que acarretou mais importação por parte das empresas do que produção interna de produtos, gerando, dessa forma, um elevado índice de desemprego no país.

O Plano Real criado para combater a inflação começou a gerar vários problemas na economia brasileira. O governo pedia cada vez mais empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que regulamenta a economia mundial.

Cabe ressaltar que FHC preparava-se para a reeleição da Presidência da República e algumas ações foram sendo apresentadas na área social, como: o Programa Comunidade Solidária, criado mediante a Medida Provisória nº 813/95. O objetivo desse programa era o combate à pobreza por meio de ações e articulações sociais; mas tornou-se um programa com ações assistencialistas, nos mesmos moldes de ações desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Vendo a situação social agravar-se cada vez mais no país, o governo FHC lança mão de programas de transferência de renda mínima como forma de oferecer o mínimo às famílias, a exemplo do Programa Bolsa-Escola.

Em nível estadual e municipal foram criados programas de renda mínima, tendo como condicionalidade a obrigatoriedade das famílias em manter seus filhos na escola. Os demais programas continuaram existindo, como o Benefício de

Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência, o qual está assegurado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, ainda, benefícios como o seguro-desemprego e renda mínima para famílias que se cadastram nos programas sociais e que estejam nos critérios para concessão do auxílio.

A radicalidade da focalização dos gastos e da cobertura no campo das políticas sociais tem criado [...] mais problemas do que soluções, pois, além de tal tendência violar direitos sociais adquiridos, deixa no abandono consideráveis parcelas da população que, não obstante pobres, não se enquadram nos parâmetros focalizados de pobreza definidos oficialmente. [...] Daí porque as políticas sociais focalizadas, além de se transformarem em “armadilha da pobreza”, expressam uma crassa irracionalidade governamental. (PEREIRA, 2002, p. 177).

Os programas sociais dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva conseguiram atender uma parcela da população menos favorecida pelo “livre mercado de consumo” e em situação de vulnerabilidade social (risco social).

Programas, como Bolsa-Família, foram criados para minimizar os problemas de miséria e pobreza no país e têm por objetivo criar condições para que os sujeitos alcancem sua autonomia e dignidade como cidadãos.

Contudo, a seletividade na forma de critérios exigidos para a inserção e permanência nos programas sociais faz com que muitas famílias sejam, mais uma vez, excluídas do processo de participação nesses programas.

Ainda, em função da reeleição, FHC prometeu dar continuidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que já havia sido assegurado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993.

Entretanto, o governo de FHC se manteve refém da política neoliberal, privilegiando o capital estrangeiro e não valorizando a produção interna. Para exemplificar, podemos citar o caso do reajuste do salário-mínimo vigente no país nesse período. Em abril de 2000, o salário teve um índice de reajuste de 11%, passando de R\$ 136,00 para R\$ 151,00, sendo que outros países vizinhos (Argentina, Paraguai, Uruguai) tinham uma média salarial de R\$ 300,00.

Nesse momento, o governo autoriza e dá autonomia para que os Estados possam criar pisos salariais diferenciados, o que causa discrepância entre os salários dos trabalhadores.

Também durante o governo de FHC são apresentadas como proposta algumas mudanças na legislação trabalhista (CLT) no que se referia a direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, como: salário-mínimo, FGTS, seguro-desemprego, 13º salário, aposentadoria, licença-maternidade, entre outros. Essas questões não tiveram aprovação da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional.

Podemos perceber que o governo do Presidente FHC caminhou na contramão do que pregava inicialmente, pautando sua prática em ações que não contemplavam o pleno desenvolvimento econômico e social do país. As políticas sociais apresentaram-se como medidas paliativas, focalizadas na pobreza e não na garantia do trabalho como forma de melhorar as condições de vida da grande maioria da população.

Há, pois, fundadas razões para se acreditar que, neste governo, o Brasil assistiu não só à destruição de um legado de conquistas institucionais, econômicas e sociais, construído entre os anos 30 e 80, mas também a flagrantes demonstrações de idiosincrasia governamental com os trabalhadores e com os mais pobres. Trata-se, evidentemente, de um governo antissocial, que, ao aderir à ala mais fundamentalista do neoliberalismo, não se preocupou sequer em garantir o mínimo de proteção social, admitido até mesmo por Hayek (o pai do neoliberalismo ortodoxo), em casos de pobreza crítica. (PEREIRA, 2002, p. 178).

Os recursos públicos (federal, estaduais e municipais) que deveriam ser suficientes para atender à população na satisfação de seus “mínimos sociais” não foram direcionados adequadamente e, por isso, a área da assistência social fica descoberta e acaba sendo prejudicada, pois não é destinatária do que lhe é devido.

A arrecadação de impostos e outras tantas contribuições sociais do povo brasileiro são direcionadas, em sua maioria, para áreas do desenvolvimento econômico do país, ficando as políticas públicas sociais em um plano secundário, ou seja, à mercê das “sobras” do orçamento das três esferas de governo.

Enfim, todo esse período apresenta dificuldade em garantir recursos orçamentários que possam atender às políticas de seguridade social, ficando a área da assistência social sempre defasada, com recursos mínimos e escassos.



Para complementar, deixo para você, caro(a) acadêmico(a), uma sugestão de leitura como forma de aprofundar seus conhecimentos:

FALEIROS, Vicente de Paula et al. **A era FHC e o governo Lula: transição?** Brasília: INESC, 2004.



Para um aprofundamento destes temas, sugiro que você leia os seguintes livros:

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Xana, 1999.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

SELLA, Adriano. **Globalização neoliberal e exclusão social**. São Paulo: Paulus, 2002.

GALVÃO, Andreia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



Agora, prezados acadêmicos, vejamos nos textos a seguir mais algumas informações norteadoras referentes ao assunto estudado, para aprofundamento do tema.

LEITURA COMPLEMENTAR 1

BRASIL DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO

José Prata Araújo

O liberalismo econômico de 1888 a 1930

“O liberalismo, em termos econômicos e sociais, não é uma coisa nova no Brasil. Em nosso país a escravidão foi abolida oficialmente em 1888, mas daquela data até 1930, durante 42 anos vigorou um férreo liberalismo econômico e um privatismo completo nas relações sociais. A propaganda liberdade de trabalho encobria, na verdade, uma brutal exploração e o desrespeito a direitos humanos básicos. Os gastos públicos não chegavam a 10% do PIB e se destinavam à garantia da segurança interna.”

[...]

Esse privatismo na ordem social tinha bases constitucionais. A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, vedava à União legislar sobre o direito do trabalho, previdência social e saúde. Na alegação de nossas elites, isso era necessário para garantir a autonomia dos Estados. Na verdade, a chamada “política dos governadores” e suas teses autonomistas disfarçavam a resistência da burguesia brasileira em estabelecer normas mínimas de proteção do trabalho.

No período de 1888 a 1930, portanto, o que prevaleceu em nosso país foi uma total informalidade no mercado de trabalho.

Inexistiam leis trabalhistas e contratos coletivos de trabalho reconhecidos pelo patronato. Nem mesmo o contrato de prestação de serviços, previsto no Código Civil, era respeitado. A admissão às condições de trabalho e a demissão eram acertadas oralmente, não tendo o trabalhador garantia no emprego, aviso prévio e nenhuma indenização, mesmo que já tivesse muitos anos no emprego.

Eram comuns os atrasos de salários e não havia nenhum instrumento legal que obrigasse o patrão a efetuar o pagamento. A jornada de trabalho atingia até 15 horas diárias, e as mulheres e as crianças eram submetidas a condições de trabalho particularmente duras. Em quase todos os ramos econômicos não havia direito de férias nem descanso semanal remunerado. Os acidentes de trabalho eram comuns, em função das péssimas condições de trabalho em que eram submetidos os operários.

Como inexistiam saúde e previdência públicas, a situação dos trabalhadores nos momentos mais delicados de suas vidas era desesperadora. Nos casos de doença, invalidez, velhice, maternidade e morte, os trabalhadores não contavam com qualquer cobertura previdenciária e de saúde, nem do Estado e nem das empresas.

Nessas situações, ou eles tinham algumas economias pessoais ou, como acontecia na maioria das vezes, dependiam do apoio de familiares, eram internados em asilos ou simplesmente morriam por falta de atendimento.

A falta de regulamento básico nas relações de trabalho levava ao “privatismo nas relações”.

A rigor, em toda a República Velha foram aprovadas quatro leis trabalhistas: que versavam sobre o trabalho de menores, das mulheres, sobre acidente de trabalho e outra, sancionada em 1926, mandando conceder 15 dias de férias para uma parte dos trabalhadores.

Essas leis tinham alcance limitado e viravam letra morta na medida em que eram descumpridas amplamente pelos patrões.

Como não existia nenhum organismo estatal para supervisionar a questão trabalhista, os conflitos trabalhistas caíam na jurisdição do Código Penal, ou seja, eram tratados como simples casos de polícia.

O Ministério do Trabalho passou a existir em 1930.

Ceder os anéis para não perder os dedos

Não é verdade que as legislações trabalhista e previdenciária foram simples outorga do Estado brasileiro e de Getúlio Vargas. Desde o final do século XIX, e particularmente no início do século XX, os trabalhadores resistiram ao privatismo econômico e social e realizaram dezenas de mobilizações e greves. Foram greves por categoria, greves gerais e estaduais e interestaduais, com destaque para a que aconteceu em São Paulo, em 1917. Tudo isso aconteceu numa conjuntura difícilíssima, onde eram negadas as mais elementares liberdades democráticas, em que os sindicatos eram constantemente invadidos e fechados e os dirigentes presos e deportados.

No começo do século XX aconteceram dois episódios no mundo que marcaram profundamente a vida social brasileira. O primeiro foi a Revolução Russa, que propugnava por uma transformação radical na sociedade, de caráter socialista, com forte influência em muitos países, inclusive no Brasil. O segundo episódio que influenciou muito a política brasileira foi o Tratado de Versalhes, em 1919, patrocinado pelas principais nações capitalistas, que o nosso país foi levado a subscrever, assumindo, assim, compromissos com uma maior regulamentação do trabalho e associando-se à recém-criada OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Foi nesse clima que o Congresso Nacional brasileiro tornou-se mais acessível à discussão da questão social. Aumentaram significativamente os pronunciamentos e as iniciativas legislativas; os pouquíssimos parlamentares comprometidos com os trabalhadores passaram a contar com uma maior audiência. Pressionada por tremendas agitações internas e por uma conjuntura internacional marcada por revoluções sociais, a burguesia brasileira, a contragosto, “aceitou” realizar algumas mudanças no liberalismo econômico então vigente.

Em 1926, uma Emenda à Constituição de 1891 previu finalmente que ao Congresso Nacional competia “legislar sobre o trabalho e sobre licenças e aposentadorias”. Estava encerrado, pelo menos em termos jurídico-legais, o longo período de liberalismo econômico puro, onde o trabalho, a saúde e a previdência social eram tratados como fatores de mercado quaisquer.

O peso que a conjuntura nacional e internacional teve numa maior regulamentação do trabalho no Brasil foi expresso com precisão pelo industrial paulista Jorge Street, em 1919: “O velho mundo já passou pela fase de resistência e teve que ceder. Nós devemos nos conformar com o inevitável e queimar etapas que os outros já venceram. Isto me parece de boa e sã política para nós”. (Morais Filho, 1978).

Portanto, no Brasil, assim como em todo o mundo, as reformas tiveram um caráter contraditório: foram resultado da pressão dos trabalhadores, através de duas mobilizações e greves, e foram “aceitas” pelas elites conservadoras, majoritárias no Parlamento e no Executivo, como forma de estabilizar a ordem

capitalista. Foi a típica política de ceder os anéis para não perder os dedos. Foi essa tese que justificou a introdução no Brasil da legislação previdenciária e trabalhista. Senão vejamos.

O autor da primeira lei de previdência brasileira, o deputado paulista Eloy Chaves, era latifundiário e, como secretário da Segurança Pública, coordenou a repressão à greve geral em São Paulo, em 1917. Em 1923, na exposição de motivos de sua lei de previdência, deixou claras as suas intenções: “À esperada luta de classes figurada e aconselhada pelos espíritos extremados ou desvairados, por estranhas e complicadas paixões, eu antepoño, confiado no êxito final, a colaboração íntima e pacífica de todos, em benefício da pátria comum e dentro da ordem” (ANFIP, 1993).

Também Getúlio Vargas, ao sancionar a legislação trabalhista e previdenciária, o fez com nítidos propósitos anticomunistas. Num de seus pronunciamentos mais famosos, chegou a afirmar que o “individualismo excessivo que caracterizou o século passado precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de pátria e de família”. (Heloísa Martins, 1979).

Como se vê, toda a legislação trabalhista e previdenciária foi sancionada dentro do princípio que norteou a Revolução de 1930: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. (AUTOR, ano, p).

Burguesia quer a devolução dos anéis

Nos anos oitenta, o chamado socialismo real entrou em colapso. Não se confirmaram os prognósticos de grande parte das correntes socialistas de que no Leste Europeu ou aconteceriam revoluções políticas ou autorreformas que evitassem o retorno ao capitalismo. Depois de longas décadas de isolamento e ostracismo, o liberalismo voltou à cena política, agora batizado de neoliberalismo, inicialmente com Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e, gradativamente, assumiu a hegemonia na maioria das nações do planeta.

Com a falência do socialismo real e com a esquerda desnorteada e dividida, a burguesia reunificou-se em torno de teses profundamente conservadoras, que advogam o individualismo nas relações sociais, a redução da carga tributária, o corte dos direitos sociais e trabalhistas, a desregulamentação dos mercados financeiros e das economias, a privatização maciça das estatais e um Estado mínimo. Muitas dessas teses são facilmente questionáveis: como falar, por exemplo, em Estado mínimo se, na maioria dos países onde foi implantado o neoliberalismo, os gastos públicos cresceram? Na verdade, o Estado vem sendo crescentemente privatizado, com o corte de direitos sociais e o remanejamento de recursos para o pagamento de encargos financeiros.

Sem um sistema social concorrente, os capitalistas abandonaram as suas veleidades reformistas e, além de não quererem ceder os dedos, passaram a exigir a devolução dos anéis. Os neoliberais falam que estão reformando a ordem social e qualificam a esquerda de conservadora porque quer a sua manutenção. Trata-se de um embuste político e publicitário: as reformas, tal como as entendemos historicamente, são mudanças progressistas e que ampliam os direitos da cidadania; já os neoliberais propõem, na verdade, contrarreformas. Isso porque toda e cada uma de suas medidas não avançam as conquistas sociais; visam, isso sim, restaurar velhos princípios que vigoraram no século XIX e no início do século XX e dos quais todos nós conhecemos as consequências.

No Brasil tivemos uma mudança extremamente rápida nos últimos anos. Depois de muitas lutas políticas, mobilizações e greves, colocamos fim à ditadura militar e elaboramos uma Constituição que consignou muitas conquistas em termos políticos, econômicos e sociais. Para que se tenha uma ideia da velocidade dos acontecimentos políticos, basta dizer que, em 1988, o Partido dos Trabalhadores recomendou que seus deputados não assinassem a Constituição devido aos seus limites políticos, como no capítulo da reforma agrária e em outros. Hoje, nossa luta é para que não se mude o texto constitucional. Uma Constituição novinha em folha, ainda não regulamentada. Foi atropelada poucos anos depois de sua promulgação.

FONTE: ARAÚJO, José Prata. **Manual dos direitos sociais da população; as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais**. Belo Horizonte/: O Lutador, 1998. Disponível em: <http://conscienciafiscal.mt.gov.br/arquivos/A_32a6b23c9d91436eb045ccd33a1cf68fModuloII CadernoBrasil do Liberalismo a oneoliberalismo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

LEITURA COMPLEMENTAR 2**PARTICULARIDADES DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

José Prata Araújo

Para se entender a consolidação do neoliberalismo no Brasil é preciso atentar para algumas particularidades políticas e econômicas. Nosso país enfrentou, ao longo das últimas décadas, um processo inflacionário devastador, que deixou um saldo dramático de miséria e concentração de renda. Segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, a inflação no Brasil nos últimos 30 anos atingiu a impressionante cifra de 1142332741811850%. Isso mesmo: 1.1 quadrilhão por cento.

Em que pese o caráter concentrador de renda da inflação, é preciso reconhecer que, de forma hábil, a burguesia brasileira roubou a bandeira da estabilidade dos preços, que deveria ter sido desfraldada pelas correntes de esquerda. No final da década de 70 e no início da década de 80, existiu, sobretudo em São Paulo, um movimento popular massivo contra a carestia, que realizava atos públicos amplos, passava abaixo-assinados e enfrentava a ditadura militar. Gradativamente, a esquerda abandonou a luta contra a carestia e fixou-se somente na proposta de indexação salarial, que supúnhamos poderia, se fosse mensal, neutralizar a inflação. Tratou-se de um grave erro político, que deixou a bandeira do fim da inflação basicamente com as elites dominantes.

Essa é uma questão-chave para se entender o neoliberalismo em nosso país. Diante de uma inflação galopante, crescente e persistente, o governo implementou o Plano Real, que conseguiu, de fato, reduzir a inflação para patamares muito baixos. Com a redução do chamado imposto inflacionário que era apropriado pelos bancos, pelas empresas e pelo setor público, foi possível, num primeiro momento, um ganho para as camadas mais pobres da população, que não contavam com contas remuneradas e com mecanismos de indexação de seus parcos rendimentos.

Com o grande apoio popular que conseguiram num primeiro momento, os neoliberais criaram uma âncora política fortíssima para implementar as contrarreformas no Estado. Todas as medidas que propõem, afirmam, são pré-condições para se garantir a estabilidade econômica e a inflação baixa. Esse é o alibi que a burguesia utiliza para implementar as contrarreformas (econômica, administrativa, previdenciária, trabalhista e outras) que mudam completamente os rumos do Brasil. A reeleição é a coroação desse projeto: a permanência dos governantes é defendida como sendo a garantia de que não haverá uma ruptura de continuidade, ao mesmo tempo em que a oposição de esquerda é qualificada de portadora do caos vivenciado no passado.

Uma segunda particularidade no neoliberalismo no Brasil é que, além das estatais, está em curso uma ampla privatização dos serviços públicos. Diferentemente da Europa, onde os serviços públicos são um fator de consenso e integração social, em nosso país eles são de péssima qualidade e representam

uma das faces mais visíveis da profunda desintegração social. Por isso mesmo vem sendo aprofundada a privatização da saúde e previdência, sem que haja uma maior resistência da sociedade. Fernando Henrique já deixou claro que uma de suas principais propostas para um eventual próximo mandato é uma radical reforma da previdência no rumo do regime de capitalização (previdência privada).

O processo de inserção na chamada globalização do qual o Brasil vem participando (MERCOSUL e ALCA) fortalece esse caminho privatista da seguridade social. Um documento do Ministério da Previdência Social coloca essa questão nos seguintes termos: “A integração dos países em blocos comerciais tem importantes implicações nas legislações trabalhista e previdenciária. Para que as empresas continuem competitivas, as legislações dos países que compõem o MERCOSUL precisam ser neutras, ou seja, precisam ser equivalentes em termos de custos de produção. Além disso, uma característica básica dos Mercados Comuns tem sido a mobilidade de mão de obra - uma realidade que já é visível na União Europeia. Quanto mais o MERCOSUL se fortalecer, menor deverá ser a diferença entre os países-membros no que se refere à legislação trabalhista e previdenciária. A lógica inerente aos blocos comerciais leva inevitavelmente a uma harmonização nessa área”. (MPS, 1997).

E em que bases se propõe essa harmonização da legislação trabalhista e previdenciária? Como o neoliberalismo é amplamente hegemônico nas Américas, essa harmonização implicará a adoção do modelo de política social dominante na maioria dos países, em particular aquela vigente nos Estados Unidos: corte generalizado dos direitos trabalhistas, privatização da previdência e da saúde e enfraquecimento ainda maior da negociação e contratação coletivas do trabalho. Se essa política liberal tem implicado numa grande exclusão nos Estados Unidos (40 milhões não têm plano de saúde, aumento da pobreza etc.), é de se imaginar o estrago que fará na América Latina.

A privatização da seguridade social na América Latina, inspirada no modelo chileno, é um verdadeiro absurdo. Primeiro: mesmo privados, os planos de saúde e previdência permanecem compulsórios, ou seja, o Estado conferiu capacidade tributária para as seguradoras, além do que o Estado e o patronato se desobrigam do custeio, deixando-o a cargo unicamente dos trabalhadores. Segundo: as receitas da Previdência foram privatizadas, mas o passivo vem sendo estatizado (pagamento do estoque de aposentadorias e pensões e devolução das contribuições dos trabalhadores em atividades efetuadas ao sistema público de previdência); além disso, como os aposentados e pensionistas perderam a cobertura solidária dos trabalhadores em atividade, a previdência para eles deixou de ser um pacto pela vida e virou um pacto de morte. Terceiro: como o modelo privado de previdência é concentrador de renda, tem ficado para o Estado a complementação de um benefício mínimo. Quarto: todos os benefícios da assistência social, para os quais não existem fontes contributivas, e as aposentadorias e pensões dos militares, ficaram sob a responsabilidade do Estado.

Uma terceira particularidade do neoliberalismo no Brasil é a existência de uma burocracia sindical neoliberal – a Força Sindical – que vem não somente

apoiando as propostas governamentais, como, em muitos momentos, procura liberar a implementação de tais propostas. A Força Sindical apoiou a reforma administrativa e o fim da estabilidade dos servidores; foi sua a proposta inicial de Contrato Temporário de Trabalho; apoia a privatização da Previdência e a flexibilização geral da legislação trabalhista, a exemplo da redução de salários. Os dirigentes sindicais pefelistas têm dado uma grande contribuição na desarticulação da embrionária legislação social brasileira.

Finalmente, cabe ressaltar que a estrutura socioeconômica brasileira já é meio caminho andado para as propostas neoliberais. O governo quer precarizar o mercado de trabalho, mas, tal como no velho liberalismo, mais da metade dos trabalhadores brasileiros já são informais, e os que têm carteira assinada não possuem qualquer garantia no emprego e suas condições de trabalho são precárias. O governo quer restringir drasticamente a amplitude dos serviços públicos, mas em nosso país não existe, na prática, a universalidade e a integralidade na cobertura dos serviços públicos; em diversas áreas, como a saúde e a educação, o peso do setor privado já é muito expressivo. As propostas neoliberais vão concentrar ainda mais a renda e a riqueza, mas isso em nosso país já é uma dura realidade.

FONTE: ARAÚJO, José Prata. **Manual dos direitos sociais da População; as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais**. Belo Horizonte/MG: O Lutador, 1998. Disponível em: <http://conscienciafiscal.mt.gov.br/arquivos/A_32a6b23c9d91436eb045ccd33a1cf68fModuloII CadernoBrasilDoLiberalismoaoneoliberalismo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

LEITURA COMPLEMENTAR 3

A autora do texto a seguir apresenta algumas questões que envolvem as políticas públicas sociais, tentando compreender como as ações e programas são desenvolvidos e se sustentam na sociedade. Para tanto, destaca autores que têm uma abordagem marxista e neoliberal sobre o tema enfocado – Estado e Políticas (Públicas) Sociais.

ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS

ELOÍSA DE MATTOS HÖFLING*

* Professora Doutora do Departamento de Metodologia de Ensino (Deme) da Faculdade de Educação da Unicamp – Campinas/SP.

Para abordar questões relacionadas a Estado e Políticas Públicas, há que se distinguir os conceitos que se atribuem a estes termos, levando em consideração o contexto social e histórico de uma determinada sociedade.

A conceituação de Estado, neste sentido, exige uma diferenciação em contraponto ao Governo. Para a autora, o Estado é constituído de órgãos e instituições legitimados que possibilitam as ações de um governo. Já o Governo

se constitui como o conjunto de programas e projetos que partem da sociedade (políticos, técnicos, órgãos da sociedade civil organizada, entre outros) destinados a prestar serviços à população. O governo assume e desempenha suas funções ocupando um espaço e um lugar de forma transitória e por um determinado tempo.

No caso das políticas públicas sociais, podemos enumerar programas nas mais diversas áreas (educação, saúde, saneamento básico, habitação, previdência, segurança pública etc.), sendo que alguns fatores contribuem para o movimento de implementação das ações voltadas à população. Estes fatores estão ligados à estrutura socioeconômica que é estabelecida pelo Estado.

A partir do século XIX, com a era da industrialização, começam a surgir os conflitos de classes em decorrência das relações de trabalho que se estabelecem nas sociedades capitalistas. As políticas públicas, então, têm suas raízes nos movimentos populares como forma de amenizar os problemas de ordem social que aí estavam surgindo devido às relações de produção estabelecidas no binômio capital¹/trabalho.

Há uma relação das políticas públicas sociais e educação sob o viés do Estado capitalista, considerando que a sociedade assume funções concebidas nessa visão. Destaca, ainda, dois autores: o sociólogo alemão Claus Offe, que se aproxima da abordagem marxista, e o economista Milton Friedmann, que apresenta uma abordagem neoliberal. A política educacional, assim como outras políticas sociais, atende uma sociedade capitalista, em que predominam relações sociais de poder.

No Brasil, a partir dos anos 70, ocorrem reflexões marxistas no campo educacional. Na concepção marxista, a educação faz parte da superestrutura, sendo que esta tem a função de reproduzir a ideologia² das classes dominantes. Para que o processo educacional não seja apenas um transmissor/repassador de ideologias dominantes, faz-se necessário um movimento de transformação em toda a sociedade.

Para a sociedade capitalista, na educação estabelecem-se relações de poder onde os ideais das classes dominantes são reproduzidos. Os filhos dos donos dos meios de produção continuarão sendo os donos dos meios de produção, enquanto os filhos do proletariado continuarão sendo a mão de obra explorada.

Neste contexto, abrem-se discussões acerca das políticas públicas sociais, que têm assumido um caráter paliativo e compensatório. Tal caráter se revela na forma de execução das ações, que servem apenas para atenuar ou amenizar os problemas que foram surgindo, determinados pela lógica capitalista. As políticas apresentam ações e intervenções que não se configuram como um processo de emancipação e autonomia da população frente aos problemas, pois se apresenta de uma forma não participativa.

1 A expressão *capital* aqui é entendida como *capital econômico*, estabelecido pelos processos de produção. Ver Dowbor (1985).

2 Cf. CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 21.

As políticas sociais poderiam desenvolver ações e programas articulados, a fim de contribuir para a construção de direitos e de cidadania da população, com caráter universal e visando estabelecer o equilíbrio social em todas as áreas das políticas públicas sociais, atendendo as demandas mais prementes.

Tais ações e programas também poderiam levar em consideração os aspectos culturais de cada sociedade, que tanto influenciam na forma de organização das mesmas. Na maioria das vezes, as ações são desenvolvidas como se todas as pessoas tivessem que se adaptar aos “modelos” previamente estabelecidos, tirando-lhes a identidade e a vontade de decidir e escolher seu próprio caminho.

Diante desses apontamentos, percebe-se que a educação em toda sua dimensão é permeada por várias questões, tanto na área política, quanto na econômica e social. É através dos encaminhamentos e direcionamentos dados a determinados programas que se pode compreender como algumas ações e intervenções no plano educacional são engendradas e assimiladas pela sociedade.

Desta forma, existem limites estruturais no campo político-ideológico que, muitas vezes, impedem o desenvolvimento de políticas públicas sociais voltadas às diversas áreas que realmente façam parte de um processo de mudança e transformação social.

Cabe aqui ressaltar que a educação tem sido ponto de discussão e debates nos mais variados grupos sociais, onde se aponta que a “educação será a solução de todos os problemas”. Há que se pensar **como** e **onde** a educação acontece. Como coloca Brandão (1995, p. 10):

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho e como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos.

Portanto, nesse sentido, as políticas públicas sociais no âmbito de todos os grupos sociais também devem contar com a participação efetiva dos atores envolvidos neste processo, a fim de que possam ser protagonistas e sujeitos de sua própria história na conquista e construção de seus direitos enquanto cidadãos.

Sendo assim, o Estado deveria implementar ações, programas e projetos que atendessem satisfatoriamente as demandas sociais, estabelecendo um processo contínuo de propostas que oferecessem melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

FONTE: Adaptado de: HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano 21, n. 55, nov./2001.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu que:

- O Estado neoliberal é um modelo de governo que incentiva a concorrência e a livre iniciativa do mercado.
- O período neoliberal enfraquece os movimentos sociais e as forças populares, valorizando as ações das empresas privadas.
- Neste período surgem dois marcos históricos para a área social: a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993.
- No governo de Fernando Henrique Cardoso há uma grande preocupação com a política financeira do país, sobrepondo-se à implementação de políticas sociais.
- São oferecidos programas de transferência de renda mínima para as populações mais pauperizadas, destinando o **mínimo** para que as famílias melhorem suas condições de vida.



1 Complete a frase:

Para Höfling, “Estado” é entendido como um _____ de instituições que possibilitam a ação _____ do poder para que se mantenha a ordem social.

- 2 No governo do Presidente Itamar Franco houve a criação de uma medida importante para estabilizar os preços e conter a inflação. Qual medida foi essa?
- 3 Qual era o objetivo do Programa Comunidade Solidária, criado no governo FHC?
- 4 Com a explosão do sistema econômico do país não houve mais desemprego no Brasil. Podemos afirmar isto? Comente.
- 5 Nos dias atuais, como você percebe a prática do assistente social na sociedade brasileira?

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir dessa unidade você será capaz de:

- identificar elementos que possam auxiliar na instrumentalização da prática profissional;
- construir conhecimentos que contribuam para a formação da identidade profissional;
- conhecer a lei de regulamentação da profissão para que a prática seja pautada em uma postura ética e política, com uma visão crítica da realidade;
- compreender o processo de profissionalização do Serviço Social.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em quatro tópicos e em cada um deles você encontrará atividades que o(a) ajudarão a aplicar os conhecimentos apresentados.

TÓPICO 1 – SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

TÓPICO 2 – AS INSTITUIÇÕES E O ESPAÇO PROFISSIONAL

TÓPICO 3 – A LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

TÓPICO 4 – DESAFIOS E LIMITES

SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

1 INTRODUÇÃO

No Tópico 1 pretendemos pontuar questões que foram significativas para legitimar a profissão do Assistente Social. Historicamente, temos conhecimento de que o Serviço Social se configurou como uma profissão de “ajuda aos mais pobres e necessitados”. Mas, ao longo do tempo, o Serviço Social foi construindo seu espaço com discussões teóricas e metodológicas para o desenvolvimento de suas ações.

Foi se consolidando enquanto profissão que trabalha com as questões sociais surgidas no cotidiano, através das relações que os indivíduos estabelecem na sociedade.

2 A PROFISSIONALIZAÇÃO

A partir do século XX, o trabalho na sociedade capitalista está relacionado aos modos de produção e como se dão as relações sociais nesse meio produtivo. A sociedade burguesa emergente passa a dominar os meios de produção e a classe trabalhadora se vê sob o domínio e a exploração dos donos dos meios de produção.

Com as inúmeras dificuldades que surgem no decorrer de todo esse processo do sistema capitalista, o desemprego aparece como um fator significativo, pois não há como absorver toda mão de obra no mercado de trabalho.

“[...] Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.” (IAMAMOTO, 2004, p. 87).

Nesse sentido, o trabalhador encontra obstáculos para conseguir emprego e manter as necessidades básicas de sua família. Sem trabalho, o cidadão fica à mercê da “própria sorte”, o que acarreta muitos problemas de ordem financeira e social.

Na sociedade contemporânea, o trabalhador passou a ser um indivíduo descartável, ou seja, se não estiver contribuindo lucrativamente com o seu trabalho, passa a ser dispensado de suas tarefas.

O trabalhador assalariado se vê, então, sujeito a aceitar as condições que são impostas pelo empregador.

Nesses termos, vemos que o profissional de Serviço Social também faz parte dessa dualidade, ora como um trabalhador assalariado ligado ao Estado, ora como um profissional mediador das relações de trabalho.

Ao se tratar da profissão do Serviço Social, na maioria das vezes, questiona-se sobre o que faz o assistente social, qual é a sua prática efetiva na sociedade e no mercado de trabalho.

Conforme Yamamoto (2004), a prática profissional não pode ser avaliada somente sob um aspecto, mas sim por diversos fatores que estão interligados, podendo ser fatores internos e/ou externos.

As condições internas da prática profissional se referem às competências técnicas e metodológicas do assistente social, que são adquiridas em sua formação acadêmica, bem como a necessidade de compreensão da realidade social e a inserção dos sujeitos nesta realidade.

Como condições externas postas ao assistente social, pode-se destacar que a sua prática deve ir ao encontro da realidade da população, procurando atender aos usuários em suas demandas e necessidades. Também é necessário observar como se dão as relações de poder nas instituições ou empresas empregadoras, a fim de oferecer um trabalho que atenda aos objetivos dos serviços sociais do empregador.

[...] a prática profissional é vista como a atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais. Mas, como esta atividade é socialmente determinada, consideram-se também as condições sociais nas quais se realiza, distintas da prática e a ela externas, ainda que nela interfiram. (IAMAMOTO, 2004, p. 94).

Podemos dizer que o exercício ou a prática profissional ocorre em um determinado contexto social em consonância com as condições econômicas, culturais, políticas e sociais daquele contexto. O assistente social desenvolve seu trabalho em situações específicas que dão significado ao seu próprio trabalho, à sua prática.

Como podemos perceber, o profissional, na prática, exerce seu papel voltado ao trabalho nas instituições ou empresas, que têm sido seus maiores empregadores.

Contudo, devemos lembrar que a profissão de Serviço Social foi regulamentada como uma profissão liberal e que o assistente social tem autonomia no atendimento à população, comprometendo-se a respeitar os valores e princípios éticos da profissão.

Portanto, o assistente social, em sua profissão, torna-se um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, pois, “não dispõe, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhe são fornecidos pelas entidades empregadoras.” (IAMAMOTO, 2004, p. 96).

Por ser um trabalhador assalariado, o assistente social deve cumprir o seu trabalho de forma a atender aos objetivos e políticas estabelecidas pelo seu empregador, utilizando os recursos disponíveis na instituição.

Por outro lado, o assistente social também pode exercer sua função definindo as formas de ação que irá desenvolver em suas atividades com o seu público-alvo. Para tanto, é necessário que o profissional consiga realizar uma leitura da realidade social, associando a sua atuação aos conhecimentos técnicos, metodológicos, éticos e políticos da profissão.

A profissão tem também seu caráter político-ideológico na sociedade. Na prática profissional devemos estar imbuídos de uma visão política dos fatos e da realidade, para que possamos ver além do que está posto na realidade e fazermos, assim, a análise crítica em busca da resolução dos problemas.

[...] o profissional é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante com os segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes. A possibilidade de redirecionar o sentido de suas ações para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores – [...] – deriva do próprio caráter contraditório das relações sociais que estruturam a sociedade burguesa. (IAMAMOTO, 2004, p. 98).

O Serviço Social, enquanto profissão legitimada, tem sua atuação profissional relacionada aos processos de relações e reprodução social estabelecidas na sociedade, como resultado dos processos históricos, sociais, políticos e econômicos que identificam e caracterizam cada período.

[...] Quando se fala em produção/reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica - frequentemente reduzida a uma ótica economicista -, mas a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p. 26).

A história do Serviço Social remonta a uma prática da assistência social voltada a ações filantrópicas e de benesses, com características de trabalho voluntário e de cunho assistencialista. A partir de 1930, o Estado assume um papel de regulador das “questões sociais” que surgiram com o processo de urbanização e industrialização. Cabia ao Estado assegurar o “bem-estar” da sociedade como forma de manutenção e legitimação do próprio poder instituído.

É com o processo crescente de urbanização e industrialização que o Serviço Social começa a atuar como protagonista no enfrentamento da “questão social”. Esse período histórico gerou inúmeros problemas de ordem econômica e social que envolvia a classe operária formada com essa nova configuração gerada pelo crescimento urbano, colocando a população em condições de miséria e pobreza.

As transformações da sociedade brasileira obrigam o Estado a participar das ações, implementando políticas públicas que atendessem às demandas sociais. A Igreja, por sua vez, ainda se dedicava aos trabalhos voluntários e assistencialistas, como forma de amenizar o “sofrimento” da população.

É com essa influência da Igreja que surgem as duas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo e, em 1937, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Com o surgimento de conflitos sociais advindos da industrialização e com a concentração da população em grandes centros urbanos, houve a necessidade de se estabelecer condições que assegurassem o mínimo para os trabalhadores, tendo surgido a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que surgia como uma ação reguladora do Estado (governo Vargas).

A partir de 1942, o governo brasileiro cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com cunho paternalista e clientelista, voltada à prática de ações que visavam atender aos segmentos mais pobres da sociedade, oferecendo-lhes ajuda emergencial e paliativa no combate à miséria. (YASBEK, 2006).

Com o aumento significativo da pobreza e miséria no Brasil, originando a desigualdade na distribuição de renda no país, medidas e políticas públicas sociais se consolidaram como ações de intervenção para atender à demanda de conflitos sociais surgidos na sociedade.

A prática do Serviço Social se dá em um processo coletivo de trabalho, em que a “matéria--prima” é a questão social que emerge das relações de produção e reprodução social, ou seja, das relações que os indivíduos estabelecem para se organizarem enquanto grupos.

A questão social pode se manifestar nos mais variados elementos da sociedade, como: violência, pobreza, população de rua, habitação, exploração sexual, dentre outros.

Para que o profissional possa compreender a questão social, é preciso ter conhecimento da realidade social e investir em ações que possam contribuir na melhoria de vida da população.

De acordo com Yamamoto (2004, p. 100), é importante “considerar as características específicas que as expressões da questão social assumem aos níveis regional, estadual e municipal e as alterações sócio-históricas que nelas vêm se processando.”. Deve-se considerar, também, a forma como os indivíduos se relacionam no meio em que vivem.

Reportando-nos à história do Serviço Social, podemos dizer que a profissão surge vinculada a entidades religiosas, com uma visão assistencialista e de ações filantrópicas. O Serviço Social, então, se institucionaliza como profissão a partir do momento em que se acentuam os problemas surgidos com a industrialização e o capitalismo. As tensões sociais se tornam mais graves, gerando desigualdades sociais e econômicas.



Caro(a) acadêmico(a)! Lembre-se! Vimos como se deu a trajetória histórica do Serviço Social na Unidade 1 deste Caderno.

O Serviço Social, portanto, dá continuidade às ações sociais da Igreja, mas começa a preocupar-se com as dimensões filosóficas, espirituais, sociais e culturais dos homens. Aos poucos, o Serviço Social vai transformando sua prática, assumindo uma postura crítica de ação pautada em questões teóricas e metodológicas para sua atuação.

O movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil merece destaque, pois, a partir daí, a profissão assume uma nova concepção, voltada à dimensão técnico-científica da sua atuação na busca da valorização e reconhecimento.

[...] o Serviço Social desvenda a dimensão política da profissão e enfatiza a relação teoria e prática, sendo a prática fonte fundamental da elaboração teórica, adotando uma abordagem metodológica de aproximação sucessiva, através de uma abordagem do homem como ser concreto nas suas relações sociais, enquanto membro de uma classe. (SILVA, 1995, p. 45).

Portanto, é possível compreender que o Serviço Social como profissão está relacionado ao contexto social e aos movimentos originários das relações que se concretizam no cotidiano.

[...] o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular são resultantes de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários. (YASBEK, 2006, p. 124).

Com a regulamentação legal da profissão (Lei nº 8.662/93), surge também a regulamentação da Lei nº 8.742/93, que cria a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), configurando-se como uma nova perspectiva de “olhar” a assistência social no Brasil. A assistência social passa a assumir o papel de política pública social e tem nos assistentes sociais seus aliados para a implementação e efetivação das

ações sociais, assegurando serviços e benefícios à população em maior situação de vulnerabilidade social. Isto quer dizer que o Serviço Social tem sua área de atuação voltada ao atendimento das necessidades sociais da população com vistas a valorizar a dignidade humana.

A partir disto, a assistência social passa a assumir o papel de política pública social e tem nos assistentes sociais seus aliados para a implementação e efetivação das ações sociais, assegurando serviços e benefícios à população em maior situação de vulnerabilidade social. Isto quer dizer que o Serviço Social tem sua área de atuação voltada ao atendimento das necessidades sociais da população, com vistas a valorizar a dignidade humana.

Então, consideramos que o profissional de Serviço Social se ocupa e tem como objeto do seu trabalho a questão social, que está presente nas formas de relações dos indivíduos na sociedade, em um processo que envolve lutas e conflitos para amenizar desigualdades sociais.

O assistente social, por meio das políticas públicas sociais, cria mecanismos que possam atender às necessidades das classes subalternas. É pelo seu trabalho que consegue projetar sua atividade profissional, tornando-se um ser produtivo e alcançando crescimento pessoal. Para Iamamoto (2004, p. 60) “o trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana”.

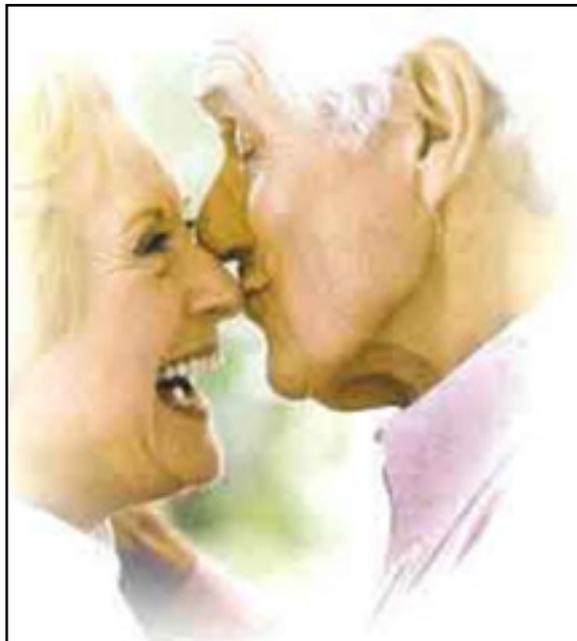
Portanto, o objeto de trabalho do assistente social é a questão social mediatizada por ações direcionadas aos mais diversos segmentos sociais, como: criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiências, gestantes, entre outros.



FONTE: Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/upload/e/dia%20.jpg>>. Acesso em: 20 ago. 2011.



FONTE: Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-edg4cdDUArg/TZkEA-P1ohI/AAAAAAAAEbw/pUzNXgaqKzs/s1600/ca-ae44186b37d4b6a5296f460f86dc2fb1.jpeg>>. Acesso em: 20 ago. 2011.



FONTE: Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/_xd0bmTG4Rh8/S9hfK7OxJ6I/AAAAAAAAAQg/Et2xn7qwoVvk/s1600/idosos.jpg>. Acesso em: 20 ago. 2011.



FONTE: Disponível em: <http://www.big10.com.br/wp-content/uploads/2010/05/695_necessidades_especiais1-287x260.jpg>. Acesso em: 20 ago. 2011.

A atividade do assistente social deve estar envolvida com o conhecimento da realidade, para que ele possa apreender as mais variadas expressões da sociedade e realizar intervenções e mediações de acordo com as demandas apresentadas que, muitas vezes, são ações pontuais e emergenciais e não apenas se reduzir a uma atividade rotineira.

[...] o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

De um modo geral, a prática profissional se dá no âmbito das relações que se estabelecem entre o poder do Estado e a sociedade. Para Iamamoto (2004, p. 151) “desvendar a prática profissional cotidiana supõe inseri-la no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade, ou seja, entendê-la no jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro.”.

Outra condição específica que podemos considerar é o modo como se dá a relação de produção social, com todas as nuances próprias das relações estabelecidas pelo sistema capitalista, pautada na dominação, exploração, exclusão social e dos bens de consumo. O assistente social atua nessa realidade do mundo capitalista. Por isso, ele deve compreender os processos de transformação da sociedade e privilegiar todos os movimentos históricos e sociais, para que possa desempenhar com qualidade sua profissão.

Atualmente, a demanda profissional que se apresenta no campo de atuação do assistente social é uma população pauperizada em virtude do sistema socioeconômico do país. Os profissionais assumem o compromisso de atuar em prol dessas classes subalternas, mas, ao mesmo tempo, se veem atrelados à implementação de políticas públicas sociais que não conseguem atender a toda população, não cumprindo com o princípio da “universalização dos direitos sociais”, já preconizado pela Lei Orgânica de Assistência Social (Artigo 4º - inciso II).

[...] a realidade torna-se o obstáculo, vista como o que impossibilita o trabalho. Isso porque partimos de uma visão idealizada do real, não correspondente à história presente. Esta é colocada entre parênteses e não decifrada, impossibilitando descobrir, na articulação dos processos econômicos, políticos e culturais que a constituem – isto é, no seu movimento –, os desafios e as possibilidades de trabalho. Por vezes, esquecemos que a mudança desse quadro assinalado não depende apenas de nós, como frequentemente almejamos de maneira voluntarista. (IAMAMOTO, 2004, p. 162).

Para tanto, se faz necessário, cada vez mais, discussões acerca da profissão do Serviço Social e como se dá a atuação do profissional em uma sociedade permeada de conflitos de classes sociais e expressões da questão social, na perspectiva de elaborar propostas e contribuir para a efetivação das políticas públicas nas mais variadas áreas: habitação, educação, saúde, assistência social, emprego, geração de renda, dentre outras.

Desse modo, podemos dizer que o profissional estaria assumindo o compromisso ao qual se propõe, assegurando os direitos sociais àquela população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Outro ponto interessante a se destacar na profissão de Serviço Social é a questão da predominância feminina na formação dos profissionais. Conforme Iamamoto (2004), a figura feminina traz consigo as discriminações sociais impostas à mulher ao longo de muitos anos e isso se pode perceber em alguns casos, como: diferenciação nas ofertas e funções nas vagas de emprego, remuneração inferior a do homem, poucos cargos de chefia femininos, entre outros fatores que não valorizam o papel da mulher no mercado de trabalho.

Há também uma cultura arraigada de que a mulher tem um papel de “cuidadora” e isso está associado aos traços religiosos e voluntaristas da origem da profissão, agregando um maior número de profissionais do gênero feminino.

É uma profissão que luta constantemente para dar visibilidade ao seu trabalho e contribui para a identidade da classe profissional.

O profissional de Serviço Social também está cada vez mais desempenhando um trabalho coletivo, agregando seus esforços com profissionais de outras áreas.

Isso faz com que haja um engrandecimento da profissão, valorizando-a e fazendo-se presente nos diversos segmentos da sociedade.

[...] o assistente social é chamado a desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas especializações do trabalho. (IAMAMOTO, 2004, p. 107).

Para Faleiros (2005, p. 32) a partir da reforma curricular de 1998-2000, “busca-se a formação de um profissional generalista, em ruptura com as especializações”. Exige-se uma postura mais crítica dos profissionais frente à realidade, levando-se em conta que as relações ocorrem na dinâmica da reprodução social, ou seja: “[...] o capitalismo se reproduz por meio do Estado, que, por sua vez, utiliza as instituições, as quais, também por sua vez, utilizam-se do trabalhador (assistente) social para controlar e manter a população e legitimar o sistema.” (FALEIROS, 2005, p. 33).

Sob este olhar, podemos perceber que a profissão atua no processo dinâmico em que se dão as relações sociais e que, “o trabalho do assistente social incide sobre a consciência dos outros indivíduos sociais e de si próprio, objetivando a mudança de atos e comportamentos.” (NICOLAU, 2004, p. 86).

O fazer profissional está voltado ao processo de reflexão e consciência dos sujeitos, que podem levar a transformações sociais, modificando normas, valores e costumes que antes estavam cristalizados.

Tais propostas de transformação podem não se concretizar, mas se pode afirmar que novos horizontes já surgiram e novos caminhos se abriram na mediação operacionalizada pela ação do assistente social.

“[...] Na sua individualidade, o profissional transformou-se, aprendeu, recriou possibilidades de uma ação no coletivo, com maiores condições de sociabilidade no seu interagir com os outros homens e com a natureza, em função do seu desenvolvimento, que é historicamente determinado.” (NICOLAU, 2004, p. 88).

Na profissão de Serviço Social realizamos a mediação com o outro e é no outro que nos reconhecemos e nos entendemos como ser social.

Nesse sentido, articulamos o saber ao fazer e compartilhamos da realidade social dos indivíduos, com seus anseios, necessidades, desejos e expectativas.

As informações sobre um trabalho profissional abarcam, portanto, uma gama complexa de fontes e ideias acerca dessa atividade e de suas características. Veiculam uma pluralidade de discursos (teórico, histórico, político e ideológico) sobre esse fazer profissional, suas características e finalidades, bem como sobre a formação requerida para o mesmo, as exigências, condições e relações que devem caracterizá-la. (NICOLAU, 2004, p. 90).

LEITURA COMPLEMENTAR 1

A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Definição da profissão:

A profissão Serviço Social foi regulamentada, no Brasil, em 1957, mas as primeiras escolas de formação profissional surgiram a partir de 1936. É uma profissão de nível superior e, para exercê-la, é necessário que o graduado registre seu diploma no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Estado onde pretende atuar profissionalmente; há 24 CRESS e 3 delegacias de base estadual e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgãos de fiscalização do exercício profissional no país, dando cobertura a todos os estados. A Lei que a regulamenta é a Lei nº 8.662/93.

Desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas sequelas da questão social brasileira, que, em outros termos, se revela nas desigualdades sociais e econômicas, objeto da atuação profissional, manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras. A atuação profissional se faz, prioritariamente, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades, que buscam apoio para desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos; podem ser da rede do Estado, privada e ONG's.

A formação profissional é generalista, permitindo apreender as questões sociais e psicossociais com uma base teórico-metodológica direcionada à compreensão dos processos relacionados à economia e política da realidade brasileira, contexto onde se gestam as políticas sociais para atendimento às mazelas da sociedade. Para um competente exercício profissional é necessário continuado investimento na qualificação, podendo dispor de cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado disponíveis, capacitando-se em suas práticas específicas.

Áreas de atuação:

A atuação do assistente social se faz desenvolvendo ou propondo políticas públicas que possam responder pelo acesso dos segmentos de populações aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente, principalmente, aqueles da área de Seguridade Social. De modo geral, as instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam de problemáticas relacionadas a:

- crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiências, sem família, drogadictas, internadas, doentes;
- adultos: desempregados, drogadictos, em conflito familiar ou conjugal, aprisionados, em conflito nas relações de trabalho, hospitalizados, doentes, organizados em grupos de interesses políticos em defesa de direitos, portadores de deficiências;
- idosos: asilados, isolados, organizados em centros de convivência, hospitalizados;
- doentes: minorias étnicas e demais expressões da questão social.

Devido à experiência acumulada no trabalho institucional, a (o) Assistente Social tem se caracterizado pelo seu interesse, competência e intervenção na gestão de políticas públicas e hoje contribuindo efetivamente na construção e defesa delas, a exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, participando de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Conferências nos três níveis de governo, onde se traçam as diretrizes gerais de execução, controle e avaliação das políticas sociais.

Características profissionais:

A formação do (a) Assistente Social é de cunho humanista, portanto, comprometida com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo construído como projeto ético/político e profissional, referendado em seu Código de Ética Profissional, o compromisso com a Liberdade, a Justiça e a Democracia. Para tal, o (a) Assistente Social deve desenvolver como postura profissional a capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lida, exigindo-se a habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulação política para proceder encaminhamentos técnico-operacionais, sensibilidade no trato com as pessoas, conhecimento teórico, capacidade para mobilização e organização.

Condições de trabalho:

O (a) Assistente Social deve dispor de condições adequadas e dignas, asseguradas pelas instituições contratantes, que lhes permitam proceder à escuta, à reunião, aos contatos e aos encaminhamentos necessários à atuação técnico-operativa, em cumprimento aos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, das competências e atribuições profissionais. É preciso garantir recursos materiais e humanos para que sua atuação se realize de forma competente e efetiva, bem como permitam o exercício do sigilo e dos princípios profissionais. Em geral, os (as) Assistentes Sociais são contratados/assalariados (as), mas registra-se, também, as práticas de

caráter autônomo, afinal, legalmente reconhecido como “profissional liberal”. A carga horária de trabalho deve considerar as atividades de planejamento, execução, estudos/pesquisas, avaliação e a relação com a “população” atendida, quantitativa e qualitativamente. Assim, tem variado de 6 a 8 horas, ou até menos, em casos de assessorias e consultorias.

Qualificação requerida:

O curso, promovido por universidades públicas, privadas e comunitárias, tem-se realizado em quatro anos, no mínimo; essas praticam currículos orientados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas em 1996. Em todo o país há cerca de 90 escolas cadastradas, e muitas dispõem de cursos de pós-graduação, *latu e stricto sensu*.

Inserção no mercado de trabalho:

Por meio de concursos públicos, processos seletivos amplamente divulgados em órgãos de imprensa, ou em modalidades escolhidas para oferta de emprego ou solicitação de serviços técnicos especializados. É uma profissão que considera uma questão ética o submeter-se a processos transparentes, públicos, na medida em que se publica e defende princípios de democracia e de probidade.

Mercado de trabalho:

As instituições que têm contratado o (a) Assistente Social, em geral são: prefeituras, entidades assistenciais e de apoio à luta por direitos, sistema judiciário e presidiário, sistema de saúde, empresas, sindicatos, sistema previdenciário, ONG's, centros comunitários, escolas, fundações, universidades, centros de pesquisa e assessoria. Como as injustiças sociais e a desigualdade são persistentes e estruturais, enquanto permanecerem haverá campo de atuação profissional. Nesse sentido, é sempre possível expandir o “mercado de trabalho”, ao tempo em que, contraditoriamente, fruto das mesmas injunções políticas e econômicas que enxugam o emprego no país, também retraem alguns campos, proporcionalmente ao universo de profissionais no país (cerca de 53.000, dados da última atualização do cadastramento dos CRESS). Há que se considerar em expansão, por exemplo, o contrato de prefeituras para planejamento/programação de políticas sociais, devido à interiorização/descentralização das políticas públicas; solicitação de assessorias ou consultorias em projetos e programas sociais; solicitação de projetos para captação de recursos e outros.

Remuneração:

Não há uma lei de piso salarial: a categoria se organiza, em sua maioria, em sindicatos por ramo de atividade, tendo sua remuneração definida pelos contratos coletivos nas diversas áreas de trabalho. Assim, considerando-se as disparidades

regionais e a lógica econômica, os salários têm variado, de R\$ 400,00 a R\$ 5.000,00, dependendo da área e da experiência profissional, da natureza técnica/política e teórico/metodológica. Existem hoje no país cinco sindicatos de Assistentes Sociais e uma Fundação Nacional.

Informações sobre a profissão:

Maiores informações sobre a profissão de Serviço Social, em nível nacional, podem ser encontradas na página do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS: <http://www.cfess.org.br>. Nos estados, as informações locais poderão ser acessadas através dos endereços eletrônicos dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, localizados na *home page* do CFESS.

FONTE: COFI-CFESS. Disponível em: <<http://www.cress-sc.org.br/servicosocial/profissao>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

LEITURA COMPLEMENTAR 2**UMA ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO
SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE
REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Maria Carmelita Yazbek

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social¹ e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares.

Assim sendo, um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista refere-se ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nesta perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Ou seja, a reprodução das relações sociais, “como a reprodução do capital permeia as várias ‘dimensões’ e expressões da vida em sociedade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 65). Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade.

¹ A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, em que o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Iamamoto e Carvalho (1995, p. 73) implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

- como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e, que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional;

- como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. É importante também ter presente que o “Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75).

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite em primeiro lugar apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, lhe atribui significado, lhe confere finalidades e uma direção social.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social, participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma

dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes, cria as possibilidades de sua transformação.

FONTE: YAZBEK, Maria Carmelita. O significado social da profissão. Disponível em: <www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/yazbek_>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- O Serviço Social se consolida, enquanto profissão, a partir do momento em que os conflitos de classes começam a se tornar problemas de ordem social e há a necessidade de desenvolver ações que atendam as demandas da população.
- Com o aumento significativo das desigualdades sociais, o assistente social tem sua profissão reconhecida e legitimada.
- O movimento de reconceituação contribuiu na discussão das questões teóricas e metodológicas do Serviço Social, reconhecendo a dimensão técnico-científica da profissão.
- A profissão do Serviço Social se consolida nas relações sociais e no processo dinâmico da sociedade.
- A prática profissional também assume um caráter político-ideológico e é necessário que se faça uma análise crítica da realidade para atuar com a população, oferecendo-lhes qualidade no atendimento e a garantia de ter seus direitos respeitados.

AUTOATIVIDADE



- 1 A partir de que momento o Serviço Social se consolida como profissão?
- 2 Leia e complete a seguinte sentença:
Historicamente, o Serviço Social surge com características _____ e _____.

Agora, assinale a alternativa que apresenta as palavras que completam as lacunas corretamente:

- a) () Neoliberais e capitalistas.
- b) () Assistencialistas e clientelistas.
- c) () Públicas e privadas.

AS INSTITUIÇÕES E O ESPAÇO PROFISSIONAL

1 INTRODUÇÃO

O Tópico 2 apresenta as possibilidades de atuação do assistente social no mercado de trabalho. Atualmente, os campos de trabalho oferecem oportunidades para o profissional desempenhar suas funções em vários segmentos da sociedade.

A prática do Serviço Social se dá em instituições públicas ou privadas e cada vez mais os profissionais se qualificam e buscam ampliar seus conhecimentos com o intuito de aperfeiçoar sua atuação.

2 A CONQUISTA DOS ESPAÇOS PROFISSIONAIS

O mercado de trabalho do assistente social vem tomando contornos diferenciados e o profissional tem atuado tanto na esfera pública quanto na área privada e também em organizações não governamentais (ONGs).

Segundo Yamamoto (2004, p. 123) “o mercado profissional de trabalho sofre impactos diretos dessas transformações operadas nas esferas produtiva e estatal, que alteram as relações entre o Estado e a sociedade.”. Ou seja, o profissional deve estar em constante renovação para que consiga acompanhar as mudanças e transformações que ocorrem tanto na vida social, como na vida econômica, política e cultural do país.

Foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Carta Magna Brasileira) que os cidadãos passam a ter seus direitos reconhecidos e respeitados e, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (1993), a assistência social foi considerada política pública e passa a fazer parte do tripé: seguridade social, saúde e previdência social.

Portanto, abriram-se novos caminhos para o trabalho do assistente social, podendo participar de espaços que são também ocupados pela sociedade civil organizada.

Abriram-se novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, representando uma ampliação das possibilidades de trabalho profissional. Um dos mecanismos privilegiados foram os Conselhos de Saúde, Assistência

Social e Previdência, nos níveis nacional, estadual e municipal, assim como os Conselhos Tutelares e Conselhos de Defesa de Direitos dos segmentos prioritários para a assistência social: Criança e Adolescente, Idoso e Deficiente. (IAMAMOTO, 2004, p. 124).

O profissional de Serviço Social é considerado um profissional liberal, autônomo, mas, em sua grande maioria, tem como seu empregador o setor público, na esfera federal, estadual ou municipal, o que não lhe confere total autonomia. O exercício da profissão e a efetivação do trabalho vão depender dos recursos e possibilidades oferecidos pelo Estado, entidades não governamentais ou empresas. Podemos enumerar algumas instituições em que o assistente social pode desempenhar sua atividade profissional, como: hospitais, prefeituras, empresas, fóruns, presídios, escolas, ONGs, dentre outros.

Ainda, na prática profissional, as condições de trabalho e os recursos oferecidos pelas instituições empregadoras são necessários à execução das atividades do assistente social. Ele depende da instituição empregadora para colocar em prática o seu trabalho, seja na esfera pública ou privada, embora tenha autonomia profissional para desempenhar suas funções.

As relações de poder institucional devem ser observadas para que o assistente social possa desenvolver suas atividades atendendo aos objetivos da empresa quanto aos anseios e necessidades da população-alvo.

Segundo Iamamoto (2004, p. 43), “constata-se uma tendência à refilantropização social, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de “filantropia empresarial””. Contudo, ainda conforme Iamamoto (2004), essa “filantropia social” atende aos interesses do capital, pois, na base da solidariedade humana, provoca-se um desenvolvimento das forças de trabalho. O trabalhador sente-se “contemplado” com os serviços sociais que lhe são oferecidos e, com isso, corresponde com mais efetividade em seu trabalho, como forma de ter sido recompensado.

As organizações não governamentais têm-se colocado como uma possibilidade de mercado de trabalho do assistente social, mas se faz necessário estar atento para os objetivos aos quais se propõe a entidade ou instituição não governamental.

Um campo de atuação que vem crescendo nos últimos anos são as atividades ligadas ao terceiro setor com serviços prestados por ONGs – Organizações Não Governamentais. Essas organizações assumem as responsabilidades de desenvolver ações sociais com o apoio da sociedade civil organizada.

Mesmo com a ampliação dos campos de atuação do assistente social, o Estado ainda tem sido o maior empregador dessa classe profissional que atua diretamente com políticas públicas sociais ligadas à esfera pública. (IAMAMOTO, 2004).

O setor público tem sido o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente nas esferas estadual, seguida da municipal. Consta-se uma clara tendência à interiorização da demanda, o que coloca a necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local. (IAMAMOTO, 2004, p. 123).

No setor público, os assistentes sociais encontram várias possibilidades de atuação, haja vista a diversidade de áreas que se voltam ao atendimento da população, como: saúde, habitação, educação, assistência social, previdência social, entre outras. Os profissionais, por meio de concursos públicos ou contrato de trabalho temporário, têm sua “mão de obra” absorvida por essas áreas de atuação, sendo que a área da assistência social tem um papel significativo na profissão.

Essa área foi reconhecida como política pública pela Constituição Federal de 1988 e, desde então, há uma maior participação e mobilização da sociedade civil organizada em parceria com o Estado, evidenciando a criação dos Conselhos de Direitos a partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

Os Conselhos Municipais de Direitos (Conselho da Saúde, da Assistência Social, da Criança e Adolescente, do Idoso, da Pessoa Portadora de Deficiência, da Segurança Alimentar etc.) são instâncias de participação da sociedade civil organizada e que também interferem “no processo decisório nas esferas da formulação, gestão e avaliação de políticas e programas sociais, assim como no gerenciamento de projetos sociais.”. (IAMAMOTO, 2004, p. 124).

Situa-se nesse campo uma das fontes de diversificação de demandas para o trabalho dos assistentes sociais. Ela expressa-se na implantação dos conselhos de políticas públicas e na capacitação de conselheiros; na elaboração de planos de assistência social; na organização e mobilização popular em experiências de orçamentos participativos; na assessoria e consultorias no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; em pesquisas, estudos e planejamento sociais, dentre inúmeras outras. (IAMAMOTO, 2004, p. 125).

Neste sentido, o mercado de trabalho do assistente social tem se tornado mais amplo, pois atende às demandas dos mais variados segmentos da sociedade, como: idosos, crianças e adolescentes, famílias, pessoas com deficiências, população de ou/na rua, dependentes de substâncias psicoativas etc.

Nas instituições do setor público são desenvolvidas as políticas públicas sociais que colocam em evidência a atividade do assistente social, tendo em vista a implantação e execução de programas e projetos de assistência social que se consolidam como política de direitos de todos os cidadãos.

Devido à globalização e à massificação do trabalho, os assistentes sociais também se sentem inseguros quanto aos seus postos de trabalho, mas é preciso que, cada vez mais, os profissionais lutem por seus espaços de atuação, participando de capacitações na sua área profissional, demonstrando, assim, qualidade no atendimento prestado à população usuária dos serviços.

O mercado de trabalho para a maioria dos profissionais tem se mostrado em expansão, pois cada vez mais os setores públicos e privados necessitam de mão de obra especializada para atender aos diversos segmentos da sociedade.

Por outro lado, os assistentes sociais, assim como outras áreas profissionais, convivem com situação do desemprego e com a concorrência no mercado de trabalho. Portanto, a qualificação e a especialização se tornam fundamentais para realizar um atendimento de qualidade e enfrentar a concorrência de outros profissionais.

Os assistentes sociais estão sujeitos, como todos os demais trabalhadores, às mesmas tendências do mercado de trabalho, sendo inócua qualquer iniciativa isolada de cunho corporativista para a defesa do “seu trabalho específico”. O problema da insegurança do trabalho ou da redução de postos de trabalho não é peculiar ao Assistente Social: o seu enfrentamento exige, ao contrário, ações comuns que fortaleçam a capacidade de articulação e organização mais ampla de coletivos de trabalhadores, contrarrestando a desarticulação política e sindical, amplamente estimulada pelas políticas de cunho neoliberal. (IAMAMOTO, 2004, p. 118-119).

Nos anos de 1980-90, o Estado passa por reformas no que tange à parte administrativa e gerencial dos serviços públicos. Com a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 1993), os serviços sociais passam a ser divididos e destacados no tripé da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social; cada qual com sua função específica de atendimento.

No governo neoliberal (governo FHC), a privatização, a descentralização e a focalização dos serviços públicos estão presentes nas formas como se operacionalizam as políticas públicas.

O Estado passa a ser regulador de algumas funções da saúde, educação, assistência social e previdência social, mas abre caminho para a atuação das organizações não governamentais (ONGs) no que diz respeito à execução de políticas e ações sociais.

Para Yamamoto (2004, p. 126) “trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos.”.

Pode-se constatar investimentos nas áreas sociais que são oriundas da participação de diversas fundações, empresas ou instituições ligadas ao ramo industrial ou comercial. (IAMAMOTO, 2004). A exemplo disso, podemos citar: Fundação Abrinq, Fundação Bradesco, Natura Cosméticos, O Boticário, Fundação Banco do Brasil (AABB Comunidade), Fundação Roberto Marinho, entre outras, que prestam atendimento a comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social e/ou ainda investem recursos em programas e projetos ligados à educação, cultura, meio ambiente, pesquisas etc., buscando a garantia de direitos sociais.

Cabe ressaltar que esses investimentos têm por objetivo, além de mostrar um trabalho social para a comunidade, contar com o retorno financeiro e o reconhecimento da própria empresa ou instituição.

Na área empresarial, o assistente social tem sido requisitado para trabalhar na área de recursos humanos e gestão das empresas. Para isso, o profissional necessita de qualificação e especialização nas questões de planejamento, gerenciamento e coordenação de programas e projetos que são oferecidos pela instituição na qual trabalha.

O assistente social, além da sua competência profissional, deve estar disposto a desempenhar seu papel em conjunto com profissionais de outras áreas, desenvolvendo atividades e atuando em equipes interdisciplinares.

Para compreender o papel do assistente social no mercado de trabalho e a sua função na sociedade é preciso entender que a prática profissional só “adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão.” (IAMAMOTO, 2004, p. 150).

O profissional precisa entender como se dão as relações sociais e as relações de poder institucional para que possa intervir nessa realidade de conflitos e tensões individuais e coletivas.

As formas de trabalho e as relações sociais vêm sendo cada vez mais modificadas ao longo dos anos e o assistente social deve estar atento para essas transformações, pois é nesse meio que se materializam as ações dos profissionais.

[...] partimos de uma visão idealizada do real, não correspondente à história presente. Esta é colocada entre parênteses e não decifrada, impossibilitando descobrir, na articulação dos processos econômicos, políticos e culturais que a constituem – isto é, no seu movimento –, os desafios e as possibilidades de trabalho. (IAMAMOTO, 2004, p. 162).

Ainda de acordo com Iamamoto (2004, p. 163): “O arдил está posto: um conjunto de medidas burocrático-administrativas não é capaz de conduzir, por si só, à realização da cidadania e apenas as políticas sociais não são suficientes para efetivá-la.”.

A área de gestão pública também se abre como outra possibilidade de um espaço profissional de atuação no mercado de trabalho. Contudo, desempenhar o papel de gestor de políticas públicas requer conhecimento do contexto político e institucional, bem como habilidade para agir de acordo com as diretrizes organizacionais. A qualificação e especialização nessa área podem abrir novas oportunidades ao profissional que concorrer em igualdade com outras categorias profissionais, como: psicólogos, sociólogos, educadores, antropólogos e pedagogos, na busca de desenvolver sua ação profissional.

Nesse sentido, o profissional de Serviço Social deve se qualificar e adquirir conhecimentos sobre a área de gestão pública, desenvolvendo habilidades que correspondam às exigências da função.

Diferentemente da “educação para os negócios”, considera-se que o treinamento para a vida pública apresenta exigências específicas. Requer conhecimento do contexto político e constitucional da gestão governamental; aprendizado para agir sob constante pressão política; habilidade para operar dentro de metas prefixadas por lei, em estruturas organizacionais sob controle do sistema jurídico. (IAMAMOTO, 2004, p.125).

Outro setor que emprega assistentes sociais são as empresas do setor privado. No setor privado são estabelecidas funções bem definidas, de acordo com a política e a missão da empresa.

Nesse setor, as grandes corporações e empresas têm oferecido espaço para a atuação do assistente social, principalmente na área de Recursos Humanos. Para desempenhar as atividades nesse campo, o assistente social deve se manter em constante capacitação e atualização do “mundo empresarial”.

Segundo Iamamoto (2004, p. 130), os assistentes sociais, no setor privado, atuam:

[...] em programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros programas.

Sendo assim, exige-se do assistente social respostas a essa nova demanda, para que o profissional possa assumir funções de planejamento e gerenciamento de projetos que possam atender aos objetivos e missão da organização.

Ora, então “o que move os projetos e programas sociais, [...], não é a lógica do interesse público, mas sim do interesse privado, isto é, da lucratividade ou da acumulação ampliada de capital”, conforme aponta Iamamoto (2004, p. 129).

Ainda na área de recursos humanos voltada ao mundo empresarial, o assistente social tem assumido funções que estão relacionadas aos programas e projetos desenvolvidos pelas empresas e oferecidos aos seus funcionários e/ou colaboradores.

O assistente social tem sido solicitado ainda para atuar no campo de treinamento e reciclagem de pessoal, no desenvolvimento de programas voltados à saúde do trabalhador (prevenção de: *stress*, do uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis, de acidentes de trabalho e atendimento à saúde da mulher), coordenação de programas de escolarização, programas de atenção à saúde, envolvendo acompanhamento de pacientes, inserção em equipe interdisciplinar etc. (IAMAMOTO, 2004, p. 130-131).

Como já foi mencionado anteriormente, um campo que tem se mostrado promissor e está em expansão é o Terceiro Setor. O Terceiro Setor caracteriza-se pela criação de Fundações, ONGs, “braços sociais” de empresas que prestam

serviços de caráter público, sendo constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais. De acordo com Iamamoto (2004, p. 126), “se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidade para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais”. Portanto, as ONGs são parceiras do Estado para oferecer programas e projetos sociais nas mais variadas áreas: família, criança e adolescente, idoso, educação etc.

O Terceiro Setor é uma união de esforços e recursos do setor privado e público, para que, em uma ação conjunta, possa se proporcionar uma melhoria da qualidade de vida à sociedade.

Sendo assim, o assistente social desempenha um papel importante dentro das organizações sociais, contribuindo sobremaneira com as funções de outros profissionais, buscando resultados de um trabalho coletivo, desenvolvido por equipe inter ou multiprofissional.

LEITURA COMPLEMENTAR**O ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO FAZER-PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Maria Célia Correia Nicolau

Os sujeitos constitutivos do universo desta pesquisa são assistentes sociais engajados em instituições voltadas para a política de assistência à minoridade: espaço do seu fazer profissional⁵. Para falar do seu trabalho, este profissional passa, de forma gradativa, a se referir às “suas” crianças e adolescentes (suas porque é nesta vinculação que seu fazer-profissional se delimita, atingindo-o também). Assim fazendo, (pres)supõe falar de um outro(ELES), quando diz de si(EU) e de seus próprios espaços, em sucessivos deslocamentos mediados pela linguagem de um fazer-profissional, que se reformula e se reorganiza na experiência, na vivência.

O espaço desses sujeitos diz de si e de outros, numa demarcação de tempo(s) e lugar(es) heterogeneamente tecido por desejos, valores e símbolos, cuja cotidianidade vai se definindo, assim como a si mesmos. Neste percurso, seus dizeres, linguísticos ou semiologicamente vão se aproximando de um contexto, sobretudo, desafiador à primeira vista e aparentemente insuportável de ser vivido e compartilhado.

Trata-se de ambientes aglutinadores de uma clientela cujas vidas, desperdadas socialmente, ainda não atingiram suas maioridades, e já se integram às estatísticas dos milhões de brasileiros excluídos. População infantojuvenil, violada e violentada nos seus direitos mais legítimos, dentre os quais o de assinar-se e assinalar-se com o próprio nome - sua mais autêntica identidade - senão com a cor da falta de dignidade. Indivíduos concretos, cujo crescimento e desenvolvimento são vetados por um viver cotidiano de impiedosa violência, cujas marcas atestam o caráter alienante e enganador de uma existente coexistência desumana, configuradora da exploração do homem pelo homem, numa sociedade, sobretudo, contraditória em suas relações sociais.

Contactar as instituições que abrigam - em regime de internato ou não - as crianças e adolescentes durante o processo de observação e escuta, permitiu que se fosse redescobrimo um cotidiano já conhecido, mas que naquele momento emergia desvelado em suas nuances mais singulares, acentuadas nas vozes emitidas, silenciosas ou silenciadas por uma (des)esperançada conformação. Mais que um quadro, tinha-se um movimento de gestos e de buscas sem respostas, pois as que ali eram formuladas não correspondiam à complexidade e às implicações do que era demandado. Neste movimento, na originalidade de cada história pessoal, estava a atualização de um processo histórico de espoliação e de marginalização, estava sua substantivação e pluralização no João-com-fome, no Raimundo-que-vive-na-rua, no José-infrator, na Joana-faminta, abandonada, violada e violentada em seus direitos.

Num cenário cujo palco era povoado pela diversidade de motivos, foi possível apreender que as ações resultavam de uma vivência cotidiana grotesca de internato dissimuladamente revestido do caráter de residência/lar, ou mesmo através de uma modalidade de atendimento tido como normal - de caráter matutino e vespertino. Era o abrigo que o poder público dispensava, como proteção social, aos que ali, pelo próprio viver, eram desabrigados, fosse pela via do abandono, do delito, da violência doméstica ou institucional; fosse pela falta de teto, ou por portarem alguma deficiência orgânica. De recém-nascidos a adolescentes, passando pelos que ensaiavam os primeiros passos, as fisionomias estampavam ares de uma terna tristeza que se estendia na magreza e palidez de rostos expectantes por uma (ainda que) inconsciente adoção, ou se disfarçavam na agressividade contida ou atuante. As brincadeiras por eles empreendidas no pátio, ou no interior do internato, tornavam-nos personagens de uma cena vigiada pelos educadores sociais, cujo papel, naquela ocasião, se fundia numa relação de ambíguo controle e impotência, visto carregar as marcas de uma contraditória avidez por um domínio e disciplina que lhes fugia de suas possibilidades concretas.

No todo, esboçava-se um quadro comportador das mais variadas nuanças, cujos figurantes - pretensos cidadãos - ignorados e discriminados por suas famílias, pelo poder público e pela sociedade, habitavam um mundo de signos e normas cujos sentidos e significados somente suas rotinas poderiam dizer. Denotavam uma ambiência de contrária configuração, encerrando, em seu cenário, pares de elementos que se opunham em razões e desrazões de sua serventia, para a qual se fazia necessário, ora ter muros com jeito de prisão e quartos individuais com porte de alojamento, ora apresentando-se como casas com jeito de abrigos, com alojamento coletivo, num padrão de limpeza e ordem. Era o espaço destinado àquelas crianças e adolescentes, em cujo colorido sincretismo se mesclavam histórias de (des)contentamento próprios e naturais de suas idades.

Este, pois, é o quadro com o qual os assistentes sociais lidam e convivem no seu cotidiano de trabalho. É com a problemática desses indivíduos sociais - usuários em potencial dos serviços sociais prestados pelas instituições -, tornada objeto ou matéria-prima trabalhada na dinâmica dos processos de trabalho institucionais, que incide o fazer-profissional dos assistentes sociais.

É em face desta problemática que os assistentes sociais colocam sua capacidade técnica, seus conhecimentos, suas emoções, suas energias na prestação dos serviços sociais implementados pelas instituições - seu espaço de trabalho - objetivando projetos e intenções previamente idealizadas, ao mesmo tempo em que, se objetivando, enquanto ser social que trabalha, que busca respostas às suas indagações pela necessidade do aprender, que procura soluções para realidades negadas e questionadas.

FONTE: NICOLAU, Maria Célia Correia. O espaço sociocupacional do fazer-profissional do assistente social: quem são eles? x quem sou eu? Disponível em: <<http://www.cpihts.com/O%20espa%E7o%20Sociocupacional.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu:

- O assistente social pode atuar profissionalmente em campos da área pública ou privada.
- O Profissional de Serviço Social desenvolve suas atividades voltadas aos mais variados segmentos da sociedade, como: idosos, crianças, adolescentes, famílias, pessoas portadoras de deficiências, população de rua, dependentes químicos etc.
- No setor público, o assistente social atua na implantação e execução de programas e projetos na área da assistência social.
- As empresas privadas também se constituem como campo de atuação profissional.
- O Terceiro Setor se abre como uma possibilidade de mercado de trabalho para o assistente social.

AUTOATIVIDADE



- 1 Destaque em que áreas o profissional de Serviço Social pode atuar e que atividades ele pode desenvolver.
- 2 O que é o Terceiro Setor?
- 3 O que significa a sigla “ONG”?

A LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

1 INTRODUÇÃO

O assistente social é um profissional de nível superior, habilitado através do curso de Serviço Social. Na graduação preparam-se os profissionais para exercer a profissão e atuar nas áreas de políticas sociais ligadas a entidades públicas e privadas.

Para exercer a profissão, o assistente social ainda deve fazer seu registro profissional no Conselho Regional de Serviço Social do Estado da Federação Nacional em que irá atuar.

O profissional assistente social pode assumir compromissos nas instituições em que atua, contribuindo na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos sociais que visam garantir os direitos sociais da população, fortalecendo o processo de democratização e participação de todos na construção e busca da cidadania.

Ainda, podemos destacar que as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social orientam para a formação e qualificação do profissional Assistente Social, propondo uma base curricular para o ensino superior.

2 LEI Nº 8.662/93

A primeira lei de regulamentação da profissão de Serviço Social foi a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, sendo que o Serviço Social também foi um dos primeiros cursos da área social a ser reconhecido legalmente como profissão. A Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, foi regulamentada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, data esta que ficou conhecida como a data comemorativa ao Dia do Assistente Social. No dia 15 de maio, a classe profissional dos assistentes sociais realiza, em todo território nacional, programações alusivas à data, desenvolvendo palestras, debates, encontros e comemorações festivas.

De acordo com dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a lei de regulamentação da profissão trouxe vários benefícios aos profissionais que, até então, não se viam protegidos por uma legislação específica da profissão. É com a criação da lei de regulamentação da profissão que surgem o Conselho Federal de Assistência Social (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistência Social (CRAS),

espalhados por todas as regiões do país. Cabe destacar que, com a aprovação da Lei nº 8.662/93, os Conselhos passam a ser denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), nomenclatura que conhecemos atualmente.

Com base na história do Serviço Social e segundo o CFESS, os Conselhos profissionais, em sua criação, não privilegiavam o contato com os profissionais na busca de um diálogo reflexivo acerca da atuação do assistente social. Foi com esse novo momento histórico (aprovação da Lei nº 8.662/93), que as relações se estreitaram entre os profissionais e os Conselhos, passando a ser um espaço de discussões politizadas e críticas no que diz respeito aos direitos, deveres, competências e atribuições do assistente social, bem como a fiscalização dos campos de atuação do profissional.

Ainda podemos destacar outros documentos significativos e importantes para a profissão de Serviço Social, dentre eles: o Código de Ética, o Estatuto do Conjunto, os Regimentos Internos dos Conselhos, o Plano Nacional de Fiscalização da profissão, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único da Assistência Social etc.

Os profissionais também realizam, periódica e sistematicamente, encontros, congressos, fóruns, plenárias e debates acerca dos problemas sociais e dos enfrentamentos da profissão no cotidiano, ou seja, quanto à relação do profissional com as entidades empregadoras, com sua identidade própria e em relação aos usuários que são o público-alvo dos programas e serviços.

Após vários anos da criação da primeira lei, já tendo ocorrido outras discussões na história do Serviço Social, dentre eles o Movimento de Reconceituação e debates sobre o papel do profissional na sociedade; a Lei de Regulamentação da Profissão foi revisada e aprovada novamente pela Lei nº 8.662/93, em 7 de junho de 1993, e publicada no Diário Oficial da União em 8 de junho de 1993, no governo Itamar Franco, que é a lei que conhecemos atualmente.

A Lei de Regulamentação da Profissão se consolida enquanto questão ético-política da profissão e traz em seu conteúdo as formas legítimas para a atuação do profissional.

A lei estabelece as condições necessárias para o exercício profissional em todo o território nacional, bem como as penalidades que poderá sofrer, caso não esteja habilitado para exercer a profissão. A seguir, serão apresentados alguns artigos da lei que são discutidos de forma sucinta.



A Lei nº 8.662/93 está disponível, na íntegra, no *site* <www.cfess.org.br>. Recomendo a leitura! A seguir, apresentamos alguns artigos e comentários a respeito do assunto tratado!

Art. 1º - É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

- I- os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;
- II- os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;
- III- os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único: O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei.

Art. 3º - A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Para o exercício da profissão, o profissional deverá estar habilitado pela Graduação em Curso de Serviço Social, cursada em uma instituição de ensino superior. A atuação profissional requer o registro do profissional no Conselho Regional da jurisdição em que for exercer a profissão. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) fiscalizam o exercício profissional como forma de normatizar e proteger o profissional.

A lei que regulamenta a profissão apresenta, em seu art. 4º, as competências do Assistente Social.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III- encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV- (Vetado);
- V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X- planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI- realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais nos órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Estas competências estão relacionadas aos espaços institucionais em que o profissional irá atuar e desenvolver suas atividades. Isto significa que cada espaço profissional poderá estabelecer uma forma de atuação, com competências específicas na área pública ou privada, de acordo com os objetivos e missão de cada instituição.

No art. 5º são determinadas as atribuições privativas do assistente social. São elas:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

- II- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III- assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V- assumir, no magistério de Serviço Social, tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII- dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX- elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X- coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI- fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII- dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII- ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social se constituem como “entidades de personalidade jurídica que têm por objetivo disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional”. (Art. 7º - Lei nº 8.662/93).

Aos CRESS competem as seguintes atribuições:

Art. 10º Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I- organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

- II- fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III- expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV- zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V- aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- VI- fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;
- VII- elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/ CRESS.

Art.13 - A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das atribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14 - Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único: Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15 - É vedado o uso da expressão “Serviço Social” por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei.

Parágrafo único: As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias (90), a contar da data da vigência desta Lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Para que os profissionais possam exercer a profissão de Assistente Social, deverão realizar inscrição nos Conselhos Regionais da jurisdição (Estado) no qual irão atuar, mediante o pagamento de anuidades e taxas que possibilitarão a sua habilitação e, posteriormente, o seu exercício profissional.

O CRESS irá expedir a Carteira de Identificação Profissional e a Carteira de Identidade Pessoal que tem fé pública com validade em todo território nacional.

Em suma, a lei que regulamenta a profissão tem como função assegurar o exercício legal da profissão, observados todos os artigos previstos nesta lei.



Você verá o Código de Ética dos Assistentes Sociais em estudos futuros, no Caderno de Estudos "Ética Profissional do Assistente Social".



Após alguns anos de luta e espera, foi sancionada, no dia 26 de agosto de 2010, pelo Presidente Luís Inácio da Silva (Lula) o PLC 152/2008, que define a jornada máxima de trabalho dos assistentes sociais em 30 horas semanais, sem redução de salário. A Lei no 12.317 foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) no dia 27 de agosto de 2010. É mais um avanço da categoria profissional.

3 DIRETRIZES CURRICULARES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Nas décadas de 1980/90, o Serviço Social apresenta fatos significativos no que se refere ao aspecto qualitativo da profissão, baseado em um projeto ético-político de formação profissional.

Ao final dos anos 80, com o fim da ditadura militar e o início da abertura política, a sociedade civil começa a discutir novamente seus problemas, ao passo que a categoria dos assistentes sociais também se mobiliza para discutir inovações na profissão.

Em 1993, com o novo Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, diretrizes são apontadas para o exercício do profissional. Nesse período houve uma grande mobilização da sociedade civil em busca da democratização dos direitos que já haviam sido preconizados na Constituição Federal de 1988.

Os assistentes sociais, por sua vez, se engajaram nessa luta apoiando os movimentos sociais que almejavam ter seus direitos reconhecidos e respeitados para alcançarem a dignidade de cidadãos.

Em 1996, há a promulgação da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece diretrizes gerais para a educação brasileira, bem como propõe diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social.

Com essas propostas, o Serviço Social passa a ter uma dimensão de maior qualidade no ensino superior, caracterizando-se também como uma profissão que se interessa pela pesquisa específica em sua área de atuação, com produções científicas acadêmicas que dão maior credibilidade ao curso e à profissão.

[...] tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social [...], se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão. A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e de ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 51).

O grande desafio para a formação profissional é aliar os conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político à realidade e às manifestações sociais que fazem parte do movimento dialético da sociedade. De nada adianta ter todo conhecimento teórico se este não estiver articulado com as expressões sociais e o mundo concreto e real com o qual nos relacionamos.

Se esses conhecimentos não estiverem em sintonia e se complementando, “transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militantismo e o tecnicismo”. (IAMAMOTO, 2004, p. 53).

A fundamentação teórico-metodológica deve ser primordial na formação profissional, servindo como embasamento teórico para que possamos agregar ao conhecimento da realidade, tendo condições de exercer a profissão e enfrentar os problemas cotidianos que envolvem a prática profissional.

Outro fator considerado fundamental para o desempenho da profissão é o engajamento ético-político nas questões que permeiam o exercício profissional. Aqui, deve-se ressaltar que não se trata de um posicionamento “político partidário”, mas de uma postura política, podendo identificar as contradições e conflitos gerados pelo sistema capitalista e que se refletem nas relações sociais em forma de dominação e exploração.

Cabe ao assistente social adotar uma postura crítica frente a essa realidade, mas que seja adequada aos preceitos éticos exigidos pela profissão, visando à conquista dos direitos sociais dos usuários que estão tendo acesso às políticas públicas.

Quanto ao conhecimento técnico-operativo, há a necessidade de se apropriar de ferramentas técnicas que possam se tornar eficientes para a realização dos encaminhamentos específicos do Serviço Social, bem como ter conhecimento da Rede de Serviços prestados à população.

Portanto, o profissional de Serviço Social tem como meta compreender a conjuntura política, econômica, social e cultural da sociedade para dar significado e sentido ao seu exercício profissional com o seu público-alvo.

[...] Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 55).

Ainda nessa discussão da Lei de Regulamentação da Profissão se destaca a proposta de diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social que vem ao encontro do que apontam os preceitos da lei de regulamentação do exercício profissional.

As diretrizes curriculares, que estão sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS –, propõe um currículo dividido em “núcleos temáticos” que atendam às necessidades de conhecimentos para a qualificação e a prática dos assistentes sociais.

Estes núcleos temáticos são: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Esses dão origem às disciplinas e conteúdos que são ministrados no Curso de Serviço Social e compreendem elementos teóricos, metodológicos, técnicos e éticos da profissão, imprescindíveis para o exercício profissional.

Uma questão importante também na área do Serviço Social está relacionada à pesquisa em Serviço Social, pois ela dá condições do profissional conhecer, compreender a realidade social e, a partir daí, construir propostas que deem respostas aos problemas sociais.

Segundo Yamamoto (2004), a pesquisa ainda se encontra dissociada da prática profissional, mas tem sido alvo de preocupação na formação dos assistentes sociais, pois a pesquisa oferece subsídios para que se conheça a realidade e possa haver, então, um enfrentamento diante das questões sociais presentes nas relações da sociedade.

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

O artigo 4º, inciso VII, da Lei de Regulamentação da Profissão se refere às competências do Assistente Social e diz: “planejar, executar e avaliar **pesquisas** que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (grifo nosso), corroborando, dessa forma, para dar importância à pesquisa em Serviço Social.

Nas atribuições privativas do Assistente Social (Artigo 5º - inciso I, grifo nosso) da Lei de Regulamentação da Profissão também há referência à questão da pesquisa: “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, **pesquisas**, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”.

Portanto, podemos dizer que a pesquisa e a investigação são fundamentais na formação dos profissionais, podendo “ser uma trilha fértil para se pensar as relações entre indivíduo e sociedade, entre a vida material e a subjetividade, envolvendo a cultura, o imaginário e a consciência.” (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

LEITURA COMPLEMENTAR

A criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta as profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e a fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS. Para efeito da constituição e da jurisdição dos CRESS, o território nacional foi dividido inicialmente em 10 Regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ou território (exceto São Paulo), que progressivamente se desmembraram e chegam em 2008 a 25 CRESS e 2 Seccionais da base estadual.

Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social.

[...]

A concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos acrílicos e despolitizados face às relações econômico-sociais.

[...]

O Serviço Social, contudo, já vivia o movimento de reconceituação e um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social é assumido a partir do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) realizado em São Paulo em 1979, conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, “pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira”. (CFESS, 1996). Embora o tema central do Congresso ressaltasse uma temática de grande relevância

– Serviço Social e Política Social – o seu conteúdo e forma não expressavam nenhum posicionamento crítico quanto aos desafios da conjuntura do país.

Sintonizada com as lutas pela redemocratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais.

[...]

A necessidade de revisão da Lei de Regulamentação vigente desde 1957 já se fazia notar, ainda que de forma incipiente, desde 1966, quando da realização do I Encontro Nacional CFESS/CRESS, que colocara em pauta a discussão acerca da normatização do exercício profissional, constatando-se, na ocasião, a fragilidade da legislação em vigor em relação às atribuições profissionais.

Porém, somente em 1971 se discute o primeiro anteprojeto de uma nova lei no IV Encontro Nacional CFESS/CRESS e apenas em 1986 o deputado Airton Soares encaminha o PL 7669, arquivado sem aprovação, devido à instalação da Assembleia Nacional Constituinte. O tema volta ao debate nos Encontros Nacionais, onde se elabora a versão final do PL, apresentado desta feita, pelas deputadas Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia. O processo legislativo foi longo em face da apresentação de um substitutivo o que retardou a aprovação final. O Conjunto CFESS/CRESS, no entanto, não deixou abater tendo acompanhado e discutido o substitutivo nos seus fóruns até a aprovação da Lei nº 8.662, em 7 de junho de 1993.

A nova legislação assegurou à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, pois define com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social. Inova também ao reconhecer formalmente os Encontros Nacionais CFESS/CRESS como o fórum máximo de deliberação da profissão.

[...]

FONTE: Adaptado de: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 14 fev. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu:

- Para habilitar-se como assistente social é necessário ter graduação no Curso de Serviço Social, em nível superior e estar inscrito no Conselho Regional de Serviço Social da região na qual desenvolve suas atividades profissionais.
- A lei de regulamentação da profissão estabelece as normas para o exercício legal da profissão, bem como determina as penalidades ao profissional que não cumprir as exigências previstas em lei.
- A Lei nº 8.662/93 estabelece as competências do Conselho Federal de Serviço Social, dos Conselhos Regionais de Serviço Social e dos assistentes sociais.
- A formação profissional fundamenta-se no embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, articulado com a questão social e suas expressões na sociedade.



1 Que documentos o CRESS emite aos assistentes sociais para que possam exercer a profissão?

2 São atribuições privativas do Assistente Social:

I – Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

II – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

III – Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

IV – Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- () Todas as sentenças estão corretas.
- () As sentenças I, II e III estão corretas.
- () As sentenças I, II e IV estão corretas.
- () Somente a sentença I está correta.

3 O que diz o art. 7º da Lei nº 8.662/93?

DESAFIOS E LIMITES

1 INTRODUÇÃO

A prática do assistente social está constantemente exigindo uma postura crítica e também de contradições frente aos desafios e limites da profissão.

Os limites da ação profissional surgem à medida que são necessários alguns enfrentamentos dos problemas sociais. As instituições apresentam questões complexas na sua administração e nas formas de gestão e se faz necessário que os profissionais consigam criar estratégias de atuação frente às demandas institucionais e às necessidades da população usuária dos serviços, tanto na área pública quanto na privada.

2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL: SEUS LIMITES E DESAFIOS

Com as rápidas mudanças e transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, a profissão do Serviço Social também se insere nesse processo contínuo de discussões e reflexões acerca do papel do assistente social na sociedade.

Podemos dizer que os desafios e limites da profissão são inúmeros, pois o Estado (aqui entendido como instituições públicas) tem sido o maior empregador dos assistentes sociais e não opera com eficiência no que diz respeito às mais diversas áreas: saúde, educação, habitação, assistência social, segurança etc.

Os assistentes sociais, em seus locais de atuação profissional, devem zelar pelos direitos dos cidadãos, respeitando as formas de organização das instituições em que estão inseridos. Torna-se um desafio trabalhar na mediação de questões e demandas que devem ser superadas a partir de uma construção coletiva, almejando alcançar o processo emancipatório dos sujeitos.

Segundo Yamamoto (2004), o assistente social enfrenta limites em seu cotidiano profissional, pois se depara com as contradições das relações sociais impostas pela sociedade capitalista.

Os profissionais precisam identificar como se dão as relações de produção e reprodução social e que geram tantas desigualdades sociais que se expressam na questão social – objeto de trabalho do assistente social. Essas desigualdades se apresentam nas mais diversas áreas, como: saúde, educação, habitação, assistência social, emprego, entre outras.

O Serviço Social, então, se vê na condição de levantar propostas que possam mediar essas relações em busca de novas possibilidades e perspectivas em prol do desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Trata-se de um desafio, cada vez maior, desenvolver a atividade profissional frente às transformações que vêm ocorrendo na sociedade, pois as relações sociais estão baseadas na condição de exploração e dominação, o que coloca alguns indivíduos subjugados ao poder de quem detém os meios de produção da vida material.

No exercício da prática profissional, os assistentes sociais também vão se confrontar com os desafios e limites estabelecidos pelos próprios espaços institucionais que são o “**lócus**” de sua prática efetiva. Nesses espaços, o profissional desempenhará o seu papel, articulando os conhecimentos teóricos adquiridos no meio acadêmico à realidade vivenciada nas instituições e na sociedade.

Cabe ressaltar que, a prática não deve estar dissociada do aprendizado teórico, pois é ele que dá sustentabilidade às intervenções sociais exigidas pela profissão.

Outro fator que não podemos deixar de destacar é a questão da flexibilização do mercado de trabalho, em que as pessoas passam a ser facilmente descartadas quando já não têm mais “validade” para a empresa ou instituição em que atuam e o assistente social também faz parte dessa classe de trabalhadores.

Surge, neste contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador “especializado” – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições. (IAMAMOTO, 2004, p. 32).

Portanto, os profissionais do Serviço Social devem estar atentos a essas tendências apresentadas no mercado de trabalho para que não se tornem profissionais “dispensáveis” a qualquer sinal de desestrutura nas instituições.

Os assistentes sociais ainda se deparam com as questões sociais que estão mais visíveis e emergentes na sociedade, como situações de violência, miséria, desemprego, drogadição, conflitos familiares etc. Uma formação acadêmica que dê subsídios teóricos, metodológicos, éticos e políticos é fundamental para o exercício profissional.

As políticas públicas que são apresentadas pelos serviços públicos também se tornam um desafio para os assistentes sociais, pois eles precisam lutar pela universalização dos direitos da população e pela efetivação da cidadania e dignidade dos sujeitos. São os espaços públicos que vão viabilizar a implementação desses serviços, sendo que tais serviços devem atender ao interesse da coletividade.

Frente a isso, o assistente social deve demonstrar competência técnica e operativa para que consiga responder aos apelos das demandas sociais. Neste sentido, cabe ao profissional ter a capacidade e a sensibilidade de fazer uma leitura crítica da realidade, observando as diferentes manifestações culturais e sociais dos diversos segmentos sociais, potencializando, assim, a sua ação profissional.

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais [...]. (IAMAMOTO, 2004, p. 144).

Outra questão fundamental para o profissional de Serviço Social, conforme Iamamoto (2004, p. 146) “é incorporar a pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social.”.

O profissional atua em seu cotidiano enfrentando situações que são geradas pelas relações de poder, dominação e exploração impostas pelo sistema capitalista e, portanto, precisa estar sintonizado com a realidade, discutindo propostas de intervenção.

Além disso, eles enfrentam desafios cotidianamente e as relações de poder nas instituições demonstram, por vezes, as dificuldades que os assistentes sociais têm para minimizar as desigualdades decorrentes desse poder.

Por isso, eles podem lançar mão de estratégias que possibilitem a prática profissional, fortalecendo e incentivando a participação dos usuários em congressos, conselhos de direitos, conferências, fóruns e debates que viabilizem o processo de transformação do meio em que vivem com a perspectiva de melhores condições de vida.

O Serviço Social interfere nos processos relacionados com a reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação profissional em situações sociais que afetam a qualidade de vida da população em geral e, sobretudo dos setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando melhorar essas condições sob múltiplos aspectos. (YASBEK, 2006, p. 124).

A profissão de Serviço Social está inscrita em uma dinâmica da história da sociedade em que ocorrem as relações sociais.

O Serviço Social afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. [...] seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos [...]. (IAMAMOTO, 2004, p. 203).

As formas com as quais o Serviço Social vai se delineando dá a dimensão de sua origem e de como foi evoluindo ao longo do tempo.

Inicia com forte influência da Igreja católica e doutrinas religiosas e, aos poucos, vai adquirindo uma formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que a transforma em uma profissão crítica e desafiadora.

[...] a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional [...], se os processos históricos impõem limites e descortinam potenciais alternativas à prática profissional, essas não se traduzem imediata e mecanicamente na órbita profissional. Encontram-se sujeitas a inúmeras mediações que tem de ser apropriadas e elaboradas pelos agentes profissionais – seja no nível da produção intelectual, seja no das estratégias de ação – de modo que se moldem como respostas teóricas e técnico-políticas às demandas emergentes naquele campo de possibilidades. (IAMAMOTO, 2004, p. 204).

Outro ponto a ser destacado é a questão do processo formativo dos assistentes sociais. No início do surgimento da profissão, a formação profissional estava voltada aos conhecimentos teóricos com influência dos ensinamentos religiosos e o profissional agia de uma forma assistencialista e voluntarista.

Com as discussões que foram surgindo acerca da profissão, outros significados tomaram conta da formação profissional e fizeram com que houvesse uma reflexão crítica da profissão.

[...] Os rumos assumidos pelo amplo debate efetuado na década de 1980 apontaram, ainda, para o privilégio – ainda que não a exclusividade – de uma teoria social crítica, desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da “questão social”. Perfil este que se complementa com uma competência técnico-política, que permita, no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregarem forças sociais em torno de rumos ético-políticos voltados para uma defesa radical da democracia. (IAMAMOTO, 2004, p.185).

É com esse novo espírito de uma prática sociopolítica que o assistente social vem construindo a história da profissão e procura cada vez mais se envolver efetivamente “com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas.” (IAMAMOTO, 2004, p. 185).

O debate contemporâneo do Serviço Social está pautado no pensamento marxiano (Marx), por entender o ser social como um sujeito marcado pelas questões do capitalismo, tanto na sua forma de viver, quanto na forma de pensar o mundo material e intelectualmente.

A trajetória histórica do Serviço Social envolve o conhecimento teórico-metodológico da profissão, uma vez que a prática profissional é sistematizada a partir do conhecimento teórico em consonância com a compreensão da realidade.

Já o conhecimento metodológico necessita de uma apreensão maior das “dimensões de universalidade, particularidade e singularidade na análise dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional.” (IAMAMOTO, 2004, p. 191).

No campo da formação profissional há que se atentar para a questão do ensino voltado à realidade da vida social, para que os profissionais possam desenvolver sua prática analisando as situações reais e os problemas sociais que incidem sobre a profissão.

A formação acadêmica é outro ponto a ser destacado e que contribui para a competência profissional. É com uma formação crítica, política e de qualidade que o assistente social pode se diferenciar de outras áreas profissionais e enfrentar o mercado de trabalho demonstrando competência e habilidade para desempenhar com qualidade seu projeto profissional.

Segundo Nicolau (2004, p. 84), “se a formação teórica é distanciada do concreto, quando este profissional se envolve com seu fazer específico podem ser agudizadas dissonâncias e incoerências.”

O Serviço Social, enquanto profissão, materializa-se nas relações sociais e se concretiza a partir do processo histórico da sociedade.

“O fazer profissional do assistente social é definido como atividade, ou o próprio trabalho fazendo parte de determinado processo de trabalho historicamente construído e socialmente determinados pelo jogo de forças, que articulam uma dada totalidade social.” (NICOLAU, 2004, p. 85-86).

Cabe apontar ainda que os desafios da profissão surgem na prática cotidiana, em que se dá o contato com os sujeitos e com seu modo de viver. Os assistentes sociais precisam decifrar e compreender as formas de organização dos

grupos sociais, para que possam construir um projeto profissional que atenda às necessidades dos sujeitos, tanto na sua individualidade, como na coletividade.

Nisto consiste uma formação profissional que dê suporte teórico, ético e político, contribuindo para uma prática comprometida com a participação democrática e cidadã, formulando propostas reais de enfrentamento da questão social e permitindo o envolvimento dos sujeitos na condução da transformação da sua própria realidade e da sociedade.

As dificuldades e os desafios enfrentados pelos profissionais se dão mediante a falta de recursos dos órgãos públicos, pela burocratização dos serviços públicos ou pela imposição de normas e regras que regem o setor privado, na busca de maior lucratividade e exploração da mão de obra.

Nesse sentido, Yamamoto (2004, p. 161) diz que “este quadro tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o nosso papel profissional, diante da dificuldade de criar, recriar e implementar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional”.

O assistente social dispõe de ferramentas teóricas e de técnicas para exercer sua profissão, mas se vê conduzido por diretrizes de políticas públicas e empresariais, por pressões sociais que condicionam sua ação para atender interesses das instituições. A prática profissional está intimamente ligada às relações de poder institucional que se estabelecem no meio em que estamos inseridos.

No Brasil, devido à grande concentração de renda por uma parcela reduzida da sociedade, aumenta significativamente o número de pessoas desprovidas do acesso aos direitos básicos de sobrevivência. Muitas vezes, para atendermos essas necessidades primordiais, esbarramos em limites de ordem social, cultural, econômica e política. Entretanto, por meio de conhecimentos teóricos e metodológicos, podemos criar mecanismos que possam amenizar a situação apresentada.

Estando nossa prática profissional pautada em valores éticos e políticos, precisamos vencer os desafios e limites que se impõem à nossa profissão e esta se torna uma luta cotidiana. Sendo assim, não podemos esquecer também de toda trajetória histórica do Serviço Social e perceber que todo esse processo de construção da identidade profissional ocorre num movimento dinâmico permeado de transformações sociais.

Os assistentes sociais, no Brasil, são “jovens intelectuais” quando comparados a outros ramos profissionais de maior tradição e acervo no campo da produção acadêmica. Mas esta “juventude”, condicionada pela trajetória histórica da própria profissão na sociedade brasileira, não significa hoje subalternidade intelectual: ao contrário, a tardia familiarização com os cânones e exigências do mundo científico tem sido assumida como desafio, no sentido de superar as limitações do passado com vigor, tenacidade e produtividade. (IAMAMOTO, 2004, p. 106).

O assistente social se vê mobilizado cotidianamente por problemas que, muitas vezes, não consegue solucionar. Essas dificuldades impostas ao profissional mostram que os obstáculos a serem vencidos ainda são inúmeros.

Assim:

[...] o assistente social, por estar inserido na ponta final da prestação dos serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor. (IAMAMOTO, 2004, p. 161).

Nesta perspectiva, a atuação profissional se vê cada vez mais compelida a adotar critérios para o atendimento dos serviços sociais e benefícios, pois a demanda tem aumentado significativamente e o Estado, que é o prestador dos serviços públicos, não viabiliza condições de oferecer programas direcionados à população no que tange aos serviços básicos de saúde, habitação, segurança, educação etc.

Partindo da questão da seleção da população com a definição de critérios para o atendimento, alguns princípios estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social não são totalmente respeitados, o que pode se tornar um entrave para a atuação profissional.

[...]
 II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
 [...]
 IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais. (LOAS, Cap. II, Art. 4º, 1993, BRASIL, 2008).

É claro que os desafios encontrados na profissão não podem imobilizar ou engessar as ações dos profissionais; pelo contrário, isso deve fazer com que tenhamos mais força para enfrentar as dificuldades e os entraves do cotidiano.

Partimos de uma visão idealizadora, mas, mesmo assim, devemos ter propósitos estabelecidos para alcançar nossos objetivos, buscando sempre a garantia dos direitos da população.



Nossas discussões não se encerram aqui. Essas reflexões são o marco inicial para dar continuidade aos seus estudos. Então, vá em frente!

LEITURA COMPLEMENTAR 1

FORMAÇÃO E FAZER PROFISSIONAL (O TRABALHO) DO ASSISTENTE SOCIAL: CONJUNTOS DISJUNTOS?

A formação profissional existe no movimento das relações que marcam uma dada totalidade social. É um processo que se realiza segundo as condições concretas dessa totalidade, num dado momento histórico, e dos sujeitos que nela constroem teorias. [...].

[...] O processo formativo do Serviço Social supõe a transmissão de teorias, ou seja, de pressupostos que encaminham a compreensão, a explicação e a interpretação de objetos definidos como próprios a este fazer profissional. O fazer profissional, por sua vez, tem na prática seu espaço privilegiado; nessa prática o indivíduo busca apoio em teorias, articulando conhecimentos sistematizados (com códigos específicos) e “teorias” do senso comum que lhe permitem atribuir sentido a este fazer e a seus objetos. [...] Dois polos concretizam-se nesse movimento. O primeiro reporta-se ao fazer profissional, que tem na prática seu espaço privilegiado de trabalho; o segundo liga-se ao discurso idealizado produzido na academia, na qual se dá o seu processo formativo. [...]

O processo formativo, tendo como base pressupostos que definem determinada visão de homem e de sociedade, pretende preparar pessoas para atuarem no concreto. Tenta, portanto, construir um discurso do dever-ser, pelo qual o concreto é negado. O fazer profissional, por seu turno, articula um discurso do dever-ser, pelo qual o dever-ser da formação é negado. O processo formativo, nesse sentido, tem uma dimensão de abstração que só supera o nível abstrato na medida em que se dá o diálogo contínuo com o fazer. O fazer profissional, em contrapartida, concretiza uma mobilização do real a partir da prática definida pelos pressupostos hegemônicos ao grupo que a concretiza, na totalidade social. [...]

Salienta-se que os saberes construídos, ora na formação, ora no fazer profissional, não são necessariamente antagônicos. Podem, sim, comportar contradições e complementaridades porque espelham o dinamismo da totalidade social em seus espaços e tempos, bem como a complexidade dos indivíduos que a constituem e nela se constituem. Considerar a pluralidade dos saberes se faz necessário, tanto quanto integrar, na sua análise, a vinculação entre saber e

poder, seja no espaço da formação, seja no fazer profissional. Saber que é poder articula hegemonias que justificam teorias e práticas. Saber e fazer não comportam neutralidade, pois espelham opções, estabelecendo proximidades e diferenças.

Impõe-se questionar se a formação profissional deve se constituir em espaço privilegiado da teoria (abstração desvinculada da prática) ou se esse espaço necessariamente precisa ter, na prática, sua validação. Ao mesmo tempo, impõe-se questionar se o fazer profissional pode se caracterizar pela ação desvinculada da reflexão, mesmo que, implicitamente, toda ação humana suponha níveis de reflexão mais ou menos elaborados.

FONTE: Adaptado de: NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 79, p. 92-96, set. 2004.

LEITURA COMPLEMENTAR 2**OS LIMITES POSTOS AO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES EM QUE TRABALHAM**

Jocilene Moreira Nogueira

O assistente social tem uma função política nas instituições que trabalham, ele tem uma relativa autonomia na batalha da Justiça Social. Ele atende à classe trabalhadora, mas de qualquer forma tem que atender à unidade à que ele está servindo. É claro que isso depende também de cada instituição e de cada profissional. O assistente social necessita buscar por espaços melhores para o seu exercício profissional, há uma dependência destes profissionais em relação às instituições. Ao procurar por esses novos espaços ele busca exercer o seu trabalho com maior competência, maior qualidade.

Com autonomia relativa ou não, o assistente social está sempre vinculado a uma instituição dominante, buscando a direção da classe trabalhadora. Muitas vezes, o cotidiano destes profissionais nestas instituições é marcado por limites que impossibilitam um trabalho de forma a garantir a qualidade nos serviços prestados. A exemplo do Hospital Geral Do Estado da Bahia, essa instituição da esfera estatal atende uma demanda maior que a capacidade de atendimento, necessitando de muito tempo dos assistentes sociais. Como a demanda que chega para os assistentes sociais é grande, o Serviço Social atende em parte a essa demanda. É necessário entender que essas demandas colocadas para o cotidiano profissional do assistente social resultam de problemas originados pela sociedade capitalista.

Observa-se também dentro de inúmeras instituições, a redução do quadro de profissionais, de Serviço Social e de outras áreas. A partir dessa redução de funcionários, os assistentes sociais são “obrigados” a reorganizar o atendimento às demandas, em função do restrito número de profissionais. Outras vezes, o assistente social ainda absorve atividades, atribuições antes dirigidas a outros profissionais.

O assistente social na instituição acima relatada é o profissional, cujo exercício profissional está permeado pelas tentativas de equacionar direitos, reivindicações e necessidades da população demandante.

“É direito de o assistente social dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.”

O assistente social tem também o direito de “integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.”

FONTE: Disponível em: <<http://www.artigonal.com/noticias-e-sociedade-artigos/os-desafios-etico-profissionais-para-o-assistente-social-no-brasil-contemporaneo-1825027.html>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu:

- Existem grandes desafios a serem vencidos para que possamos exercer a profissão de assistente social.
- As relações de poder institucional e a falta de recursos humanos e materiais se configuram como desafios e limites para o exercício profissional.
- Mesmo diante de limites e adversidades da profissão, a prática deve estar pautada no compromisso com a luta pela emancipação dos sujeitos, para que se tornem atores da sua própria história.
- A capacidade técnica e os conhecimentos teóricos do assistente social lhe permitirão realizar ações comprometidas com os direitos dos cidadãos, considerando a realidade social em que vivem.

AUTOATIVIDADE



1 Comente quais são os desafios e limites que você percebe no exercício da profissão do assistente social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.662/93. Regulamenta a profissão do assistente social e dá outras providências. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 29 jul. 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2008.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. – CBCISS. **Documento de Araxá**. Debates Sociais - Suplemento, 1965.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 84, p. 21-36, nov./2005.

_____. **O saber profissional e o poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE. Lúcia Maria de Barros. **Serviço Social na reestrutura produtiva**, O - espaços, programas e trabalho profissional. 2ª. ED. São Paulo: Cortez, 2006.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, São Paulo, ano 21, n. 55, nov./2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5. ed. São Paulo: , Cortez, 1986.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andréa F.; ALGEBAILLE, Maria E. B. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, Lúcia (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Coletivo de Estudos sobre Política Educacional; Xamã, 2002.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, 2005.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, set. 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **A formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Serviço Social e o popular, O - resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 7ª. EDIÇÃO. São Paulo: Cortez, 2011.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço social e positivismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 8, n. 24, p. 71-78, ago. 1987.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. 4. ed. São Paulo: Agir, 1985.

_____. **Serviço social**: precursores e pioneiros. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

_____. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. 5. ed. São Paulo: Agir, 1989.

YASBECK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: histórias e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 85, p. 123-132, mar./2006.

